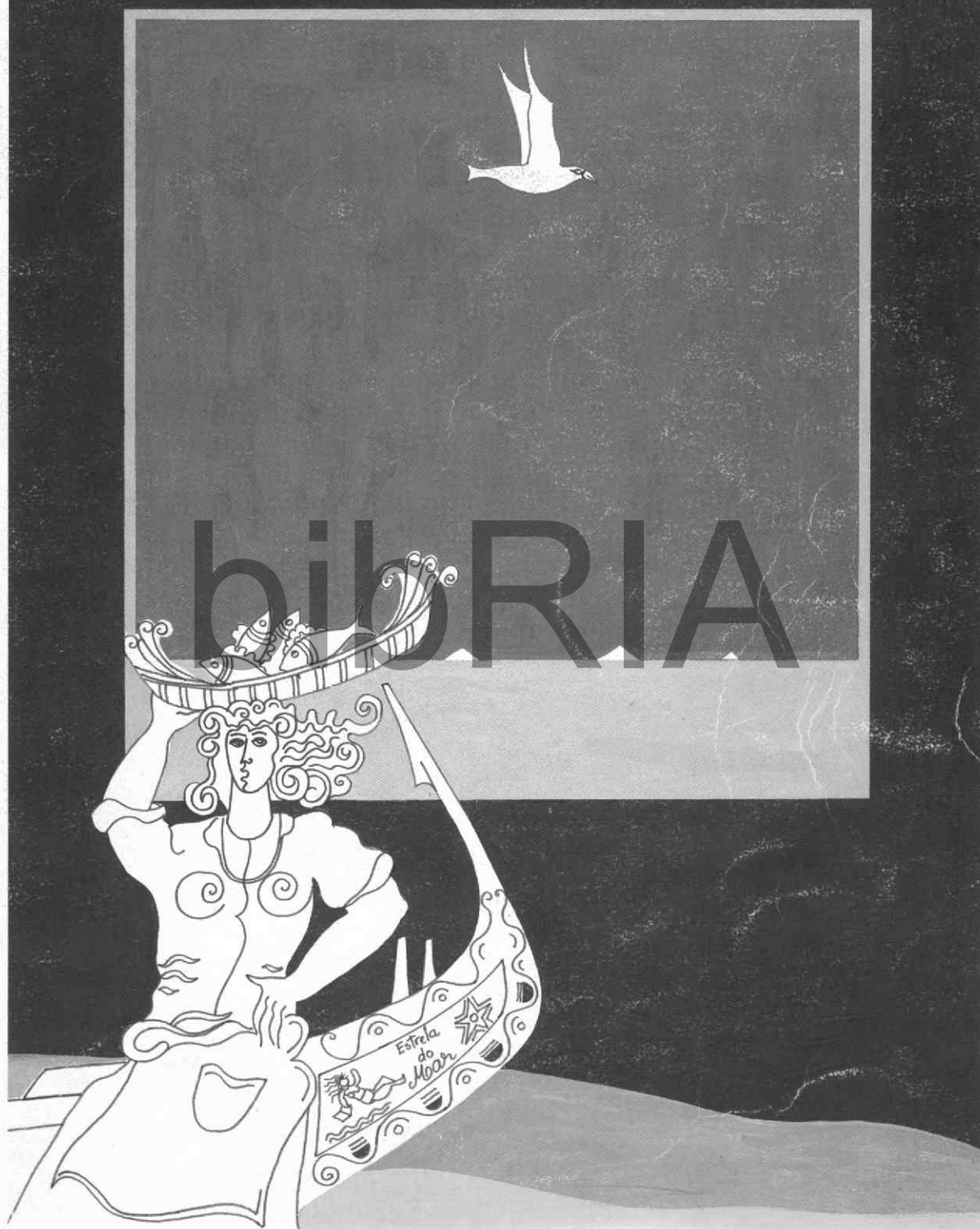




BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

ANO IV

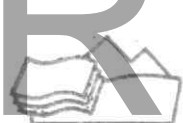
1986

N.º 8

FL
908
141

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

bibRIA



BIBLIOTECA
municipal de aveiro
PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

OFERTA



BIBLIOTECA
municipal de aveiro
FUNDO
LOCAL

INTERDITO
AO
EMPRÉSTIMO

bibRIA



O MOLICEIRO

«O moliceiro... tem não sei quê de ave e de composição de teatro. Anima a paisagem. Às vezes usa uma vela latina, às vezes duas, a segunda colocada à proa e mais pequena. (...) Não conheço outro barco mais artístico, mais leve, mais adequado às funções que exerce e à paisagem que o circunda».

Raul Brandão
(«Os Pescadores» - A Ria de Aveiro)

CAPA — Design de Jeremias Bandarra

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

Publicação Semestral de Índole Cultural e Informativa

Dezembro de 1986

bibRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO
BIBLIOTECA

10UT87

ENTRADA

BOLETIM N.º 8

- Direcção** ● Presidente da Câmara Municipal de Aveiro
Vereador do Pelouro da Cultura
- Propriedade** ● Câmara Municipal de Aveiro
- Redacção** ● Praça da República — Aveiro — Tel. 24081/82
- Supervisão** ● Assessor Cultural da C.M.A.
- Tiragem** ● 1 500 exemplares
- Composição e Impressão** ● Tipave — Tipografia de Aveiro, Lda.
Estrada de Tabueira — 3800 AVEIRO

SUMÁRIO

O MOLICEIRO	• <i>Raul Brandão</i>	• 3
ABERTURA	• <i>Prof. Celso dos Santos</i>	• 7
SINAIS FLUTUANTES	• <i>Daniel Tércio Ramos Guimarães</i>	• 9
EFEMÉRIDES AVEIRENSES	• <i>Redacção</i>	• 36
O AVEIRENSE FERNÃO DE OLIVEIRA	• <i>João Gonçalves Gaspar</i>	• 37
IRMANDADE DO SS.MO SACRAMENTO DA GLÓRIA	• <i>J. G.</i>	• 51
ENTREGAS DE RAMOS	• <i>Amadeu de Sousa Jeremias Bandarra</i>	• 52
VISITA DO PRIMEIRO-MINISTRO	• <i>Redacção</i>	• 55
CENTRO SOCIAL DE REQUEIXO	• <i>Redacção</i>	• 56
REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DA GALERIA MUNICIPAL	• <i>Oficial</i>	• 57
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO	• <i>Gabinete de Planeamento</i>	• 59
NOTICIÁRIO	• <i>Redacção</i>	• 61
NOTÍCIAS BREVES	• <i>Redacção</i>	• 76
EDIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL	• <i>Redacção</i>	• 79

bibRIA

Os textos assinados são da responsabilidade dos autores.

Os artigos publicados podem ser transcritos, total ou parcialmente, desde que se indique a origem.

ABERTURA

O leitor tem nas mãos mais um número — o oitavo — do *Boletim Municipal de Aveiro*; ao longo das suas páginas, pretende-se destacar diversos temas, que se julgaram de interesse.

A nossa Ria e os barcos que a cruzam nas diversas direcções — especialmente o barco moliceiro — constituem assunto constante e nunca esgotado de palestras e artigos; uns cantam as suas incomparáveis belezas ou enaltecem os seus pormenores nunca repetidos, outros defendem a sua conservação ou propõem hipóteses para o seu enriquecimento. Aqui, dá-se à estampa um extenso artigo, profusamente ilustrado, sob a epígrafe «Sinais Flutuantes», que estuda os elementos pictóricos do barco moliceiro.

Durante este ano de 1986, celebrou-se o 450.º aniversário da publicação da «Gramática da Língua Portuguesa», saída da pena do Padre Fernão de Oliveira. Tal acontecimento é recordado neste *Boletim*, não só porque quem a redigiu foi um aveirense, mas ainda porque se trata da primeira gramática portuguesa que se publicou.

Recorda-se ainda outra efeméride: também os quatrocentos e cinquenta anos da existência da Irmandade do Santíssimo Sacramento, outrora da freguesia de S. Miguel e, depois de 1835, da de Nossa Senhora da Glória. Associamo-nos ao facto com uma evocação histórica, com uma poesia de um aveirense e com uma policromia de um dos nossos artistas.

Como é habitual, a revista termina com diversas notícias; elas recordarão ao leitor os principais acontecimentos ocorridos durante o segundo semestre deste ano e directamente referentes à vida municipal.

Prof. Celso dos Santos
Vereador do Pelouro da Cultura

bibRIA

SINAIS FLUTUANTES

UM ESTUDO DE ETNOLOGIA NAVAL NA RIA DE AVEIRO

Por Daniel Tércio Ramos Guimarães

INTRODUÇÃO

Há 45 Km de duna a separar o mar da chamada Ria de Aveiro. Essa areia, que as correntes depositam ao longo da costa, tem-se mostrado suficiente, apesar da sua precariedade, para preservar uma laguna com vida própria.

Aí persistem ainda velhos barcos de fundo chato: as bateiras, os moliceiros de *bico* levantado e os pesados mercantéis. Os que flutuam nos canais do norte, que partem das praias da Murto-sa, de Pardilhó e do Torrão do Lameiro e que viajam até Aveiro ou até Ílhavo, nos cascos ostentam quase sempre sinais que com maior ou menor exuberância prendem a luz em cores de festa. E hoje, se o moliço já não chega tão longe, se os botirões escasseiam e as estradas substituem a Ria, permanecem ainda esses sinais, semelhantes a fagulhas radiosas e breves, sobre os costados dos barcos.

Este trabalho incidirá somente sobre a face cultural ou etnográfica da laguna e, dentro desta, apenas sobre as embarcações tradicionais que nela navegam. Melhor: este trabalho pretende constituir uma visão mais aproximada de um dos aspectos das embarcações tradicionais: a sua imagística.

Porquê *sinais flutuantes*?

Em primeiro lugar, pela definição mesma do objecto de estudo: a imagística dos barcos, isto é, as imagens abstractas ou figurativas, decorativas e mágicas, emblemáticas, etc., que flutuam nas águas da Ria gravadas nos costados dessas embarcações.

Em segundo lugar porque, conforme procurei demonstrar, essas imagens têm qualquer coisa de efêmero, como uma herança da brevidade da laguna. Os signos, as legendas, os painéis pintados tornam-se então documentos dessa brevidade. Sinais dos tempos, por isso mutáveis, dinâmicos, em transformação, porventura em risco.

A palavra *flutuante* tem um duplo sentido: sugere, por um lado, que há algo a transformar-se, a acompanhar o ondular da mudança; por outro, indica que algo emerge à tona, algo que vem do fundo, da obscuridade.

Assim e finalmente *sinais flutuantes* porque a imagística dos barcos é, para além das alterações verificáveis, um conjunto de sinais onde porventura se revelam «velhos» traços de cultura.

Nestas três interpretações do título se consubstancia o conteúdo deste trabalho: primeiro, trata-se de uma recolha, onde o registo fotográfico e gráfico assume especial importância. Em segundo lugar, trata-se de uma análise das transformações, que ora desvirtuam as próprias imagens, ora revelam os eventos sociais e históricos numa perspectiva diacrónica. Por último, trata-se de uma (re)descoberta dos sinais pintados nas embarcações enquanto integrados em sistemas simbólicos.

MADRUGADA NA RIA

*«Nada da Terra e nada do mar.
O ar e a luz, apenas».*

J.A. Negreiros

O nascer do Sol não é instantâneo. Faz-se devagar, com a luz a crescer ininterruptamente. Na Ria, a luz chega tantas vezes envolta em neblinas, o que acentua a lentidão da madrugada. As cores não aparecem todas de uma vez. Primeiro, os cinzas, os azuis... depois, os verdes e, por fim, quando o dia triunfa, os amarelos e os vermelhos. As formas, por via da névoa, revelam-se imprecisas, fantasmagóricas. Tudo se define com lentidão, mas com certeza. Às tantas, com a vitória da luz, descortinam-se as formas de um barco, de dois, de três, lentas, num chap-chap sobre as águas. Mas só quando nos aproximamos se revelam as formas diferentes que distinguem os tipos: uma caçadeira, um moliceiro, um mercantel, uma chichorra... Depois, impõem-se ao olhar os sinais gravados em cores de meio-dia: emblemas nos costados, legendas, sinais de marca, tatuagens.

Este espectáculo de revelação caracteriza-se por existir uma ordem de entrada: da ria indefinida, sem fronteiras, ainda no crepúsculo, às marcas coloridas das embarcações, sinais triunfantes do dia. Então, as cores, aprisionadas nessas marcas, flutuam sobre as águas até ao fim do dia, quando o sol se começa a retirar.

Este espectáculo tem-me parecido um ritual que a laguna celebra todas as manhãs, como se



Foto: Cândida do Rosário, 1979.

evocasse, desta forma, a geração das coisas.

Mas esta lição nem sempre tem sido escutada pelos que dela falam.

Vem a propósito a história do título de um artigo escrito há uns anos por um amigo. No texto, ele denunciava com alguma virulência a «perseguição» movida aos pescadores dos botirões⁽¹⁾. Como se tratava de um artigo de combate, precisava de um título forte, sugestivo, que desse razão aos pescadores. Recordo-me que lhe surgiu o problema de optar entre «secular arte dos botirões» e «milénar arte dos botirões». Optou por «milénar», considerando as necessidades, digamos que propagandísticas. Há aqui um vício de raciocínio que pode ser mais ou menos comum.

Considera-se frequentemente que só merece ser investigado aquilo que tem passado histórico... quanto mais recuado, mais válida é a investigação. Por outro lado, quando se estuda isto ou aquilo, procuram-se origens remotas. Mas, por vezes, este esforço incansável faz mover outros engenhos...

Seria certamente interessante reflectir sobre esta necessidade de encontrar raízes antiquíssimas nos objectos e nas atitudes. Talvez resulte de uma qualquer insegurança... Talvez haja a crença de que uma cultura forte é uma cultura antiga. A História tem demonstrado, porém, que as Civilizações jovens imprimem novo alento à Cultura. A vitalidade nada tem a ver com a antiguidade milénar.

No princípio... não era Ria.

Era o mar. E o mar entrava por aqui dentro, sem se importar com as objecções de ninguém. É seguro que a existência da laguna não vai além

da era cristã⁽¹⁾. Além disso, o seu rosto dos primeiros tempos não é o mesmo de agora. A barra não teve uma posição definida até princípios do século XIX, altura em que se fizeram obras de fixação⁽²⁾. Além disso, os fenómenos de assoreamento permanecem ininterruptamente, alterando os fundos, fazendo surgir ilhotas onde outrora havia água, mudando a fisionomia das margens. A Ria de Aveiro deve ser entendida como um acidente precário, com um começo geográfico relativamente próximo e um fim possível. A este respeito, diz Amorim Girão:

«As transformações por que incessantemente está passando são bem evidentes, para que pudéssemos considerar este acidente litoral como estacionário, ou mesmo como tendo atingido o termo de uma larga evolução»⁽³⁾.

E acrescenta:

«O pequeno delta que o rio hoje forma, protegido pelo cordão de areias do litoral, tende fatalmente, com as outras causas apontadas, a produzir uma larga deposição de materiais inconsistentes, por sorte que é de prever o total preenchimento do esteiro, como estado transitório para a formação de um delta mais importante. Podem, é certo, causas perturbadoras, como a acção das correntes marítimas, opor-se à regular formação dessa grande zona deltaica, mas, tanto num como noutro caso, a ria está inevitavelmente condenada a desaparecer»⁽⁴⁾.

1 — Sobre este assunto, consultar:

— GIRÃO A. de Amorim, *Bacia do Vouga*, Coimbra, Impr. da Univers., 1922.

— LEITÃO António Nascimento, *Aveiro e a sua laguna*, Lisboa, Sá da Costa, 1944.

— LUCCI Luiz Filipe de Lencastre Schwalbach, *Estudos geográficos - Alterações litorais - a Ria de Aveiro*, Lisboa, 1918.

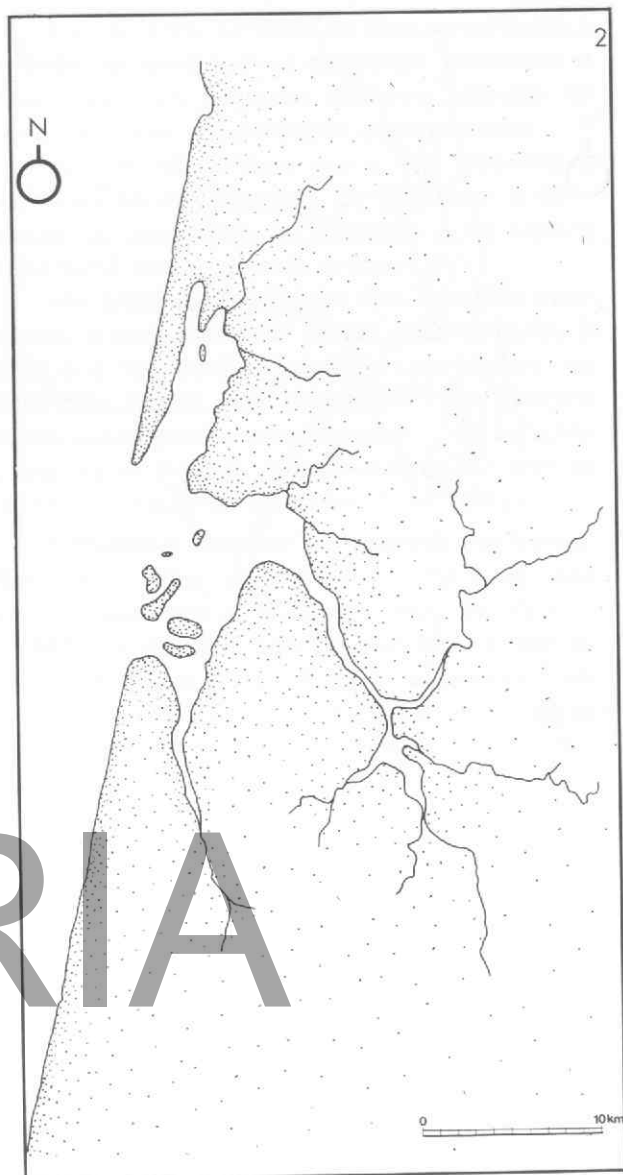
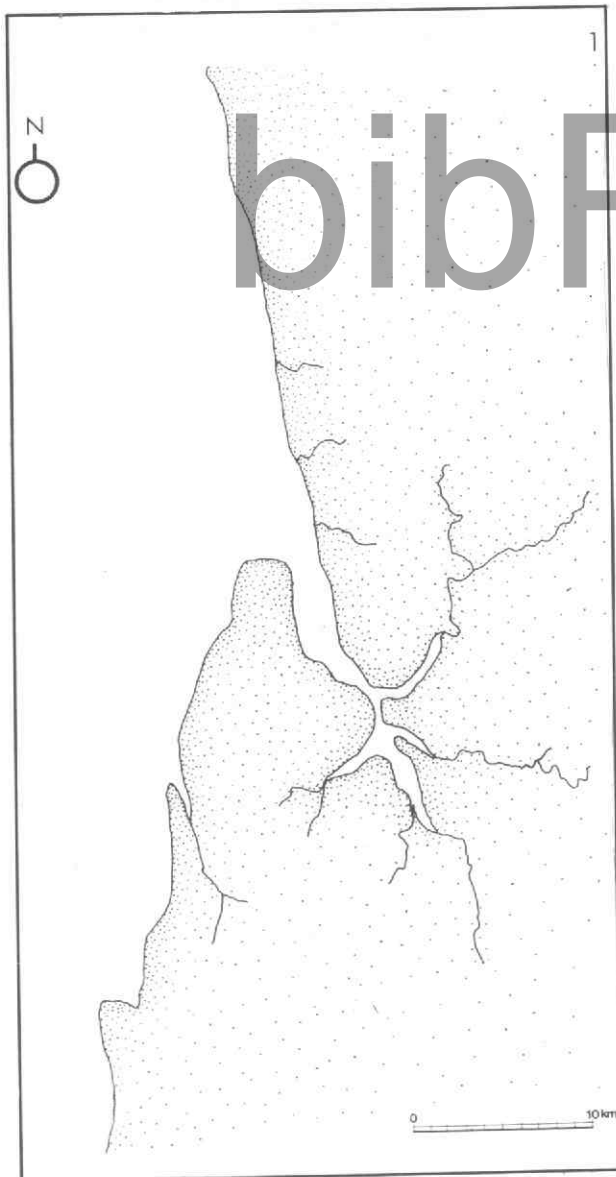
2 — CUNHA, S. Rocha e, *C. Porto de Aveiro*, Lisboa, 1924.

3 — GIRÃO, A. de Amorim, *op. cit.*, p. 66.

4 — *op. cit.*, p. 68.

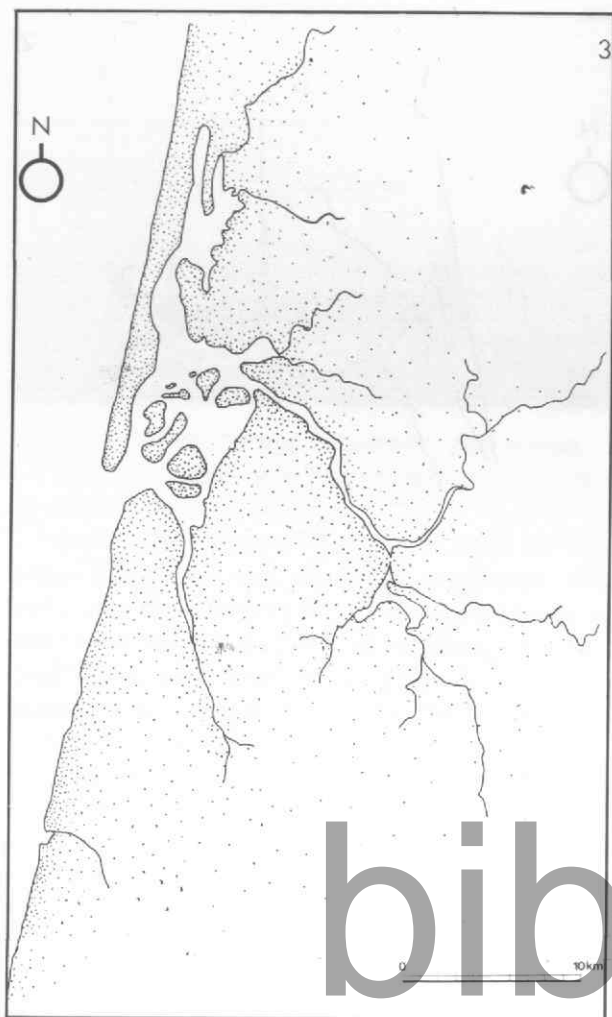
1 — Botirão é uma rede em forma de saco, pertencente ao grupo das redes fixas; pode ou não ser iscado. Consultar a este respeito:

— SILVA A.A. Saldaque da, *Estado actual das pescas em Portugal*, Lisboa, Impr. Nacional, 1892.



Os mapas foram desenhados sobre elementos publicados em:

- SILVA, José de Figueiredo da, *Aspecto do ambiente natural da ria*, Boletim da ADERAV, n.º 2, Maio/Junho de 1980.
- Girão, A. de Amorim, op. cit., pág. 58.



Em tal cenário, parece absurdo considerar que as formas dos barcos da Ria se tenham mantido estáticas. Primeiro, porque a evolução das condições geográficas certamente produz alterações ao nível das condições físicas de navegabilidade. Em consequência, as embarcações ter-se-iam de adaptar às próprias alterações verificadas.

Em segundo lugar, e já sem considerar o carácter mutante da laguna, a evolução da técnica de construção, o contacto com as formas diferentes de embarcações, teria tido certamente um efeito sobre as embarcações locais.

À semelhança do que sucede com a madrugada na Ria, em que os tipos de embarcações só se distinguem à medida que a luz se instala, também os diferentes tipos de barcos surgem de um passado difuso, de onde se definem em funções diversas, diferentes formas, indubitavelmente irmanadas por um ascendente comum.

A identidade deste ascendente tem feito correr alguma tinta. De modo geral, a hipótese enunciada com maior fundamento é a de inscrever os barcos da Ria de Aveiro na família náutica mediterrânica.

Recuemos por alguns instantes até às regiões penúmblicas do passado. Na Idade do Bronze, a Península era dominada comercialmente pela cidade de Tartessos, situada na foz do Guadalquivir. Daí partiam navios com rumo a oeste, que seguiam depois para norte, para carregarem estanho nas Ilhas Oestrymnides ou Cassitárides, de localização duvidosa ⁽¹⁾. O empório do estanho vai passar sucessivamente para os fenícios, com uma feitoria em Gadir, actual Cádiz, depois para os Cartagineses que promovem expedições ao mar do norte (Himilicão) e ao norte de África (Hanão) e, no século II a.C., para os Romanos. É possível que só com os Romanos se tenham popularizado os sistemas de carpintaria indispensáveis para as construções de barcos com tábuas. Estrabão informa que até ao fim da expedição de Bruto (138-137 a.C.) os povos do noroeste peninsular utilizavam embarcações de couro ⁽²⁾.

Durante este período, do qual por ora apenas é possível uma visão enevoada, o cenário físico é pré-lagunar. É possível que influências — se as houve — apenas se manifestassem a partir da romanização, primeiro sobre os barcos do rio. Do rio, os homens aventuraram-se ao mar: ensaiam-se técnicas, encorpóra-se o costado, aumenta a tripulação. Depois, quando as águas do mar se aprisionam por trás de uma duna precária, o barco desdobra-se em formas que lentamente se personalizam por via de funções diversas. A laguna instala-se.

Mas, entretanto, já se perderam de vista Fenícios, Cartagineses e Romanos.

E assim, numa dúzia de linhas, galgámos séculos. Talvez, no fundo, também aqui tenhamos caído no logro referido: o de procurar um passado remoto.

Em sua vez, importa finalmente destacar os mecanismos de inter-relação e mútuas interferências. Os barcos da Ria de Aveiro foram cozinhados no cadinho breve da laguna, cuja forma se altera, com ingredientes duvidosos feitos de escalas problemáticas e de engenho autóctone, ingredientes que reagem entre si como substâncias químicas.

Pretender que daqui saiam formas imutáveis parece, pelo menos, pretensioso...

1 — CARDOSO, Mário, «A Tradição náutica na mais antiga história da Península Hispânica» — comunicação apresentada no Congr. Int. de Hist. dos Descobrimentos (Lisboa, 5 a 11 de Setembro de 1960) in *Revista de Guimarães*, vol. LXX, n.os 1-2, 1960.

2 — VARELA, José Manuel Vasquez, «La navegación durante la prehistoria en el Atlántico», *Boletín Avriense*, ano VI, tomo VI, Orense, 1976.

EMBLEMAS

«Ils la décorent des symboles de la terre
et de l'eau, puis y ajoutent leur propre
histoire».

Henri Kérisit

Tantas vezes fascinados pelos *painéis dos moliceiros*, perdemos a visão dos emblemas das bateiras. Nestas, os sinais pictóricos despem-se das cercaduras, das legendas, dos arabescos e apresentam-se na sua expressão mais simples. Porém, também aqui se fazem sentir os efeitos de influências estranhas... Aquele que seria primitivamente um sinal de propriedade ou de protecção mágica é, hoje, sempre substituído pelo emblema de clube, pela bandeira ou pela flor estilizada.

Durante o estudo realizado ao longo da laguna ocorreu-me, por mais que uma vez, a hipótese de que esses sinais gravados nas proas das bateiras seriam anteriores à exuberância decorativa do moliceiro. Neste caso, em vez do verbo *despir* deveria utilizar *vestir*: seriam os moliceiros a vestir-se de rendas, a cobrir-se de véus, de tal modo que o sinal primitivo ficaria submerso em cores e formas. Porém, os espécimes actuais não permitem confirmar esta hipótese... Pelo contrário, poder-se-á supor que a utilização de cores vivas e de sinais emblemáticos nas bateiras resulta de influências exteriores, nas quais participa o próprio moliceiro, influências reveladas graças ao fácil acesso a tintas industriais.

Apesar disto, construo no meu pensamento a imagem de uma bateira «primeva», embreada a negro com um pequeno emblema gravado na proa: um sinal de protecção e propriedade.

Luis de Magalhães, que é dos primeiros a referir-se às embarcações da ria, refere a existência de decoração no moliceiro e na bateira chinchorra nos seguintes termos:

«As bateiras chinchorras têm, como os moliceiros, a particularidade de ser ornamentadas, à proa e à ré, de várias pinturas e emblemas. Ao contrário, porém, dos moliceiros, cujos motivos ornamentais são os mais diversos e de ordinário profanos, as pinturas das chinchorras reduzem-se apenas a imagens de santos e de santas»⁽¹⁾.

Chinchorro designa um aparelho de pesca; Baldack da Silva descreve-o ⁽²⁾ como uma rede aberta pertencente ao grupo das de arrasto. *Chinchorra* designa, por sua vez, uma embarcação que utiliza esta rede; o arquitecto Lixa Felgueiras classifica-a ⁽³⁾ no grupo das bateiras murtoseiras, cujo perfil se apresenta próximo dos barcos de mar.

Esta semelhança parece confirmar que a *arte de xávega* é uma adaptação dos chinchorros das águas interiores, e o *barco de mar* a adaptação de uma embarcação da laguna como objectivo de a tornar capaz de atravessar a rebentação da

1 — MAGALHÃES, Luís de, «Os barcos da Ria de Aveiro», *Portugalia*, Porto Vol. I, 1910.

2 — *Op. cit.*

3 — «Barcos» in LIMA, F. de C. Pires de, *Arte popular em Portugal*, vol. III, Lisboa, ed. Verbo, 1975.



Foto: Daniel Guimarães, Torreira, 1985.

costa ⁽¹⁾. Ora, é sobretudo nos *barcos de mar* que perduram as imagens de santos e santas.

Considere, pois, como emblema todo e qualquer sinal pictórico simples, seja ele figurativo ou abstracto, sem legenda ou com uma frase que em nada altera o significado da imagem.

Neste sentido, juntei no mesmo «saco» sinais tão diferentes como o como o emblema do Futebol Clube do Porto, o *signo salimão* ou a imagem ingénua da Virgem Santa. Ao fazê-lo parti da hipótese de que qualquer deles cumpre simultaneamente uma função de marca de propriedade e

1 — Vide LAMY, Alberto Sousa, *Monografia de Ovar*, Ovar, 1977.

No cap. VII o autor considera que o aparecimento da arte da Xávega ou Artes Grandes estaria intimamente ligado à instalação de uma fábrica de conserva e extracção de óleo de peixe francês João Pedro Mijoule, por volta de 1776.

de protecção. E, pese embora o aparente mau gosto de alguns desses emblemas contemporâneos, a atitude é semelhante: trata-se de proteger o barco, pondo-o sob tutela de uma entidade mítica.

Esta espécie de totemismo nos barcos verifica-se em quase todos os pontos do globo e nas mais variadas épocas. A título de exemplo, entre os Fenícios, a imagem de um cavalo gravada nas proas de pequenos barcos de mar teria, segundo Varagnac, «um sentido simbólico, pois o cavalo é um animal feroz e valente, capaz portanto a sua imagem totémica de cavalgar as ondas do mar e proteger assim a embarcação na qual esteve esculpida» ⁽¹⁾. Entre os Romanos, as embarcações imperiais ostentavam, na proa, figu-

1 — Citado por CARDOSO, Mário, *op. cit.*

bibRIA

Foto: Daniel Guimarães, Torreira, 1985.

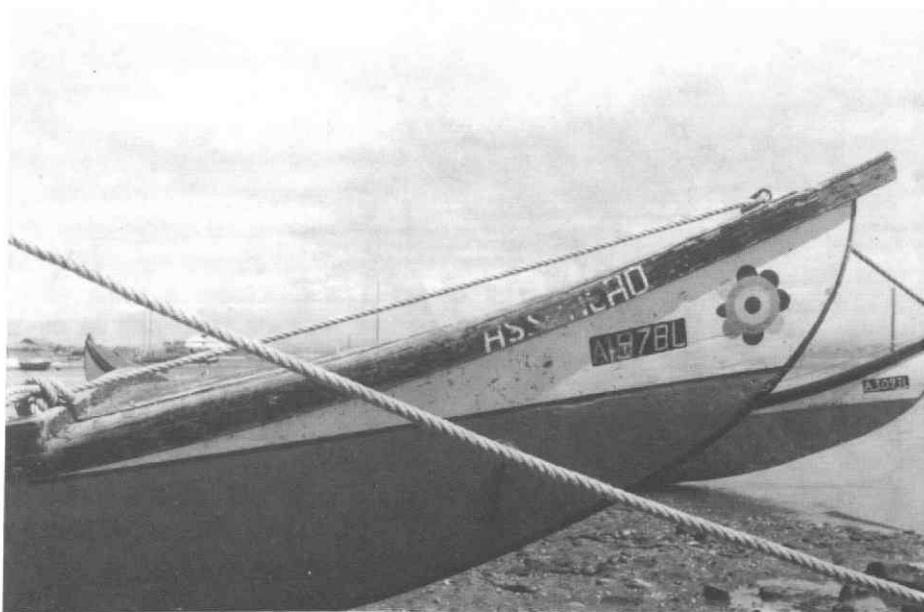


Foto: Daniel Guimarães, Torreira, 1985.



Barco de mar
Foto: Daniel Guimarães,
Torreia, 1983.

ras escultóricas ou insculpidas de pessoas, animais ou coisas (INSIGNIA), proa que era frequentemente rematada por uma crista colorida de madeira ou por um penacho de penas e crinas (APLUSTRE) e na popa apresentavam estátuas distintivas dos povos ou das divindades protectoras (TUTELLAE). Pertence também à tradição mediterrânica a existência do OCULUS (olho) escavado e/ou pintado nas proas dos barcos. Há a crença de que este sinal — que ainda hoje se encontra nas proas das escunas maltesas e gregas e que permanece em muitos dos barcos da costa portuguesa — habilita o barco a observar o seu caminho, a encontrar o melhor rumo e a alcançar bom porto; há quem veja no *oculus* uma herança da civilização egípcia: o olho do deus falcão Hórus, protector da navegação.

Em suma, a invocação do antepassado mítico manifesta a integração no grupo social ou comunidade e garante a protecção da embarcação e dos seus utentes.

Por vezes, de tão geometrizado, o emblema lê-se só como uma marca de posse, onde apesar de tudo se podem vislumbrar referentes religiosos ou supersticiosos.

Carlos de Passos referindo-se aos barcos de Pesca da costa portuguesa faz a listagem de numerosas marcas, algumas das quais se podem ainda observar nas embarcações da ria de Aveiro: as cruzes, os círculos concêntricos, as estrelas pentagonais ou hexagonais, o peixe ⁽¹⁾. Já em 1922, altura em que o citado trabalho é publicado, se verificava por vezes a repetição de emblemas no mesmo barco ⁽²⁾. Ora, é precisamente por via desta repetição que não raro, os emblemas são obrigados a saltar dos costados laterais para a cobertura do castelo de proa.



Proa de barco de mar

Foto: Daniel Guimarães
Torreia, 1986.

1 — PASSOS, Carlos de, «Barcos de Pesca», *Terra Portuguesa*, n.ºs 35-36, Dez. 1922.

2 — PASSOS, Carlos de, *op. cit.*, pp. 198-199: «Pescadores ha que na ideia, decerto, de mór realce a seus barcos os atulham com dois, três e mais emblemas, como um da Figueira cuja ornamentação ia a quatro divisas».



Proa de Chinchorra
Foto: Daniel Guimarães,
Torreira, 1986.

biblioteca



Foto: Daniel Guimarães,
Canal de S. Roque, 1986.

CASTELO DE PROA, GOLFIÕES E BICA

*«Já te fiz a cama na proa de uma
bateira*

*Bertedoiro ao leme e outro à
cabeceira».*

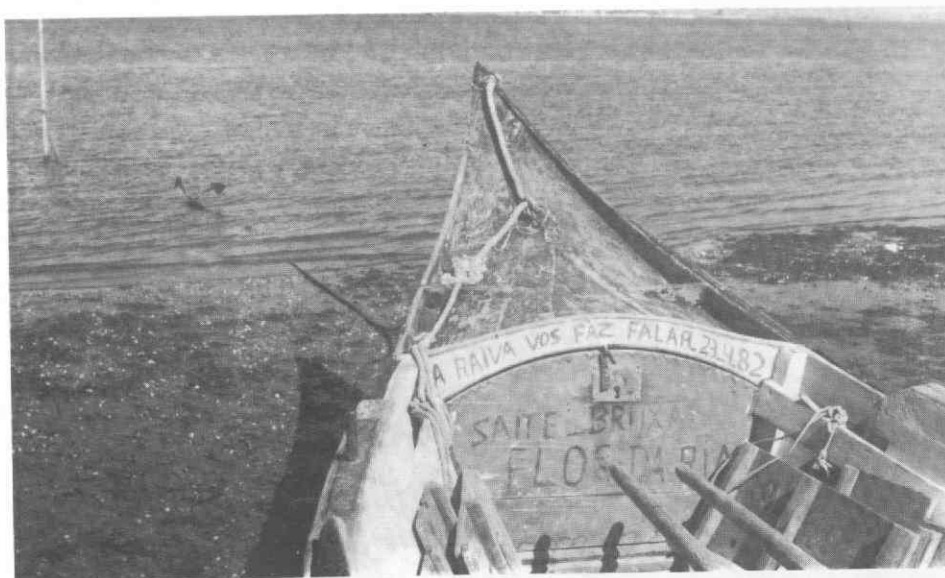
(Cantiga tradicional do S. Gonçalves
em Aveiro).



Seja nas proas fechadas do moliceiro, do
saleiro ou da bateira maior, seja nas proas aber-
tas da caçadeira, esta zona surge como área

privilegiada na distribuição dos sinais pictóricos. Esta concentração é possibilitada pelas condi-
ções morfológicas e funcionais do castelo de
proa: aí está uma das maiores superfícies da
embarcação, que se mantém obviamente fora de
água, logo, exposta à observação. A região inte-
rior do castelo de proa é também uma das zonas
mais resguardadas da embarcação, lugar onde se
guarda o que é precioso, onde se pernoita e onde
se preparam as refeições. Por isso, ela é especi-
almente protegida e embelezada.

Ora, regra geral, esta dupla função mágica e
estética não está cindida, isto é, os sinais pictó-
ricos são simultaneamente signos propiciatórios e
formas de embelezamento. Em alguns casos,
porém, uma das funções assume maior importân-
cia, fazendo passar a outra a segundo plano.



«Saite bruxa-flor da Ria»
Foto: Daniel Guimarães,
Torreira, 1985.



Moliceiro
Foto: Daniel Guimarães,
Torreira, 1985.

Basicamente, o interior da proa é, como já se disse, paiol e abrigo. No moliceiro e no saleiro, o espaço é organizado: encontram-se prateleiras laterais, uma caixa com portinhola para guardar valores e documentos e na extremidade dianteira o *pique* onde se arrecadam o pão e a vela. por complemento, a ré pode desempenhar funções semelhantes; no moliceiro, sob o assento do arrais (*entremesa*) arrumavam-se as forcadas e tamancas e o barril de água potável, enquanto nas costas se situava o depósito de sal.

Proa e ré tornavam-se os dois pólos de organização do interior da embarcação. Na proa concentravam-se os objectos ou substâncias que se devem manter longe da água (documentação, dinheiro, velas), na ré aqueles que não se deterioram mesmo que molhados (barril de água, sal grosso, forcadas). A proa surge como a zona seca onde se cumprem funções «secas»: descansar/dormir, fazer lume. A ré surge como a zona húmida onde se realizam funções «húmidas»:

conduzir o barco, defecar.

Considerando o interior da embarcação, apenas nestas duas regiões, sobretudo na proa, se encontram sinais pictóricos. Quando o castelo de proa é fechado, a porta pode apresentar fechadura especialmente concebida para o efeito. Nesta porta, não raro se desenha a estrela pentagonal — o *signo salimão* — pintado ao gosto de cada artista.

O significado oculto deste símbolo tem sido frequentemente posto em relevo. No «Dictionnaire des symboles»⁽¹⁾ diz-se que:

«Les cinq branches du pentagramme accordent en une union féconde le 3, qui signifie le principe mâle, et le 2, qui correspond au principe féminin. Il symbolise alors l'androgynat». Depois, esclarece-se que: «Le pentagramme signifie en-

1 — CHEVALIER, Jean e CHEERBRANT, Alain, *Dictionnaire des Symboles*, Paris, ed. Seghers et ed. Jupiter, 1973.



Foto: Daniel Guimarães,
Torreira, 1986.



Execução do friso do
castelo de proa

Foto: Daniel Guimarães,
Ribeira da Aldeia,
Pardilhó, 1985.

core le mariage, le bonheur, l'accomplissement».

Além dos sinais propiciatórios que podem ser pintados na porta, como é o caso assinalado do *signo salimão*, não raro se distinguem legendas que seguem habitualmente o remate do castelo de proa. Estas legendas são, pode dizer-se, de regra nas *chinchorras*. A sua função é ainda e também propiciatória. É frequente encontrar aí frases de devoção religiosa ou fórmulas supersticiosas.

Em exemplos mais recentes, verifica-se com muita nitidez a manifestação de influências estranhas à tradição indígena. Nestes casos, as legendas valem sobretudo como sinais de uma mentalidade que muda. Vários factores contribuíram para

esta mudança: o contacto com o estrangeiro, seja por via da emigração, seja por via das viagens de pesca (do bacalhau, sobretudo), a proximidade aos hábitos urbanos, o acesso fácil aos meios de comunicação, nomeadamente à televisão... — estas parecem ser as razões de maior peso.

No moliceiro, o remate ou friso do castelo de proa é também tradicionalmente decorado, não com legendas, mas com motivos florais.

A bica — que é o ponto terminal da proa — surge invariavelmente decorada, se mais não seja pintada com cores vivas. Nos *barcos de mar* e nas *chinchorras* é costume atar-lhe ramos de flores silvestres, junto a imagens de devoção. Por vezes, como excepção e não como regra,

encontram-se outros objectos associados aos ramos.

No moliceiro, a existência de ramos a «enfrentar» a bica verifica-se apenas em circunstâncias especiais, nomeadamente por ocasião do seu bota-abaixo. Na verdade, a bica do moliceiro prescinde facilmente de tais adereços: o seu lançamento próprio, o modo como se destaca no terminus da proa, a sua autonomia cromática e formal...

Qualquer acrescento pareceria estar a mais.

Porém, o moliceiro não renunciou ao seu ramo de flores!

Na base da bica, pintado e devidamente organizado, com direito a jarro ou a vaso, está o ramo floral. De certa maneira, o moliceiro não prescinde de nada que os outros tenham... Faz mais e melhor! Quase sempre, incorpora em si os sinais e as marcas que os outros ostentam.

A bica é, portanto, local privilegiado na protecção da embarcação. Ela comporta-se como uma extensão do barco... uma sonda de orientação, aquilo que marca o rumo.

Entre todos os povos com tradição náutica verifica-se um cuidado especial na «animação» do terminus da proa. Já no capítulo anterior, a título de exemplo, referi o APLUSTRE, que designa a crista de madeira esculpida ou os penachos

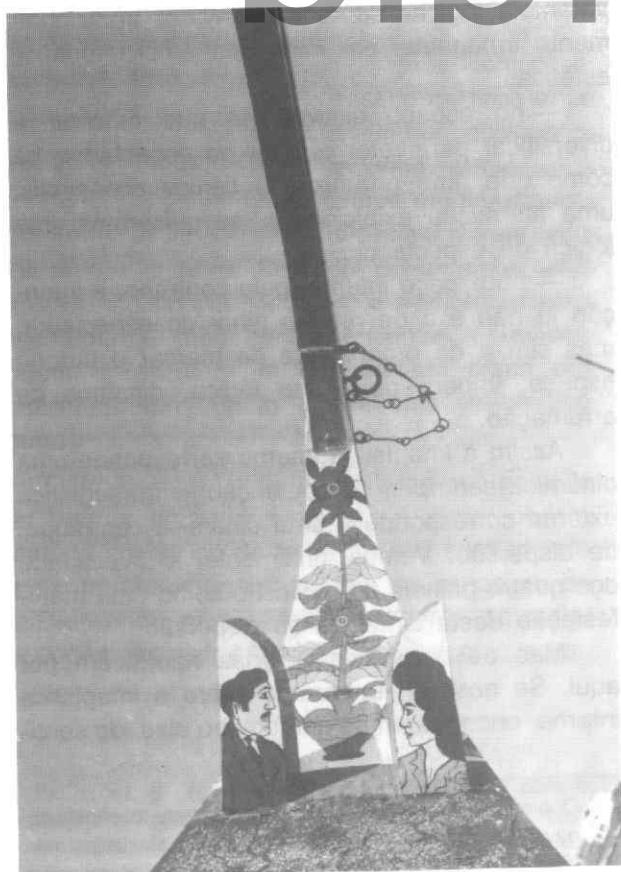


Foto: Daniel Guimarães, Torreira, 1985.



Proa de Chinchorra

Foto: Daniel Guimarães, Torreira, 1986.

que rematavam a proa das embarcações imperiais romanas.

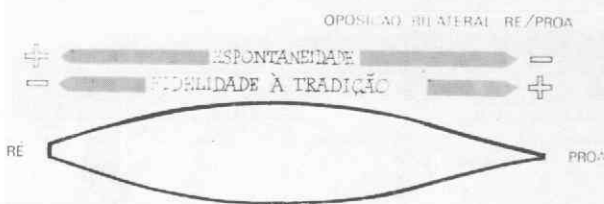
Ainda sobre o castelo de proa das chinchorras, dos moliceiros e dos mercantéis se encontram os *golfiões* ou *mãozinhas*. Trata-se de duas incrustações sistemáticas de madeira que facilitam a fixação das alfaias da respectiva arte (varas, ancinhos, etc.).

No moliceiro, a decoração alcança estas peças. É de regra representar aí as figuras de um homem e de uma mulher. Nas outras embarcações isto já se não observa; quanto muito, os *golfiões* são pintados com cores complementares.

EIXOS NA DECORAÇÃO

Quedemo-nos então no moliceiro e nas suas pinturas. Como é sabido, este barco apresenta quatro painéis com motivos diversos e legendas apropriadas. Não raro, nestes painéis de cores vivas, distinguem-se dois grupos: os de proa e os de ré. Reconhece-se vulgarmente existir um espírito diferente entre eles: na proa um maior cuidado de ornamentação com maior fidelidade a

motivos tradicionais; na ré, a presença de motivos mais sugestivos e legendas mais espirituosas. Esta análise, aqui apenas esboçada, sugere a existência de um eixo transversal a dividir a embarcação em dois polos.



O espírito das decorações, que podemos caracterizar por, respectivamente, ser mais fiel a modelos tradicionais na proa e mais espontâneo na ré, acompanha e confirma as considerações feitas aos capítulos precedentes. Vimos já que, no interior da proa se concentram os objectos ou substâncias a proteger da humidade e se realizam funções «secas», enquanto na ré se concentram objectos ou substâncias «húmidas» e se realizam funções «húmidas». Certamente, a variação dos modelos icónicos entre as duas zonas corresponde à variação no carácter das funções praticadas.

Conduzir a embarcação — função basicamente assegurada pelo arrais posicionado na ré — é metaforicamente representada por imagens e legendas cuja liberdade se assemelha à do próprio condutor na orientação da embarcação. Também o espírito mais liberto dos painéis, por vezes picante ou jocoso, se pode associar, nesta operação metafórica, às funções de defecar e/ou urinar tradicionalmente concentradas na ré.

	FUNÇÕES	IMAGÍSTICA
PROA	• Descansar/Dormir • fazer lume • Armazenar/guardar: documentação, dinheiro, pão, velas	• Maior rigor na execução • Fidelidade a modelos (icónicos e signos verbais)
RÉ	• Capitanejar o barco • Defecar/urinar • Armazenar/guardar: água, sal, forçadas	• Menor rigor na execução • Proliferação de ícones e signos verbais

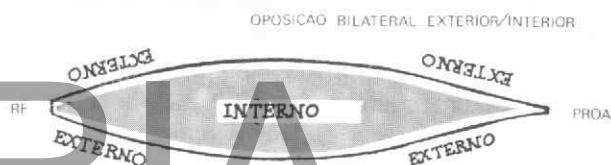
A complementariedade e oposição simétrica entre a proa e a ré verifica-se pois ao nível da respectiva funcionalidade e do «espírito da decoração». Esta verificação conduz directamente à ideia de que a «decoração» nos barcos em geral e no moliceiro em particular não é fortuita nem aleatória; ela integra-se nas estruturas morfológicas e funcionais da embarcação.

Contemplando os quatro painéis do moliceiro, o espectador rapidamente se aperceberá da sua diferença. Tratam-se com efeito de quatro painéis diferentes e não de dois iguais na proa e dois iguais na ré. Este facto introduz uma pertur-

bação na consideração acima enunciada de um eixo transversal. Podemos naturalmente atribuir esta multiplicidade de painéis a uma riqueza imaginativa do seu criador ⁽¹⁾ Esta explicação, digamos que psicológica, não parece todavia suficiente para a compreensão estrutural do moliceiro.

Trata-se pois de visualizar cada embarcação como um todo formado de partes onde se registam fenómenos solidários e inter-dependentes.

Regressemos ao interior do barco... Os painéis ficaram do lado de fora, numa exibição de cor e formas para o exterior. Eles constituíam a vertente extrovertida da embarcação, aquilo que se expõe. No interior, pelo contrário, ficam os sinais internos, a ser «consumidos» pela tripulação; estas marcas de cor, estes sinais abstractos ou figurativos, já enunciados, organizam/protegem o espaço interno da embarcação. Estamos de novo perante uma relação de oposição bilateral: espaço externo/espaço interno.



A imagística existente nestes dois espaços patenteia lógicas diferentes, embora tradicionalmente irmanadas em intenções propiciatórias e estéticas:

— no espaço externo há que ostentar e diversificar para reter o olhar do espectador; há como que uma organização cénica dos sinais, uma afirmação exibicionista, se quisermos uma lógica de espectáculo;

— no espaço interno, pelo contrário, a intenção já não é a de reter o olhar do espectador, mas sim a de organizar e de marcar o próprio espaço; impera pois uma lógica, digamos de arrumação.

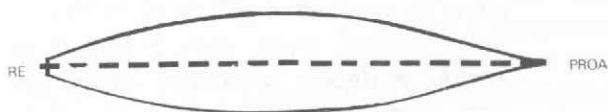
Assim à imagística interna corresponde uma dinâmica centríptea, de contenção, e à imagística externa corresponde a uma dinâmica centrífuga, de dispersão. Vemos, finalmente, a diversidade dos quatro painéis do moliceiro como uma manifestação desta dinâmica de dispersão.

Mas as oposições binárias não ficam por aqui. Se nos concentrarmos sobre a imagística interna, encontraremos um terceiro eixo, de senti-

1 — O pintor de moliceiros é tradicionalmente o construtor naval. Recentemente, porém, é frequente a existência de pintores «especializados» a quem os arrais encomendam os trabalhos de pintura.

do longitudinal, que vai dividir o moliceiro em duas regiões complementares, de algum modo correspondentes aos dois bordos do barco.

OPOSIÇÃO BILATERAL SOTAVENTO/BARLAVENTO

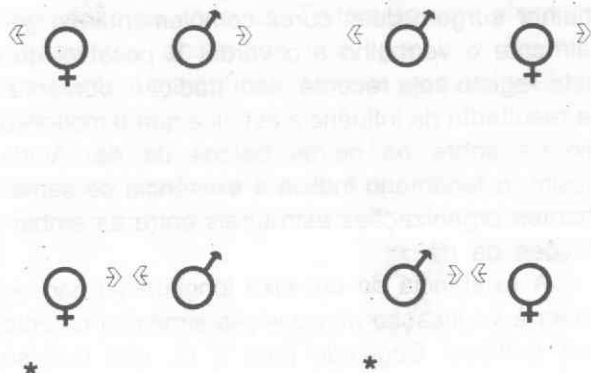


Poderíamos denominar *a priori* estas duas regiões de bombordo e estibordo. Pessoalmente, prefiro utilizar outra terminologia — a região de barlavento e a região de sotavento. Barlavento e sotavento definem-se por relação com a direcção do vento: o primeiro designa o bordo que fica para o lado donde sopra o vento; o segundo designa o bordo contrário. Ora, esta terminologia, que tem o curioso registo indígena de *por cima do vento* e *por baixo do vento*, tem uma importante consequência: há reciprocidade entre os dois bordos do barco, isto é, o bombordo pode ser indiferentemente barlavento e sotavento, o mesmo se passando com o estibordo. As razões desta preferência estão no meu conhecimento local das condições de navegabilidade que obrigam constantemente ao bolinar⁽¹⁾ e ao próprio tipo de decoração.

A imagística interna do moliceiro já referida no capítulo anterior é constituída por pinturas e frisos nos vãos da ré, pelos signos icónicos e frisos pintados na porta do castelo de proa e, já como extensão, pelas imagens nos golfiões e pelo arranjo floral que se prolonga na bica.

De todos estes sinais sempre me fascinaram as figurações ingénuas de um homem e de uma mulher nos golfiões. Comecei por procurar uma regra de registo em bombordo e estibordo destas duas figuras, mas não a encontrei... ambas podem apresentar um determinado barco um posicionamento oposto àquele que se oferece noutro.

Outro registo variável diz respeito à posição das figuras, uma relativamente à outra: podem estar de costas ou de frente, o que corresponde na expressão indígena à ideia de zanga ou de amizade entre namorados. Finalmente, os registos podem arrumar 4 modos, descritos no quadro.



Destes, os dois assinalados com * assumem maior frequência. Este facto prende-se certamente a razões morfológicas: os golfiões apresentam uma forma típica que favorece o registo daqueles dois modos.

Esta oposição simétrica entre os dois princípios — masculino e feminino — nos golfiões do moliceiro vai, de certo modo e com uma relativa frequência, ser resolvida na estrela pentagonal pintada na porta do castelo de proa; como vimos anteriormente o *signo salimão* simboliza a união dos contrários.

Curiosamente ainda, o registo das figuras masculina e feminina nos golfiões do moliceiro



Ré de Moliceiro

Foto: Daniel Guimarães Torreira, 1985.

1 — Em crónicas gravadas em Fevereiro de 1986 para o programa *Ponte Praça* na R.I.A. afirmou: «este é o signo de Aveiro: o vento. O vento e não a água. Há talvez um encontro entre os dois elementos: a água concede a substância da superfície, mas é o vento que a agita».

tem um paralelo em algumas bateiras chinchorras e barcos mercantéis... Em lugar do homem e da mulher surgem duas cores complementares, geralmente o vermelho e o verde. É possível que este registo seja recente, sem tradição, porventura resultado da influência estética que o moliceiro exerce sobre os outros barcos da ria. Ainda assim, o fenómeno indicia a existência de semelhantes organizações estruturais entre as embarcações da ria.

A existência de um eixo longitudinal não se limita à verificação da oposição simétrica patente nos golfiões. Seguindo para a ré, não raro se encontram superfícies de cor nos respectivos vãos, pintados de acordo com a mesma lógica de oposição bilateral. São manchas de cor complementares rigorosamente separadas.

Em conclusão, a abordagem da imagística do moliceiro passa pela consideração de três ordens de oposições bilaterais:

- A — entre a Ré e a Proa — polos de organização;
- B — entre o interior e o exterior — espaços de organização;
- C — entre barlavento e sotavento — regiões de organização.



ARABESCOS E FLORES

«Os barcos vestem-se como se vestiram os corpos, e se enfeitaram, guarneceram, defenderam com o que vestiram e como os vestiram. Cobriram-se de faixas, listas, grades, sinais, como o homem se cobriu, e depois guarneceu casas, vãos, cestos, sacos, arcas, leitos, tudo quanto lhe servisse e de que se servisse».

Luís Chaves

As relações estruturais postas em destaque não excluem a proliferação de sinais gráficos. Mas, nunca é demais repeti-lo, esta proliferação que nos espanta no moliceiro, esta riqueza imagística que o cobre, acontece no quadro de uma lógica de oposições bilaterais.

Numa primeira aproximação à decoração patente no moliceiro restar-nos-ia a afirmação do espanto perante a riqueza e complexidade da mesma. Esta reacção de espectador desprevenido encontra-se em muitos dos autores que têm escrito sobre os barcos da ria. Enaltece-se o resultado desse espanto, dando azo às mais vastas considerações poéticas. Há quem, ao procurar a razão das coisas, ou simplesmente imerso na primeira impressão do olhar, faça rebater sobre o casco do moliceiro as características da paisagem. É assim que se vê no lançamento da proa a reprodução do peito de um inefável palmípede, nos frisos e cercaduras o registo de plantas da ria e do ondular das águas... Trata-se, assim o creio, de uma visão reducionista e incompleta, na medida em que supõe a redução de um fenómeno de ordem cultural a fenómenos naturais.



Foto: Daniel Guimarães, Torreira, 1983.

Na posição do espectador, também eu me admiro ao ver estes barcos ostentando as suas cores de festa, me divirto ao ler a suas legendas picarescas... De certo modo, esta admiração só tem lugar porque a paisagem apresenta uma homogeneidade de cor e de formas. Por mais que uma vez me encontrei a pensar que a imagística do moliceiro era como é, por oposição — e não simpatia — com a paisagem. E, deixando vogar a ideia, pus-me a conceber que todos os sinais pintados no moliceiro e nos outros barcos da ria mais não fazem que capturar a luz em formas oriundas do passado — essa luz que na ria não tem dono. Então, os *sinais flutuantes* seriam modos de aprisionar a luz, como as redes ou anzóis pescam as criaturas da água.

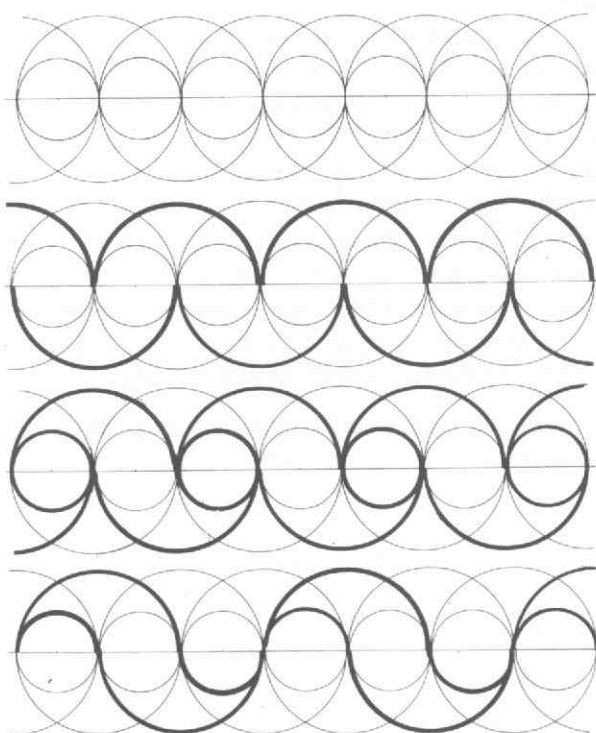
Podemos obviamente continuar a ver nos arabescos o registo de espécies naturais, embora seja disparate reduzir os memos a uma imitação cega do ambiente.

Por outro lado, as relações estruturais bilaterais postas em destaque podem ser insuficientes para a compreensão cabal desse conjunto de sinais que, no moliceiro, emoldura o motivo central e anima por vezes o friso do castelo de proa.

A proliferação de ícones nestas cercaduras só se manifesta, digamos que à superfície...

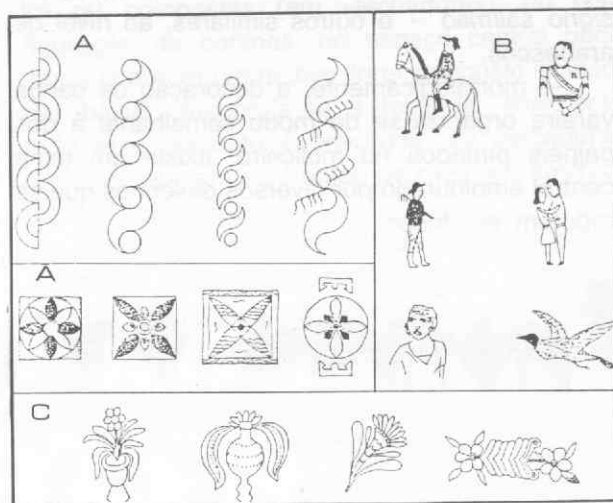
De um ponto de vista morfológico todos eles são geométricos. E mais! Encontramos um ascendente geométrico comum a três grupos desses frisos, genericamente aqui denominados por arabescos.

Morfo-génese dos arabescos.



Parece pois pouco razoável ver nestes arabescos a representação estilizada de molíços, ondulação ou conchas. Tratam-se com efeito de ornamentos abstractos que, por isso mesmo, apresentam maior fidelidade aos modelos gráficos estabelecidos.⁽¹⁾

Ainda nas cercaduras e frisos encontramos um grupo vasto de ícones fitomórficos.



A - Elementos, desenhos e composições geométricas (frisos)
B - Desenhos livres (motivos centrais)
C - Composições ornamentais mistas

Aqui verifica-se maior variabilidade de formas. Em todos eles, porém, os referentes reconhecem-se como flores.

Arabescos e flores espalham-se pois pelo «corpo» do moliceiro e hoje chegam mesmo a revelar-se ainda timidamente em algumas das outras embarcações tradicionais da Ria. Mas, perdida que fica a sua intenção propiciatória, podemos naturalmente perguntar para que servem estes sinais...

Basicamente, eles mantêm e alimentam uma intenção estética. Por esta, entendo o intuito de se fazer bonito. O moliceiro quis fazer-se bonito... por isso, se vestiu como se vestem os corpos, se enfeitou, adornou, se cobriu de listas, faixas, grades, sinais — como escreveu Luís Chaves na passagem citada na abertura deste capítulo.⁽²⁾

Em diversas ocasiões, mais que um autor tem destacado a semelhança que se verifica entre a imagística dos barcos da ria, em especial do moliceiro, e a decoração de cangas e jugos na região. Esta relação de simpatia que existe entre

1 — DUNARE, Nicole, *Criteria for the classification of folk ornaments*: «Estudos diacrónicos mostraram que a ornamentação geométrica é conservadora e tem uma considerável continuidade. Pelo contrário, a ornamentação livre tem provado ser mais receptiva à mudança».

2 — CHAVES, Luis, «A Decoração dos nossos Barcos», *Broteria*, vol. 41, 1945, p. 52.

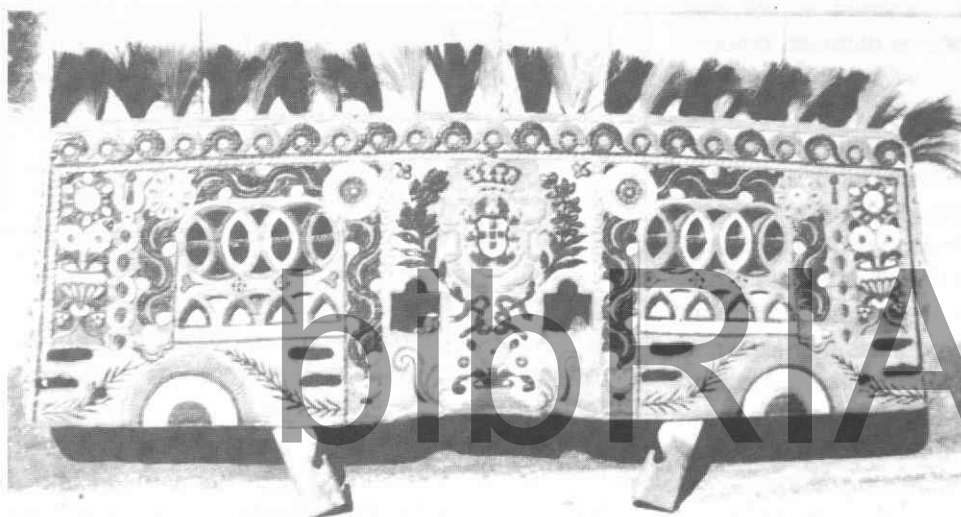
o moliceiro do norte e a canga vareira verifica-se a diversos títulos:

— geograficamente, ocupam regiões comuns ou muito próximas; alguns dos construtores — mestres barqueiros e jogueiros respectivamente — têm as suas oficinas nos mesmos concelhos;

— tematicamente, apresentam alguns motivos comuns — onde se destaca o vaso florido e o *signo salimão* — e outros similares, ao nível de arabescos.

— morfológicamente, a decoração da canga vareira organiza-se de modo semelhante à dos painéis pintados no moliceiro: existe um tema central emoldurado por diversos desenhos que se repetem em frisos.

segunda metade do século XIX.⁽¹⁾ Antes desta data, não se encontra decoração na variante vareira dos jugos de tábuas. Este facto inclui-se, segundo os autores, num conjunto de modificações verificadas ao nível do quotidiano dos lavradores a norte da ria em meados do século XIX; enriquecimento das construções e dos traçados das casas de lavoura, ostentação e enriquecimento de objectos de uso comum, melhoria geral das condições de vida. Uma série de razões justificariam esta prosperidade: as reformas agrárias de Mouzinho da Silveira de 1832 e 1834, a legislação complementar de 1846 e 1860, a política de construção de estradas do fontismo, o dinheiro dos retornos do Brasil. Escrevem os



Canga Vareira
Foto: Daniel Guimarães, 1986.

Há finalmente um facto que irmana em definitivo o moliceiro com o carro de bois e, por extensão, os painéis pintados com a decoração da canga: ambos cumprem funções agrícolas, ambos são originariamente alfaia dos lavradores locais. E, obviamente, num e noutro caso, a imagística inscreve-se na ordem social e não na ordem natural. De um ponto de vista de funcionalidade imediata, esta riqueza icónica que um e outro ostentam é nula, isto é, as pinturas em nada favorecem a apanha do moliço ou o trabalho dos bois. Ao nível da crença indígena elas poderão propiciar alguma protecção... Mas... não será também esta crença um registo de uma outra intenção que é a de ostentar o próprio poder? Não será a proliferação de sinais um modo inocente de exibicionismo?

Na esclarecida obra *Sistemas de Atragem dos bois em Portugal*, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira datam o exemplar mais antigo de jugos decorados na

autores:

«Os grandes jugos lavrados — e as demais alfaia e objectos que mencionamos — terão portanto surgido apenas por volta dos meados do século XIX, como mais um aspecto e manifestação desse renovo, prosperidade e euforia decorrentes das reformas liberais no plano da vida rural, naquela época e naquelas regiões. Eles representarão seja uma criação original, seja, mais provavelmente, o enriquecimento e desenvolvimento de uma dessas anteriores cangas de tábuas, modestas e sem qualquer valor». ⁽²⁾

Ora, o moliceiro começou por ser uma alfaia do lavrador local. O aparecimento da profissão de

1 — OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, HALHANO, Fernando e PEREIRA, Benjamim, *Sistemas de Atragem dos bois em Portugal*, Lisboa, Inst. Alta Cultura — Centro de Estudos de Etnologia, 1973.
p. 82: «O exemplar datado mais antigo que até agora encontramos, é de 1868».

2 — *Op. Cit.*, p. 87.

moliceiro surge quando a procura, determinada pelo próprio crescimento rural, senão mesmo a elegância e altivez das suas formas, constituem o resultado de um *boom* local.

Aquilo que se passa com a canga vareira — provavelmente a descendente «endinheirada» de uma tosca canga de tábuas — passar-se-ia finalmente com o moliceiro — o descendente enobrecido de uma embarcação local indiferenciada.

Em conclusão, esses sinais radiosos, essas cores de festa que capturam a luz, existem para que o moliceiro seja tão bonito, quanto próspero é o seu patrão.

UM EXIBICIONISTA A «BOLIAR»

«— Oh que caravela esta!
Põe bandeiras, que é festa,
Vêga alta, âncora a pique.»

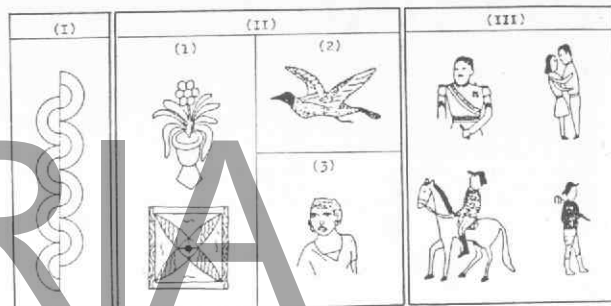
(Fala do diabo no Auto da Barca do Inferno,
Gil Vicente).

A palavra *exibicionista* pretende pois aqui designar o fenómeno de ostentação que a imagística do moliceiro patenteia. Ao bolinar — ou *baloçar*, segundo o registo indígena — nas águas da ria, o moliceiro transmite ao espectador a riqueza e a prosperidade do seu proprietário. Como vimos, também, as variações de pormenor, ao nível dos sinais componentes de cercaduras e de frisos, integram-se em esquemas geométricos e morfológicos bem definidos.

Aproximemo-nos mais ainda dos painéis

pintados à proa e à ré. Numa análise, isolámos elementos geométricos abstractos e fitomórficos repetidos, elementos fitomórficos isolados, representações complexas de cenas do quotidiano, legendas — tudo isto em cores primárias! Cada painel apresenta no centro uma representação figurativa devidamente emoldurada em formas geométricas simples (círculo, quadrado, rectângulo) ou compostas (em «fechadura»), ou pela figuração de cortinas; no espaço central pode ainda aparecer um motivo floral composto isolado; por baixo, desenrola-se a legenda; finalmente todo este conjunto é envolvido por cercaduras onde se repetem elementos geométricos abstractos ou fitomórficos.

Como escrevi noutra ocasião: «Cada painel apresenta uma organização regular; à medida que se aproximam da periferia, as decorações tornam-se mais geometrizadas», (1).



(I) ORNAMENTOS ABSTRACTOS
(II) ORNAMENTOS CONCRETOS: (1) fitomórficos
(2) zoomórficos (3) antropomórficos
(III) ORNAMENTOS DE EXPRESSÃO SOCIAL

1 — GUIMARÃES, Daniel, «A decoração do moliceiro», *Boletim Municipal de Aveiro*, Aveiro, ed. da Câmara Municipal de Aveiro, n.º 2, ano I, 1983, p. 29.



Foto: Daniel Guimarães, Torreira, 1985.

Por complemento, do ponto de vista do espectador, cada painel apresenta uma organização centrípeta, na medida em que (con)centra o olhar.

Há de certo modo, um dinamismo cénico nestas pinturas, realçado por algumas das molduras que enquadram o motivo central. Frequentemente, sobretudo nos painéis da ré onde, como vimos, a temática é mais liberal, a legenda reforça a impressão de estarmos perante um fragmento de uma peça de teatro.



Foto: Tércio Guimarães, s/d..

Em conclusão, podemos afirmar que cada painel apresenta uma estrutura idêntica submetida a três características fundamentais:

- uma figuração central devidamente emoldurada por sinais tanto mais geometrizados quanto periféricos;

- uma legenda sob a figuração central;

- uma estratégia de concentração do olhar do espectador.

Esta estrutura possibilita criações diferentes.

Os quatro painéis de cada embarcação têm, por regra, uma autoria comum que se pode identificar, ou não, com a figura do construtor naval. Naturalmente, o conjunto dos quatro painéis do mesmo barco, manifesta um estilo. Por estilo entenda-se:

- a) a posse de um conjunto de processos técnicos — tipos de tintas e gama de cores,

- instrumentos utilizados e existência ou inexistência de moldes, modelos para soluções geométricas, etc.;

- b) o modo de gerar as pinturas — recurso ou não a esboços, reprodução ou não de imagens de proveniência diversa;

- c) a existência de um vocabulário plástico pessoal, socialmente integrado.

Seria pois interessante fazer o levantamento e a análise dos diversos estilos evidenciados. Porém, o estudo exaustivo desta matéria pressupõe o conhecimento de todos os exemplares produzidos ao longo do tempo. Esta condição prévia é dificultada sobretudo pela curta duração de cada painel e pela relativa dificuldade na identificação dos restauradores. A recolha de imagens a que procedi pode constituir uma contribuição neste sentido.

É interessante, por exemplo, verificar as diferenças de estilo entre dois pintores contemporâneos: Jacinto Vieira da Silva e Avelino Marcelo. O primeiro, que esteve num país da Europa como emigrante, evidencia uma certa erudição no tratamento gráfico e pictórico, uma inspiração quase literária (alguns destes painéis sugerem certas páginas de revistas de piadas), com maior peso da componente meramente decorativa.



Painel de Jacinto V. Silva

Foto: Daniel Guimarães, Torreira, 1985.

Avelino Marcelo manifesta uma maior simplicidade de traçado com a contrapartida de se repetir mais uma temática centrada nas preocupações da comunidade rural.

Num e noutro caso, podemos dizer não se verificar uma adulteração dos modelos tradicionais.

Noutros exemplares, porém, acontece manifestarem-se elementos perturbadores, seja ao nível dos temas, seja ao nível do respectivo tratamento pictórico. No primeiro caso, como exemplo, registam-se uma série de painéis já desaparecidos onde o tema central era a representação de um campino a cavalo.

Diríamos estar na lezíria ribatejana e não na Ria de Aveiro! Afinal, a explicação revelar-se-ia simples: fora exactamente um ribatejano «dotado»

que, durante a sua estadia nesta região, esgalhara estes painéis de temática tão insólita.

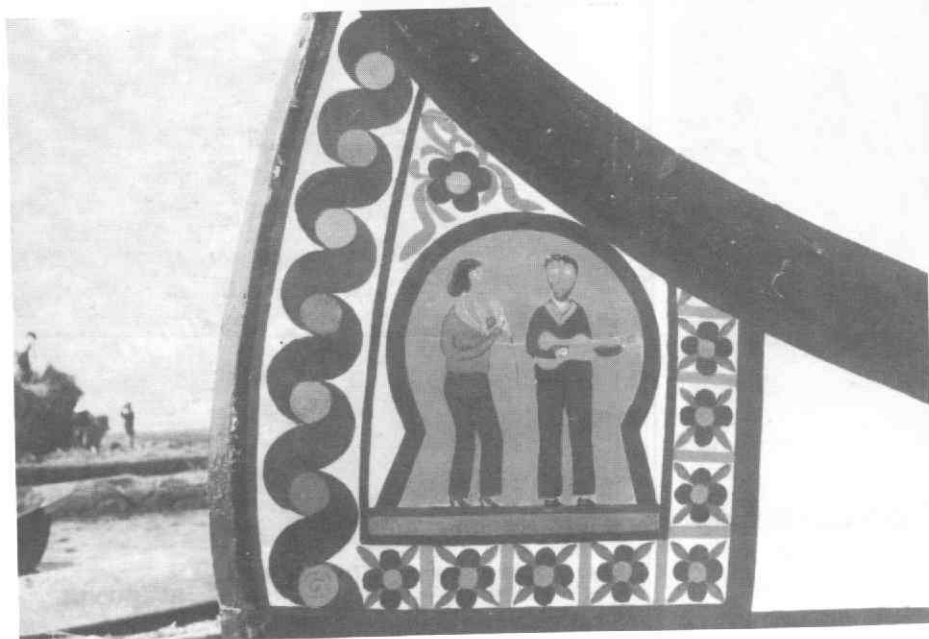
Com este exemplar, onde se vislumbra a representação do emblema da vila da Murtosa no centro do painel, podemos já falar em adulteração.

Como vimos no penúltimo capítulo, os painéis de proa apresentam em regra uma maior fidelidade a modelos temáticos estabelecidos; este facto tem como contra-ponto a limitação temática e pictórica. Na ré, pelo contrário, a liberdade é maior: os temas diversificam-se, «soltam-se» as legendas e, por vezes, inventam-se outros frisos.

Quando a pintura é entregue aos construtores navais, a proa ostenta geralmente as figuras de um monarca ou de um cavaleiro; num e noutro



Painel de Avelino Marcelo, inacabado
Foto: Daniel Guimarães,
P. da Aldeia, 1985.



Outro painel de Avelino Marcelo, inacabado
Foto: Daniel Guimarães,
P. da Aldeia, 1985.

caso, trata-se do registo da autoridade.

Curiosamente, em regra, a legenda anota o nome do construtor e por vezes o concelho e a data.

Na ré tem então lugar, de modo mais definitivo, a afirmação do estilo... Vêm à superfície as preocupações e o imaginário do criador-construtor. Depois, destacando-se na negrura da pá-do-leme, um sinal icónico faz as vezes da assinatura.

Face às relações estruturais explicitadas neste e nos capítulos anteriores, podemos distinguir três grandes grupos no universo dos painéis pintados nos moliceiros:

- um grupo que se caracteriza pela fidelidade, limitando a um pequeno número os motivos da figuração central;

- um grupo que se caracteriza pela inovação no tratamento dos temas centrais;

- um grupo que adultera a própria organização do painel e quase sempre subverte a distribuição coerente da sua imagística.

Este último constitui uma faceta negativa, do ponto de vista do património cultural da região, que, por isso mesmo, seria desejável manter-se nos limites da sua pequenez.

No segundo grupo encontram-se exemplares

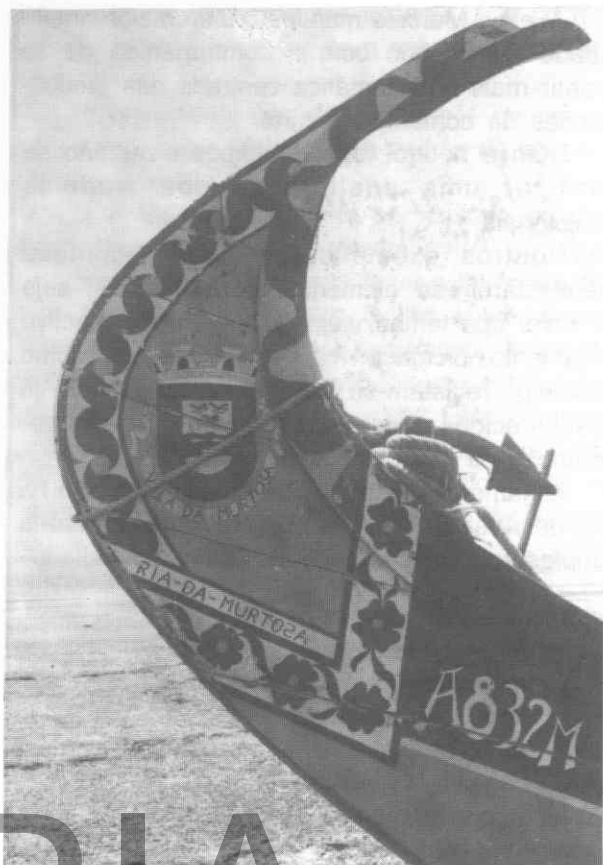


Foto: Daniel Guimarães, Torreira, 1985.

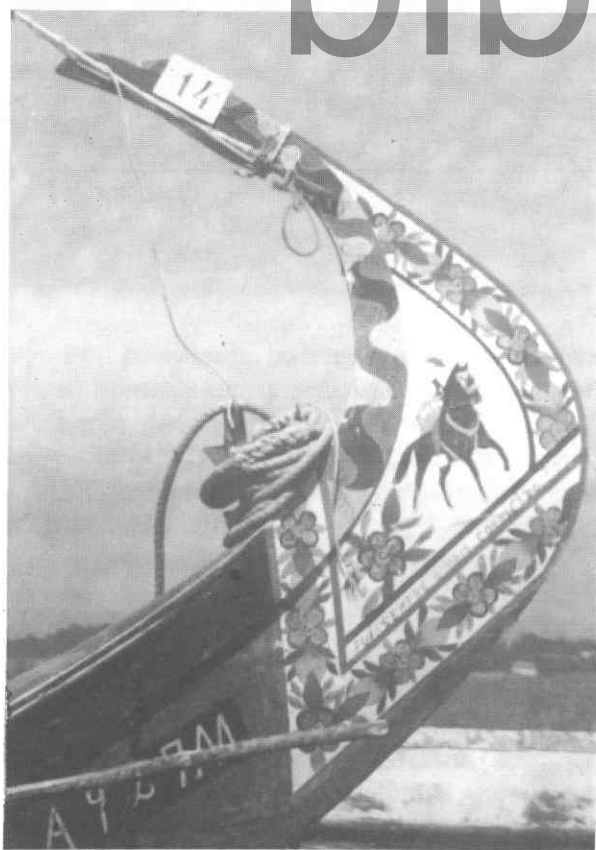


Foto: Tércio Guimarães, s./d..



Foto: Daniel Guimarães, Torreira, 1985.

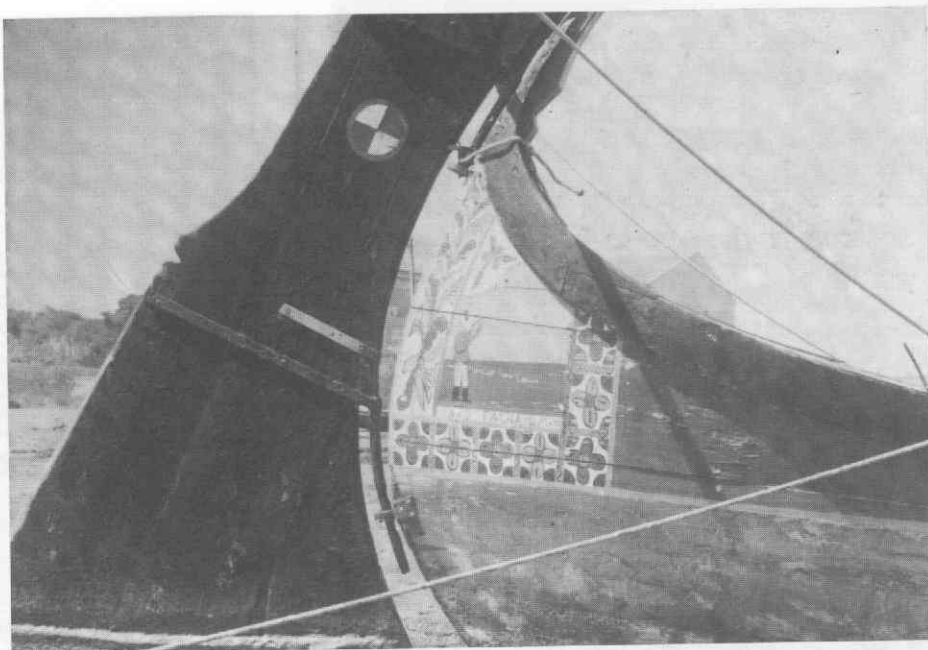


Foto: Daniel Guimarães,
Torreira, 1985.



Foto: Tércio Guimarães, s./d..

onde se acrescentam elementos ao registo tradicionalmente fixado.

Neste caso, a figuração de um *chefe de quina* é somada à imagem tradicional de um monarca. Há, de certo modo, o reforço do tema da autoridade, pelo recurso a um sinal dos tempos.

Encontram-se também temas que se inscrevem e registam fenómenos sociais; a emigração é

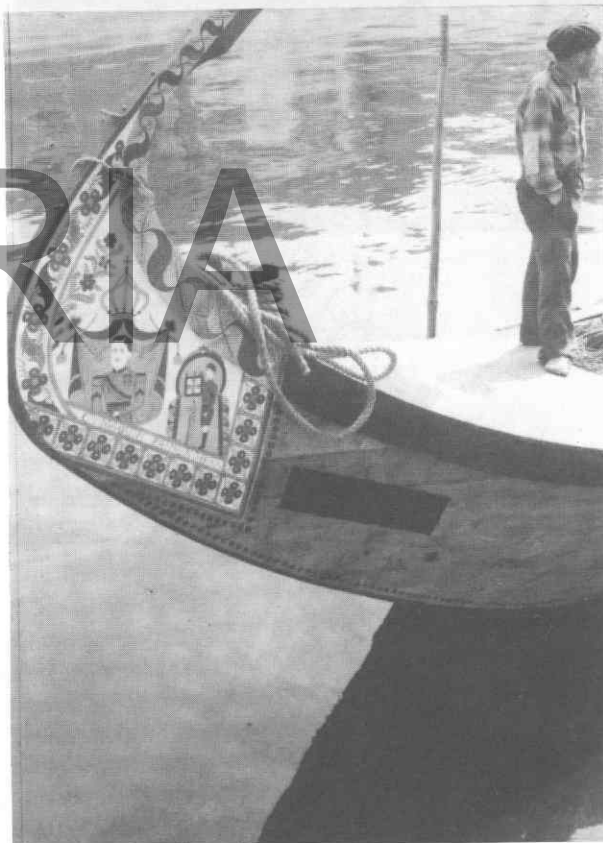


Foto: Tércio Guimarães, s./d..

um deles (lembramos que o distrito de Aveiro tem apresentado uma alta taxa). Num nível mais particularizado, a figuração de trajes (mini-saia, por exemplo) ou de posturas (menina ao telefone, por exemplo) é revelador das próprias transformações sociais verificadas.

Assim, a realidade social rebate-se nas pinturas dos moliceiros. Nessa qualidade, elas são sinais de uma dinâmica social. Parece que Afonso



Foto: Daniel Guimarães, Torreira, 1985.

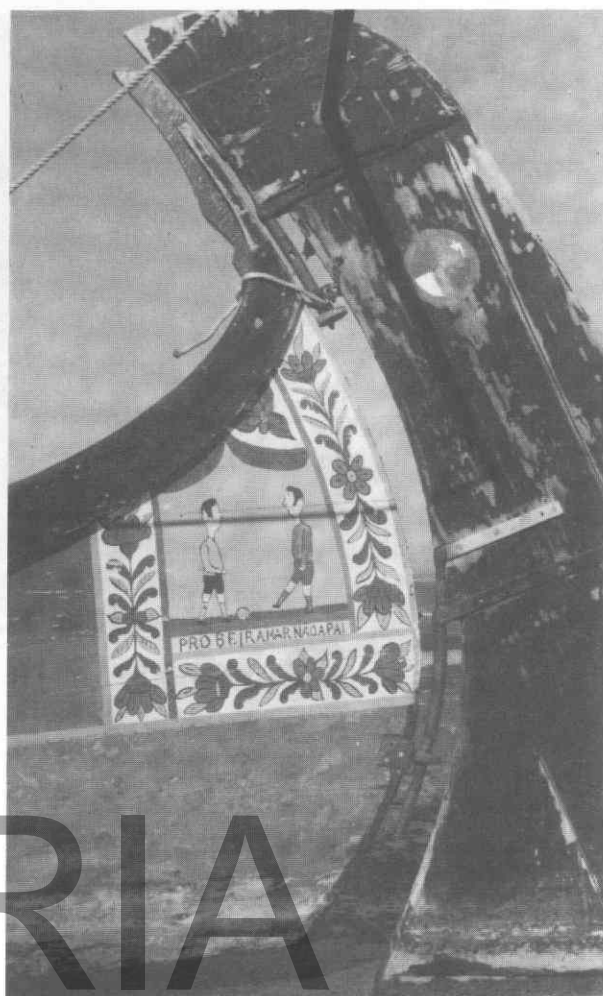


Foto: Daniel Guimarães, Torreira, 1985.

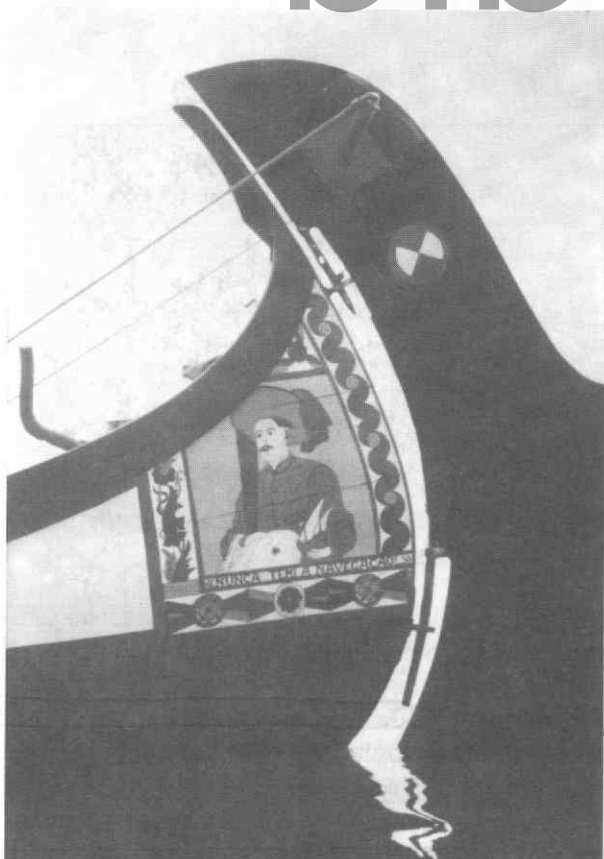


Foto: Daniel Guimarães, Torreira, 1985.

Costa, Sidónio Pais, o rei D. Manuel,⁽¹⁾ bem como muitos outros vultos da nossa História têm tido honras de figuras centrais.

Também o desporto e os desportistas são registados. Já se viu Eusébio⁽²⁾ flutuar nas águas da Ria!

Outros temas, de carácter religioso, profissional, satírico, podem animar os motivos centrais. No conjunto, eles revelam o próprio imaginário popular. Assim, em vez de «textos» de História, estas pinturas são sinais de uma história imaginária, mítica, com os seus heróis, os seus malandrins, as suas tragédias...

Para conseguir reter o olhar do espectador uma legenda é acrescentada às imagens pintadas. Ora, a legenda e o motivo cantral — se quisermos, a mensagem verbal e a mensagem icónica — raramente são correspondentes. Por

1 — SOUTO, Alberto, «Ria de Aveiro — a estética dos seus barcos», *Pátria revista port. de cultura*, Vol. I, n.ºs 1-2, ed. Pátria, Gaia, MCMXXXI.

2 — SARABANDO, João, «Eusébio na arte popular», *O Norte Desportivo*, 25 de Junho de 1967.

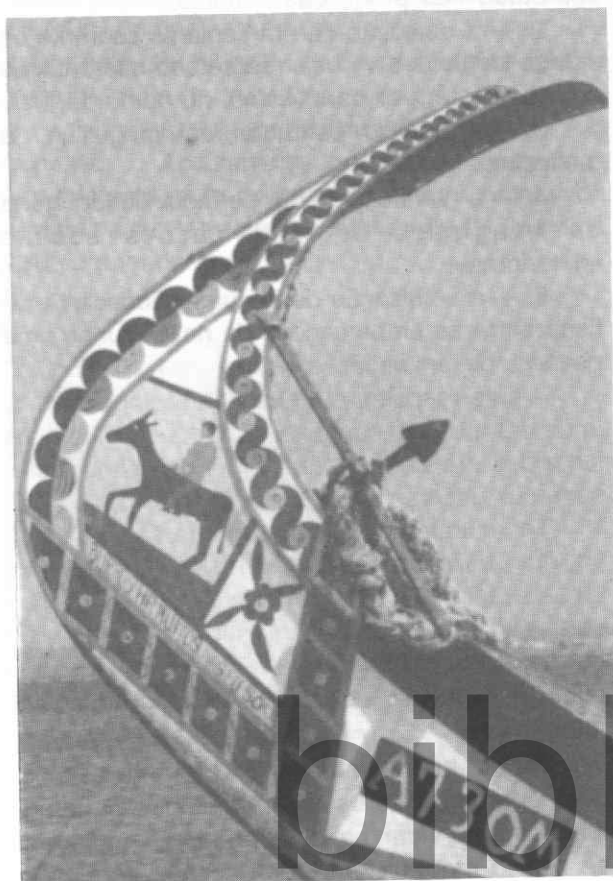


Foto: Daniel Guimarães, Torreira, 1985.

exemplo, na conhecida imagem do cavaleiro, a legenda correspondente seria qualquer coisa como O CAVALEIRO; neste caso, o resultado seria algo redundante em matéria de informação e, portanto, pouco motivador para o espectador. Por isso mesmo, para espicaçar a sua curiosidade, e, por extensão, para lhe reter o olhar, a mensagem verbal não coincide imediatamente com a mensagem icónica. Trata-se, em suma, de dois textos que se interseccionam, ou se relacionam, obrigando o público ao exercício da inteligência e da imaginação.

Se fosse possível e legítimo hierarquizar os painéis pintados nos moliceiros quanto ao seu valor patrimonial, seria, depois da fidelidade às relações estruturais tradicionalmente estabelecidas, este o critério mais importante: o recurso à inteligência e imaginação do espectador.



Foto: Daniel Guimarães, Torreira, 1985.

No meu ponto de vista, estes dois princípios deveriam orientar os juízos valorativos que presidem à distribuição de prémios por ocasião dos concursos de painéis.⁽¹⁾



1 — Actualmente, tem lugar um concurso de painéis de moliceiros, integrado nas festas tradicionais de S. Paio, na Torreira.

CONCLUSÃO

«Um pouco de informação, o encontro fortuito de uma produção artística, alimentam sem dúvida o espírito de criação. Mas uma excessiva informação, um demasiado arreigamento pelas produções de arte, podem esterilizá-lo».

«O desejo de ser aceite e admirado revela-se muito próximo do de chocar e de provocar escândalo; de um para o outro vai um pequeno passo, que nem sempre é claramente pressentido».

Jean Dubuffet

Na falta de outro título mais sugestivo, concludo com a conclusão (perdoe-se o pleonismo). Tentarei aqui realizar não só o balanço do que foi escrito — neste sentido, o capítulo será uma espécie de conclusão das conclusões — mas também abordar algumas das ideias que, no desenrolar da escrita, ficaram pacientemente à espera de uma oportunidade para se manifestarem.

Na primeira parte destes escritos insisti no facto do universo de incidência da investigação não se circunscrever à imagística do moliceiro. Propus, em contrapartida, como objecto de estudo TODOS os sinais (icónicos ou verbais) apostos nas embarcações tradicionais da Ria de Aveiro. Por extensão foi necessário aflorar, mais que uma vez, exemplares vizinhos daquelas, nomeadamente os barcos de mar (*Arte da Xávega*) e cangas vareiras.

Este alargamento do objecto de estudo permitiu, através da recolha de imagens:

1. — a detecção de uma linha emblemática sobretudo nas proas das bateiras;

2. — a detecção de um conjunto coerente de signos icónicos e verbais, sobretudo nas bateiras chinchorras e, por paralelismo, no barco de mar;

3. — a análise estrutural da imagística do moliceiro;

4. — a verificação da permeabilidade geral da imagística às modificações sociais «exteriores»;

5. — a verificação de mútuas influências gráficas entre as embarcações da ria, segundo uma espécie de emulação estética.

A este respeito, é interessante, por exemplo, encontrarmos no canal de S. Roque, ancorados junto dos armazéns de sal, alguns saleiros profusamente decorados.

Tal exuberância decorativa não é, em definitivo, uma herança tradicional; mas, pelo contrário, uma característica adquirida e recente. Ora, não será este um fenómeno de imitação e emulação do moliceiro, barco de que fala meio mundo, que enche o olho e as objectivas das máquinas fotográficas?

Vendo estes grandes barcos «travestidos» com círculos, flores e arabescos, flutuando mansamente num canal apertado, pergunto-me se com o moliceiro não teria acontecido algo de semelhante... se, afinal, a sua imagística não teria sido, na génese, o resultado de uma imitação de outro barco, ou mais provavelmente de outro artefacto, porventura a canga vareira...

Há, na Ria, locais e datas próprios para a competição entre barcos. Esta desenrola-se a

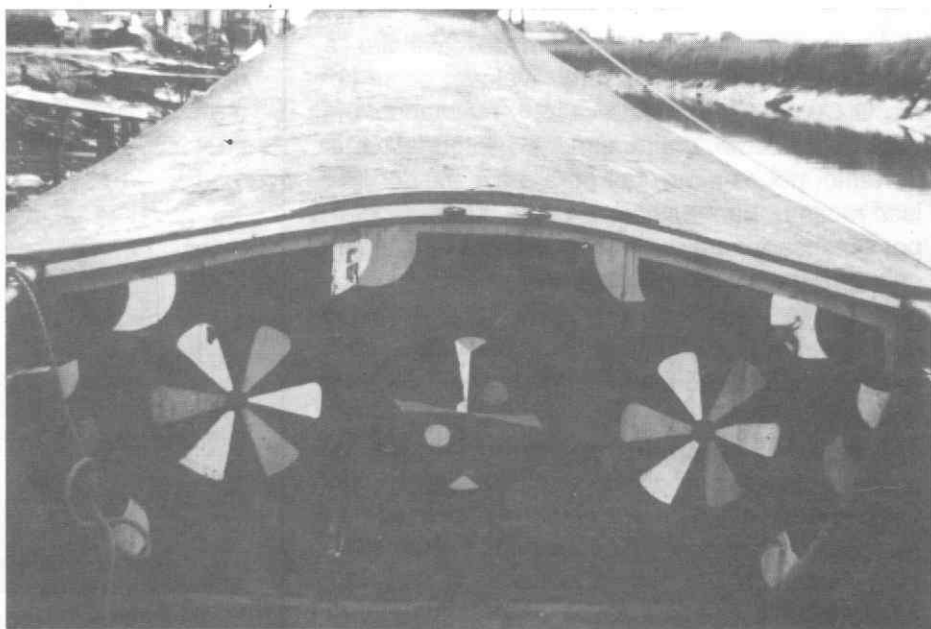


Foto: Daniel Guimarães, canal de S. Roque, 1986.

vários títulos, incluindo o do respectivo valor estético (beleza das decorações, das flâmulas, etc.). As competições têm lugar por ocasião das festas populares, fundadas no calendário litúrgico. Os barcos assumem, nestas alturas, um importante papel: servem às populações ribeirinhas de meio de transporte para o local da festa, de abrigo para pernoitar, de espaço de convívio... Actualmente, por razões diversas — por exemplo, pelo desenvolvimento dos meios de comunicação terrestres — os barcos têm perdido esta preponderância.



Nossa Senhora da Saúde, Costa Nova
Foto: Tércio Guimarães, s./d.

movimento dos grupos sociais. Tal é o impacto deste ambiente na terminologia das populações ribeirinhas que a expressão Uma Noite de S. Paio é sinónimo de uma noite às claras, qualquer que seja a razão da insónia...

Também o historiador encontrará nestas festas valioso material. Segundo documentos relatados por José Maria Barbosa,⁽¹⁾ o S. Paio teve, em 1867, a visita do Duque de Loulé e demais acompanhantes ilustres, recebidos festivamente pelas gentes e autoridades ribeirinhas, onde pontificavam as presenças «distantes» de Albergaria e de Sever do Vouga.

Esta festa quase se torna uma feira de sinais! Retocam-se ou refazem-se as pinturas dos barcos, embandeiram-se as velas, cada qual escolhe a melhor roupa... Depois, é entrar na festa, onde hoje são visíveis as influências dos *media* e dos emigrantes.

Uma das conclusões a que igualmente chegamos diz respeito à permeabilidade dos sinais e das mensagens (icónicas ou verbais) às transformações sociais. Em muitos dos exemplos detectados, as modificações foram incorporadas nas estruturas tradicionais da distribuição da imagística. Noutras, porém, as modificações introdu-



S. Paio da Torreira
Foto: Daniel Guimarães, 1985.

Apesar disso, na zona geográfica de incidência nuclear da investigação, subsiste uma importante festa — o S. Paio — que faz acorrer à praia da Torreira centenas de embarcações tradicionais nos dias 6, 7 e 8 de Setembro. Esta festividade oferece ao investigador etnólogo uma série de factos curiosos: a imersão da imagem do santo em vinho, o pernoitar colectivo de rapazes e raparigas nas praias de mar, nos paineiros dos barcos, ou nas esteiras nos palheiros e uma dinâmica entre a ria e o mar como pólos de

zidas subvertem a ordem estrutural e resultam em produtos onde imperam o mau-gosto e o artificial. No meu ponto de vista, uma das características da imagística dos barcos da ria, em especial daquela que compõe os motivos centrais dos painéis pintados no moliceiro, é exactamente a de oferecer esquemas de registo das modificações sociais e históricas. Como noutra ocasião escrevi

1 — BARBOSA, José Maria, *A Murtosa — a propósito da sua autonomia*, Aveiro, tip. Campeão das Províncias, 1899

a propósito do moliceiro, é possível detectar na sua imagística «sistemas de integração e classificação do real».⁽¹⁾ O processo de criação destas pinturas constitui uma «arrumação» de motivos nos espaços físicos pré-destinados do barco e nas categorias mentais que o seu criador dispõe no momento.

Há, entretanto, modificações inevitáveis, que ficaram por referir, ao nível da evolução dos instrumentos e meios de pintura: tipos e qualidade de tintas, gama de cores, tipos e qualidade dos pincéis, instrumentos de traçado... Toda esta variedade de produtos que o progresso põe à disposição do pintor, vieram inevitavelmente reflectir-se e, porventura, transformar, as soluções estéticas tradicionais.

Foi dito que nos painéis pintados no moliceiro figura uma história mítica, com os seus heróis, os seus malandrins e as suas tragédias. Mas, à força de se impor/expor aos olhos do público, a contrária também é verdadeira: o moliceiro tornou-se uma embarcação mítica no imaginário colectivo da região. É interessante verificar como os diversos centros concelhios reivindicam para si próprios a posse deste barco. Figura imprescindível em quase todos os folhetos turísticos da Ria de Aveiro, ele tornou-se uma espécie de *ex-libris* da laguna. De certo modo, ao assumir o estatuto de antepassado anfíbio das comunidades ribeirinhas, o moliceiro transmuta-se num *totem*. Depois, é vê-lo figurar nas barricas de ovos moles e nas de enguias, revestir, em monumentais fotos, paredes de companhias de seguros, dar nome a restaurantes e bares, servir de emblema para usar ao peito, inspirar aquarelistas e pintores locais; é vê-lo em painéis de azulejos ou em porcelanas, decapitado, com a proa a «embelazar» os quintais de certas vivendas,⁽²⁾ ou simplesmente vendido como *souvenir* em miniaturas geralmente de má qualidade...

Assim, enredado na sua própria estratégia de ostentação, o moliceiro passa a ser exibido! Este barco, que num passado recente era um sinal de riqueza do proprietário, é, hoje, falado, reproduzido e desvirtuado, para ostentar interna e externamente a riqueza patrimonial de uma região.

1 — *op. cit.*, p. 32.

2 — O aparecimento de proas dos moliceiros nos terrenos dianteiros de algumas vivendas, sendo recente, tem uma curiosa correspondência no passado... O Padre João Vieira de Resende, na obra *Monografia da Gafanha*, Ílhavo, Gráf. Ilhavense, 1938, escreveu, a propósito dos hábitos das gentes da Gafanha:

«Os filhos dormiam fora de casa, ou nas proas dos barcos presos ao moirão na borda, ou nas mesmas proas dos barcos cortados e para esse fim instalados nos páteos, ou ainda nos palheivos».

Talvez seja esta, finalmente, a situação mais ameaçadora com que este barco se confronta.

Ao atribuir um estatuto mítico ao moliceiro, faz-se dele uma «criatura» intemporal. Assim, relativamente à sua idade, a resposta comum situa-o como «imemorável» e «arcaico»...

Já no início destes escritos, tive ocasião de reflectir sobre esta tendência em conceder «profundas antiguidades» às coisas da terra, embarcações incluídas... Vemos, finalmente, como esta tendência é também o resultado do estatuto mítico que o moliceiro — especialmente o moliceiro — adquire. Ora, em diversos momentos do texto, foi questionada a idade das embarcações tradicionais da ria. Podemos considerá-las ou como modelos praticamente imutáveis ao longo do tempo, ou como modelos que resultam de interações dinâmicas entre si e com o meio envolvente (meio físico, meio social, meio económico, etc.). Pelas razões já expostas, inclino-me para a segunda hipótese.

A tipologia dos barcos tradicionais não é certamente invariável na história da laguna. O moliceiro, por exemplo, enquanto tipo de barco com a forma que lhe conhecemos, é possível que não vá além do séc. XIX. A corroborar esta ideia, temos, por paralelismo, a investigação realizada sobre a antiguidade das variantes decoradas das cangas de tábuas que a situa em meados do séc. XIX.⁽¹⁾

Também as referências ao moliceiro apontam nesta direcção... O Padre Vieira Resende, na sua *Monografia da Gafanha*, cita um decreto de 2 de Julho de 1802, pelo qual foi lançado «o imposto de 40 reis aos barcos carregados com moliço e de 20 reis aos barcos menores».⁽²⁾ Podíamos ser tentados a identificar os barcos maiores e os barcos menores respectivamente com os moliceiros do norte e com os mirões; ou então com o moliceiro e com a bateira que por vezes ele reboca e que é usada para alcançar os canais mais estreitos e de menor profundidade... Mas, podemos também, e com menor esforço, tomar à letra o que foi escrito: os barcos — quaisquer barcos — grandes pagariam, por efeito de lei, 40 reis; os pequenos — quais quer que eles fossem — pagariam 20 reis.

Numa investigação realizada sobre os conteúdos de dicionários existentes na Biblioteca Nacional, verifiquei:

— a não figuração dos termos *moliço* e *moli-*

1 — OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando e PEREIRA, Benjamim, *op. cit.*

2 — *Op. cit.*, p. 273.

ceiro até princípios do séc. XIX;⁽¹⁾

— uma evolução semântica no termo *moliceiro* a partir do séc. XIX: como adjetivo designou desde «o barco em que se transportava o moliço»,⁽²⁾ até ao «barco de formas especiais em que se transporta o moliço na ria de Aveiro»,⁽³⁾ como substantivo, começou por ser sinónimo de sarga-ceiro,⁽⁴⁾ até englobar a «barca ou barco para transporte de moliço».⁽⁵⁾

Do ponto de vista funcional, lembremos, finalmente, que a procura do moliço corresponde a uma fase de desenvolvimento agrícola. Assim, em determinada altura, que corresponde ao povoamento de zonas até então estéreis, aumentou a procura deste adubo natural. E se, até então, a sua recolha fora garantida no quadro das pequenas explorações familiares, recorrendo às bateiras, começa agora a sentir-se a necessidade de sistematizar essa recolha. Procede-se à especialização de funções: aparece uma embarcação adaptada, ou transformada e uma profissão — o moliceiro barco e o moliceiro de profissão. Mas o desenvolvimento agrícola liga-se também à prosperidade dos lavradores locais. Ora, é exactamente esta burguesia rural quem vai dar o impulso definitivo para a afirmação deste jovem barco... Transforma-lhe o rosto, enobrecendo-o, revelando aí a sua pujança social, cobre-lhe o casco de sinais provenientes de um passado

íntimo onde, por paradoxo, a actualidade ganha cores de festa.

Fascinados pela paisagem da laguna, dizemos com Raul Brandão e Almada Negreiros que a luz não tem dono. Mas tem: são os barcos, que a aprisionam em sinais radiosos!

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

A mesma que consta no anexo *Notas de Leitura*, mais as seguintes obras:

- CUNHA, S. Rocha e, *O porto de Aveiro*, Lisboa, 1924.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, «Navegação à vela — Barcos à vela dos rios portugueses», *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, vol. 112, tomos 10-12, 1982.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, *Bacia do Vouga*, Coimbra, Impr. da Universidade, 1922.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- ALLEAU, René, *A Ciência dos Símbolos*, Lisboa, col. Esfinge, ed. 70.
- CARDOZO, Mário, «A tradição náutica na mais antiga história da Península hispânica» (comun. apresentada ao Congr. Int. de Hist. dos Descobrimentos), *Revista de Guimarães*, vol. LXX, n.º 1-2, 1960.
- FAGES, J. B., *Para entender o estruturalismo*, 3.ª ed., Lisboa, Moraes, 1976.
- FRERE-COOK, Gervis, *The decorative arts of the mariner*, London, ed. Gervis Frere-Cook, Cassel, 1966.
- INGARDE, Roman, *Artistic and aesthetic values*.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, *A via das máscaras*, Lisboa, ed. Presença, 1981.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, «Introdução à obra de Marcel Mauss» in A.A.V.V. *Estruturalismo*, Lisboa, Portugal, ed., s/d.
- MATOS, Armando de, «A tradição popular do trevo» in *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, fasc. III, Vol. V, Porto, Impr. Port., 1932.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando e PEREIRA, Benjamim, *Sistemas de Atragem dos bois em Portugal*, Inst. Alta Cultura — Centro de est. de etnol., 1973.
- SAHLINS, Marshall, *Cultura e Razão Prática*, Rio de Janeiro, Zahar ed., 1979.
- SILVA, A. A. Baldaque da, *Estado actual das pescas em Portugal*, Lisboa, Impr. Nac., 1982.
- VARELA, José Manuel Vasquez, «La navegación durante la pre-historia en el Atlántico», *Boletim Avriense*, a. VI, tomo VI, Orense, 1976.
- VASCONCELOS, José Leite, *Etnografia Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933.

1 — Foram consultadas as seguintes obras:

— BLUTEAU, P. D. Raphael, *Vocabulário Portuguez e Latino*, Coimbra, 1712.

— *Dicionário da língua portuguesa*, Lisboa, publ. Ac. Real das Ciências de Lisboa, 1793.

— *Dicionário da língua portuguesa composto sobre os que até ao presente se têm dado ao prelo*, 1806.

— *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 1835. O termo «moliço» aparece com o significado de: «Espécie de palha de colmar casas».

2 — FIGUEIREDO, Cândido de, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 148 ed., Lisboa, Livr. Bertrand, 1947.

3 — LELLO, José e LELLO, Edgar, *Lello Universal = Dicionário enciclopédico luso-brasileiro*, Porto, Lello e irmão, 1976.

4 — BIVAR, Artur, *Dic. geral e analítico da Língua Portuguesa*, Porto, ed. Ouro, 1952.

— GONÇALVES, F. Rebelo, *Vocabulário da Língua Portuguesa*, Coimbra, c. ec., 1966.

— NASCENTES, Antenor, *Dic. da Língua Portuguesa*, Brasil, Depart. Imprensa Nac., 1966.

— LELLO, op. cit..

5 — MACHADO, José Pedro, *Grande Dic. da Língua Port., Amigos do Livro*, 1981.

EFEMÉRIDES AVEIRENSES — 1987

15-01-1462	El-Rei D. Afonso V lançou a primeira pedra para a construção da igreja do Mosteiro de Jesus — cerimónia a que assistiram os da sua corte e o bispo de Coimbra D. João Galvão.	525 anos
27-01-1687	O licenciado Padre Cristóvão de Pinho Queimado datou deste dia a sua interessantíssima «Memória sobre a Vila de Aveiro», obra que, tendo ficado manuscrita, viria a ser publicada pela primeira vez em Fevereiro de 1864.	300 anos
30-01-1887	Nasceu na freguesia de Pinheiro da Bemposta, do concelho de Oliveira de Azeméis, o Dr. José Pereira Tavares que, radicando-se em Aveiro, viria a ser reitor do liceu local.	100 anos
01-03-1887	Por ofício do Governo Civil foi constituída a Comissão Administrativa do Corpo de Polícia Civil do Distrito de Aveiro.	100 anos
05-04-1837	José Estêvão Coelho de Magalhães, então deputado pelo Círculo de Aveiro, fez a sua estreia parlamentar, proferindo o discurso que ficou conhecido pelo nome de «Profissão de Fé».	150 anos
27-04-1187	El-Rei D. Sancho I, com a Rainha D. Dulce e seus filhos e filhas, fez doação da «villa que vocatur Aaveiro» a sua meia-irmã D. Urraca Afonso, tomando para a Coroa a vila de Avô.	800 anos
28-05-1862	Tocaram pela primeira vez os sinos da torre da igreja paroquial de Nossa Senhora da Glória, vetusta igreja conventual de S. Domingos; o acabamento final da torre seria em 9 de Agosto de 1862.	125 anos
04-06-1862	José Estêvão Coelho de Magalhães, falando na Câmara dos Deputados, pediu ao Governo a construção de um farol na nossa costa, entre a barra e os areais de Mira.	125 anos
07-06-1912	O Governo da República criou um museu de arte no edifício do extinto Mosteiro de Jesus.	75 anos
22-07-1787	Nasceu em Eixo D. Frei Sebastião da Anunciação Gomes de Lemos, religioso carmelita que seria nomeado e confirmado bispo de Angola.	200 anos
20-08-1887	Faleceu em Aveiro o Dr. Manuel José Mendes Leite, insigne deputado parlamentar e governador civil de Aveiro; a ele se ficou a dever a iniciativa da abolição da pena de morte nos crimes políticos.	100 anos
16-09-1962	O Papa João XXIII nomeou bispo de Aveiro D. Manuel de Almeida Trindade, cujo acto de posse seria em 8 de Dezembro seguinte.	25 anos
04-10-1487	A Princesa Santa Joana escreveu uma carta aos juizes, vereadores, procurador e homens bons do Porto, pedindo-lhes que levantassem o embargo ao navio «Cadramoz», carregado de trigo, para poder regressar a Aveiro.	500 anos
04-11-1862	Em Lisboa, na Rua «O Século», pouco antes de uma hora da madrugada deste dia — e não no dia anterior, como indicam alguns — faleceu José Estêvão Coelho de Magalhães, grande orador parlamentar e egrégio aveirense.	125 anos
08-11-1487	El-Rei D. João II enviou ao ilustre dominicano Dr. Frei Pedro Dias, seu pregador e conselheiro, uma carta muito honrosa. Grande diplomata, o ilustre aveirense desempenhou com brilho diversas missões importantes, entre elas a de embaixador à Corte de Espanha, onde foi negociar o casamento do Príncipe D. Afonso com a Infanta D. Isabel, filha dos «Reis Católicos».	500 anos

O AVEIRENSE FERNÃO DE OLIVEIRA

No 450.º aniversário da publicação da primeira gramática portuguesa.

Neste ano de 1986, ocorreram quatro séculos e meio sobre o termo da impressão da «Grammatica da Lingoagem Portuguesa», da autoria do Padre Fernão de Oliveira. Efectivamente, esta «primeira anotação da Língua Portuguesa» (1) saiu da oficina lisbonense de Germão Galharde, em 27 de Janeiro de 1536, com a dedicatória ao «mui magnífico senhor e nobre fidalgo o Sr. D. Fernando de Almada, filho herdeiro do mui prudente e animoso Sr. D. Antão, capitão-geral de Portugal, etc.». (2)

Dominicano e egresso

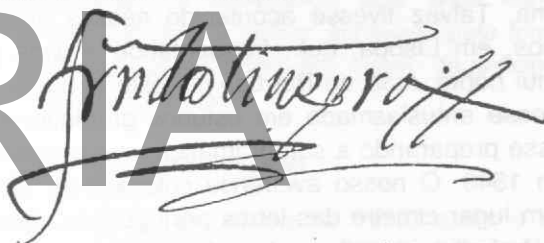
Desde já, porém, surge-nos a pergunta: Quem era o Padre Fernão de Oliveira — ou Fernando Oliveira?

Referiria ele próprio, no decurso de um processo instaurado junto do tribunal do Santo Ofício, onde foi réu, que nasceu na vila de Aveiro, no ano de 1507, tendo sido baptizado na igreja matriz do Couto do Mosteiro, no termo de Santa Comba Dão. Embora se venha repetindo ser filho de Heitor de Oliveira, juiz dos órfãos em Pedrógão, e de D. Branca de Oliveira, o certo é que tal suposição carece de prova convincente.

Contudo, foi na Beira que decorreu a sua infância, como ele próprio também afirmaria: — «Sendo eu moço pequeno, fui criado em S. Domingos de Évora, onde faziam zombaria de mim os da terra, porque o eu assim pronunciava, segundo o que aprendera na Beira» (3). Referia-se aqui à pronúncia «som» para a primeira pessoa do presente do indicativo do verbo «ser».

Aos treze anos — como também anotaria — encontrava-se no Convento Dominicano de Évora, onde proficientemente e com extrema caridade exercia o cargo de porteiro um outro patrício

nosso, o virtuosíssimo Frei Pedro de Aveiro (4). Nessa casa monástica, depois da necessária formação religiosa, moral, intelectual e humanística e do competente noviciado, professou na Ordem dos Pregadores, fez-se clérigo e recebeu a Ordem do Presbiterado. Aí fora discípulo, especialmente em lições de Gramática, do mestre humanista André de Resende, um dos célebres eruditos portugueses do século XVI, «de geração nobre e filho de hábito do Convento e que nele foi noviço» (5); não lhe foi difícil manifestar-se, desde cedo, como um aluno extraordinariamente inteligente e muito trabalhador.



Assinatura do Padre Fernão de Oliveira

Em 1532, aos vinte e cinco anos de idade, surgindo qualquer incidente ou desaguisado imprevisto, não dominando o seu temperamento nervoso e irrequieto, abandonou o claustro e refugiou-se em Espanha, talvez em Toledo. É de crer que, durante os meses que passou em Castela, tenha feito a cópia, incompleta, da «Arte de Gramática de lengoa castellana por el doctissimo maestro António de Nebrissa, compuesta en castellano», manuscrito que foi impresso, pela primeira vez, em 1492. Mas, decerto, o que Fernão de Oliveira fez foi aproveitar a estadia no paiz vizinho para começar a redigir a «Grammatica da Lingoagem Portuguesa», naturalmente influenciado pelo exemplo do referido António de Nebrissa; todavia, pelo que se pode concluir de um passo deste livro — «... nesta cidade (de Lisboa) houve ou cuidou que ainda é viva uma

(1) — *Gramática da Lingoagem Portuguesa*, final «Acabou-se de imprimir...».

(2) — *Idem*, Introdução.

(3) — *Idem*, Capítulo XLVII.

(4) — Faleceu em Évora no ano de 1528.

(5) — Frei Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, I Parte, Livro V, Capítulo XI.

mulher que se chamava Cataroz» (6) — a redacção principal ou final terá sido feita em Lisboa. Daqui também se deduz que já novamente se encontraria em Portugal, nos últimos meses de 1535; no início do ano seguinte, a sua Gramática sairia do prelo.

O egresso da Ordem dos Pregadores, residindo em Lisboa, continuava no exercício do sacerdócio, embora com breve de excomunhão ou de secularização do Papa Paulo III — conforme alegaria mais tarde no processo inquisitorial, apesar de dizer tê-lo perdido; mereceu até ser escolhido e convidado para mestre de jovens fidalgos, «filhos e filhas de alguns senhores principais desta terra» — como ele mesmo declararia com certa vaidade num depoimento; entre os alunos, contam-se D. Antão de Almada, filho de D. Fernando de Almada, os filhos do barão do Alvito, em cuja casa habitou, e ainda os de João de Barros, o famoso cronista da Índia.

Parece que, nesta época, Fernão de Oliveira gozava de certa estabilidade, que nunca mais reencontraria; o seu temperamento desassossegado e insatisfeito levá-lo-á a uma vida agitada. Talvez tivesse acontecido nesses breves anos, em Lisboa, que, frequentando a casa do «mui nobre João de Barros» (7), este também se tivesse entusiasmado em estudos gramaticais e fosse preparando a sua gramática, que publicaria em 1540. O nosso aveirense colocava-se, pois, num lugar cimeiro das letras portuguesas, mercê de trabalho aturado e de estudos filológicos.

As suas relações de amizade e a sua convivência com outros intelectuais do saber humanista do Renascimento, com as respeitáveis e nobres famílias dos educandos e com alguns senhores da aristocracia lisboeta — como o conde de Castanheira, que gozava de muita influência nas altas esferas — teriam contribuído para que lhe fosse desculpada a falta cometida contra a poderosa Ordem de S. Domingos, que outrora o educara e formara e nele e na sua inteligência e perspicácia depositara boas esperanças.

A Inquisição em Portugal

Por volta de 1541, Fernão de Oliveira partiu para a Itália. Henrique Lopes de Mendonça, que, além de um estudo biográfico e de uma análise dos seus trabalhos náuticos, publicou o processo inquisitorial do célebre gramático, conjectura que ele saísse em missão secreta de El-Rei D. João

III, para diplomaticamente intervir nas complicadas e difíceis negociações que a Corte Portuguesa desde há anos teimosamente agitava na Cúria Romana, a propósito dos cristãos novos e da Inquisição. Talvez pelo sigilo de tais serviços não apareça qualquer menção ou vestígio do seu nome na documentação referente a este assunto (8).

De facto, já D. Manuel I, em 26 de Agosto de 1515, fizera a primeira tentativa em ordem a solicitar ao Papa o estabelecimento da Inquisição em Portugal, semelhante ou igual à de Espanha. O assunto, grave e sobremaneira delicado, que, no turbulento século XVI, mais do que à política de um rei interessava à política não só de Portugal mas mesmo de toda a Península Ibérica, protelou-se por muitos anos sem qualquer decisão; nas instâncias da Santa Sé prevaleciam as ideias de benignidade, justificadas com certas leis já publicadas em Portugal em favor dos judeus. O Pontífice chegou até a tomar providências benévolas aos cristãos novos, em bula de 7 de Abril de 1533. A questão tornara-se intrincadíssima, em face de opiniões contrárias: de um lado, a intransigência do monarca português e, do outro, o espírito de tolerância do Papa e sua contumaz repugnância em autorizar um tribunal de índole extraordinária.

Por fim, o Papa Paulo III, vendo-se fortemente assediado, autorizou, em 23 de Maio de 1536, o estabelecimento da Inquisição no nosso País, embora sob certas condições de reserva que não agradaram ao Rei; D. João III, porém, conseguiria, por diligências habilmente conduzidas, modificar o estatuto do tribunal e levar as coisas ao que desejava.

Entretanto, o Pontífice, em Maio de 1542, encarregava a Mons. Luís Lippomano, bispo metonense e coadjutor de Bérgamo, de o representar, como núncio, na Corte Portuguesa — o que não agradou a El-Rei. É que o núncio, partindo de Roma em Junho desse ano, trazia consigo uns apontamentos, redigidos segundo o parecer do Papa, nos quais já se alvitrava que a Inquisição fosse revogada pelo Pontífice e cometido aos bispos das Dioceses o encargo dela, segundo as leis gerais da Igreja; deste modo, «não faria o Santo Padre senão coisa muito santa e muito justa» (9). D. João III, dotado de carácter voluntarioso e irredutível, não queria, de modo nenhum, tal núncio em Portugal; por isso, apenas o aceitou

(6) — *Gramática* ref., Capítulo XLIV.

(7) — *Idem*, Capítulo XLVII.

(8) — Henrique Lopes de Mendonça, *O Padre Fernando de Oliveira e a sua obra náutica*.

(9) — *Corpo Diplomático*, Tomo V.

com a condição de não intervir em negócios do Santo Ofício. O Papa, contudo, não se conformaria com tal reserva e, em face das queixas do Monarca, responderia, em breve de 1544, que procedera assim «para que não me peça Deus de nossas mãos o sangue de tantos mortos, nem demande a Vossa Alteza conta de tantas vidas» (10). A Cúria Romana, para serenar os ânimos, vira-se obrigada a escolher outro nuncio, Mos. João Ricci.

Em 1547, ainda Paulo III, embora fosse forçadamente levado para concessões mais largas, pedia a El-Rei que empregasse todos os esforços com o inquisidor-mor e os outros inquisidores para que, deixando o rigor judicial, tratassem com a maior moderação e brandura os cristãos novos, ficando as suas esperanças no espírito de piedade e de justiça do Monarca. De Roma, diziam os agentes portugueses que não se poderia alcançar mais, por ser aí corrente o princípio axiomático de que era preferível dar a Deus contas da misericórdia a dar contas do rigor da justiça.

D. João III, apesar de tudo, continuava insa-



Fac-símile da primeira edição da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, do insigne aveirense Padre Fernão de Oliveira

tisfeito. A luta diplomática iria continuar; o tribunal, confiado a membros da Igreja, viria a tornar-se num útil instrumento político nas mãos da Realza.

Naquele ano de 1542, o nosso Padre Fernão de Oliveira regressara de Roma, na companhia do nuncio Lippomano; na demorada viagem, os dois, com naturalidade e franqueza, conversariam e trocariam impressões sobre o assunto quente da Inquisição, que nem o Papa nem a Santa Sé desejavam instaurar em Portugal. Não nos é mesmo difícil ficarmos com a convicção de que ele navegaria nas próprias águas do nuncio: a Inquisição era para temer e não para amar. O seu estabelecimento não se quadrava com a sua maneira de ser, tão natural num aveirense.

Por tudo isto, chegado a Lisboa, viu-se abandonado pelos amigos e lançado em desfavor; criando conflitos pelo seu temperamento arrebatado e pelas suas ideias pouco ortodoxas na política de então, lançou sobre ele a suspeita não só dos dominicanos, onnipotentes no Santo Ofício, mas ainda dos cristãos novos que o consideravam inimigo, e atravessou dois anos numa existência apagada e pobre, agravada pela fome que então assolava o País, por motivo de deficientes colheitas agrícolas.

Piloto e na Corte Inglesa

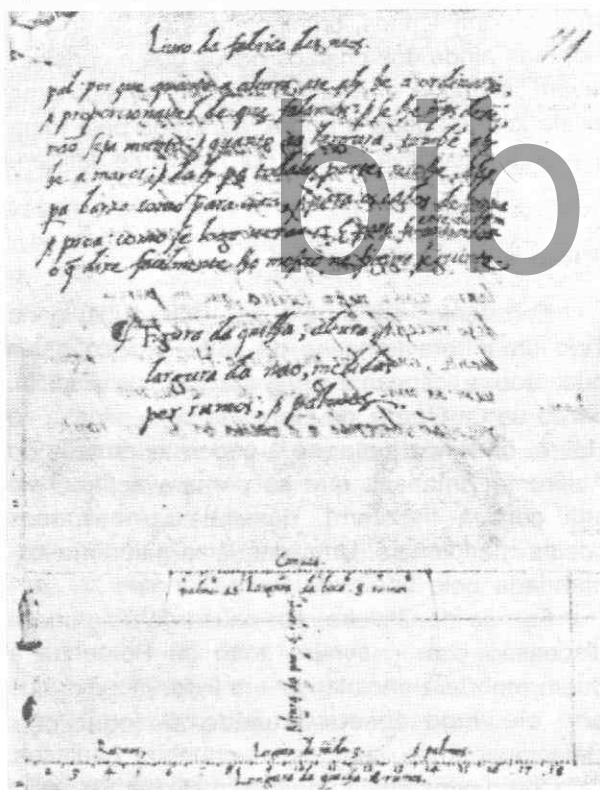
Entretanto, em Junho de 1545, subiu o rio Tejo uma frota francesa de vinte e cinco galés que, sob a capitania geral de Antoine Escalin, barão de La Garde, de Marselha se destinava ao Havre, onde iria juntar-se à poderosa armada do Almirante Amebault que se preparava para, em luta com a Inglaterra, desembarcar nas suas costas meridionais. Uma daquelas galés era comandada pelo barão de Saint-Blancard.

Fernão de Oliveira, por causa de uma acesa discussão com o livreiro João de Borgonha a quem mandara encadernar um livro, receava que por ele logo fosse acusado à Inquisição. Relacionando-se com os marinheiros gauleses, veio-lhe o pensamento de ir com eles; e, se assim pensou, melhor o fez. Com o frade Miguel Lobo, fugiu clandestinamente para a galé do barão de Saint-Blancard; usando o nome de Martinho para iludir quem tentasse descobrir a sua identidade, serviu nela com o ofício de piloto e não de clérigo. Mais tarde, nas respostas aos interrogatórios da Inquisição, talvez nervoso pelo rigor das instâncias, contradir-se-ia nas declarações, ora dizendo que andara nas galés em hábito de clérigo e com o breviário para a oração, ora afirmando que vestira sempre o traje de leigo.

(10) — Cit. por Miguel de Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, 3.ª ed., 1958, pg. 192.

Iniciara-se para Fernão de Oliveira uma nova empresa aventureira, esta de índole guerreira. É que, nos anos de 1545 e 1546, decorreu no Canal da Mancha a campanha entre as forças navais da Inglaterra e da França. Dada a sua inteligência e o seu saber, Fernão de Oliveira alcançou facilmente o bom conceito do barão de La Garde que, ouvindo as suas opiniões, passara a tê-lo como útil conselheiro.

Em 1546, as galés estavam na foz do rio Sena, em Ruão, onde o nosso aveirense se confessou, segundo o seu próprio testemunho. Depois, tendo principiado a primavera desse ano, a armada francesa zarpuu e fez-se ao largo, para vigiar os movimentos dos navios ingleses e com eles travar combate. As vantagens, embora sem grande valor positivo, couberam aos ingleses que, em certo momento, mostrando-se hábeis estrategas e ajudados por vento favorável, aprisionaram a galé do barão de Saint-Blancard, com seus tripulantes e marinheiros.



Fernão de Oliveira – Página do «Livro da Fábrica das Naus» (Biblioteca Nacional de Lisboa).

Fernão de Oliveira passaria a viver na Inglaterra: primeiro, como prisioneiro, antes da assinatura do tratado de paz entre as nações beligerantes, em 4 de Junho de 1546; depois, como homem livre, acabando por conseguir rapidamente assinalado prestígio em Londres, inclusivé na Corte de Henrique VIII. Aqui, o humilde «piloto» logo usava a sua natural habilidade para conseguir valimento junto do Rei, que lhe estabe-

leceria uma tença; mais tarde, declarar-se-ia afeiçoado ao Monarca, «por ter sido seu criado e comer do seu pão».

Por esta altura, degladiavam-se ferozmente em Inglaterra – como aliás noutros países europeus – os católicos e os protestantes, estes favorecidos pelo próprio Henrique VIII que, também ele, quebrara, anos atrás, a obediência à Sé Apostólica e consigo arrastara oficialmente o seu País. O antigo foragido da Ordem de S. Domingos seguiria interessado a hostilidade contra a autoridade papal, pois ela, em parte, correspondia às suas posições pessoais. Efectivamente, Fernão de Oliveira manifestar-se-ia abertamente contra a multiplicação desmedida e o culto excessivo das imagens dos Santos no ritual católico, com manifesto prejuízo do culto devido a Deus, censuraria o abuso das indulgências e das reliquias e condenaria desassombradamente a invenção ou proliferação de «milagres» que julgava uma exploração dos simples e ignorantes – opiniões estas que – diria ele – «todas reduzidas à verdade não chegarão a ser pecado mortal».

Na sua breve permanência de pouco mais de um ano na Inglaterra, manteve amidiada correspondência com o conde da Castanheira, tratando de assuntos que interessavam a Portugal, mas que se desconhecem; ao mesmo tempo, queixava-se das saudades que o atormentavam e pedia-lhe ajuda e protecção para poder voltar livremente ao País natal, sem receio de represálias ou castigos por ter fugido ou por o considerarem reincidente em faltas antigas.

Henrique VIII faleceu em 28 de Janeiro de 1547, sucedendo-lhe seu filho, o jovem Eduardo VI. Fernão de Oliveira continuaria a gozar dos mesmos favores junto da Corte Inglesa, de tal sorte que o novo Monarca lhe deu uma carta para D. João III, cujo conteúdo se não conhece; seria apenas uma recomendação de benevolência e um atestado de bons serviços? Voltou, pois, a Portugal, talvez no Outono de 1547. Por que motivo... se na Inglaterra o bom destino o não abandonara? Seria a nostalgia da Pátria? Seria o espírito de aventura?

Nas malhas da Inquisição

Uma vez em Lisboa, apressou-se a entregar ao Monarca a carta de Eduardo VI, apresentando-se em traje de homem do mar, impróprio de um religioso ou de um sacerdote; isto valeu-lhe uma séria reprimenda, a que ele terá retorquido que não houvera tempo de mudar de roupa, pela pressa em ir à presença de El-Rei, mas que prometia emendar-se dos seus possíveis erros e

tratar da salvação da sua alma.

Na capital portuguesa, passou a ser notada a sua convivência com pilotos e marítimos e a ser mal visto o facto de se ter hospedado no bairro dos mareantes, não deixando o hábito de piloto. Frequentava livrarias, nomeadamente a de João Fernandes, na Rua Nova, onde se encontrava em 18 de Novembro de 1547. Aí, nesse dia, confiando talvez na protecção que tinha granjeado, começou a manifestar publicamente elogios à política religiosa do dissidente Henrique VIII, tendências teológicas consideradas comumente heréticas ou modos de ver sobre práticas abusivas do Catolicismo, que ele ouvira debater na protestante Inglaterra; a tal conversa não foi alheio, outrossim, certo livreiro chamado João de Borgonha, com quem Fernão de Oliveira já tivera outrora acesa discussão, bem como o erudito e velho mestre André de Resende e outros curiosos, incluindo um tal Manuel Pires, familiar do Cardeal D. Henrique, inquisidor-geral do Santo Ofício. Estavam bem testemunhadas as «heresias» do dominicano egresso, de quem na ocasião afirmou o referido André de Resende «que lhe parecera muito mal o dito homem naquele trajo em que andava» (11).

Seguiu-se a denúncia; ouviram-se rapidamente os depoimentos e, logo em 21 de Novembro, Fernão de Oliveira era chamado às primeiras inquirições. Estava nas garras do tribunal da Inquisição, que não deixaria jamais de atormentar o «rebelde». Os dominicanos tinham finalmente pela frente, no banco dos réus, o confrade que lhes havia fugido, em Évora. No minucioso processo, são de realçar as desassombradas declarações e réplicas do acusado. Como testemunho da sua destemida ousadia, leia-se o seguinte depoimento: — «... E foi admoestado se tinha alguma coisa em que ofendesse a Nosso Senhor e à sua santa fé católica que pedisse perdão a Deus e à sua santa Madre Igreja; disse que não tinha nada de que pedir perdão, senão parecer-lhe mal os vícios dos prelados das Igrejas...» (12). Decorria nitidamente uma época de degradação moral.

Quem não descortinará nesta resposta a ténpera indómita de um carácter que não teme, quando a consciência lhe dita a justeza de uma afirmação? Quem duvidará comparar este réu com os acusados que, ultrapassando as barras

dos tribunais, tornaram-se homens para a eternidade? Quem não elogiará o arrojo de tal réplica ante a mesquize dos julgadores? Quem não verá no Padre Fernão de Oliveira a veracidade da asserção de que os fins, por mais sagrados que sejam, nunca justificam os meios empregados?

Melhor seria para a Igreja — diremos nós hoje — que ela, despojando-se de privilégios ou prepotências, de tribunais ou julgamentos, se entregasse, com humildade e coragem, a evangelizar e a testemunhar a fé. O antigo discípulo de André de Resende, com ser seguramente um espírito livre, protestou sempre, perante os juizes, a sua fé católica: que defendera Henrique VIII por «comer do seu pão» e que considerava os ingleses por cismáticos e não por herejes (o que não louvava), estando disposto a tê-los por herejes, se a Igreja por isso os tivesse. Todavia, tendo vivido num meio onde estava viva a crise religiosa, que inflamava as pessoas e alastrava cada vez mais, não era para admirar que a asa da heresia roçasse um pouco a sua fé tradicional e católica.



OFICINA TIPOGRÁFICA DOS FINS DO SÉCULO XV

Vem-me agora à mente o que ele escreveu, em certa passagem, referindo-se à estrutura dos soldados, dando a entender que a sua era pequena mas afirmando — como diríamos hoje — que os homens não se medem aos palmos: — «Da estatura me não posso eu muito gabar; porém ela, se é grande e temerosa, faz terror nos olhos dos contrários, porque por razão o grande corpo deve ter mais força que o pequeno, e essa força tem muita parte nas batalhas (...); os homens olham o que aparece de fora, mas Deus vê os corações; muitas vezes há pequenos corações em grandes corpos e, ao contrário, grandes em pequenos» (13).

A sentença judicial ser-lhe-ia intimada em 4 de Agosto de 1548: eram condenadas por heréti-

(11) — Manuel Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal* — Clenardo, nova ed., II, pg. 185.

(12) — Cit. por Quirino da Fonseca na *Arte da Guerra do Mar*, 1969, pg. XX.

(13) — *A Arte da Guerra do Mar*, I Parte, Capítulo 14.

cas, temerárias e escandalosas as doutrinas defendidas pelo réu, que delas deveria fazer abjuração formal e por elas sofreria a penitência de prisão por tempo indeterminado, ao arbítrio dos inquisidores.

Em 9 de Setembro, achando-se doente no hospital, Fernão de Oliveira fez abjuração formal — sabe Deus com que assentimento de vontade! — continuando preso até 3 de Setembro de 1550, data em que, por comutação de pena, foi transferido para o Mosteiro dos Jerónimos, em Belém, onde, permanecendo em reclusão, foi obrigado a retomar o hábito e a tonsura de clérigo. Em 22 de Agosto do ano seguinte, quicá por intervenção de algum amigo, junto do Cardeal D. Henrique, obteve finalmente a liberdade, com a cláusula de não se poder ausentar do País sem licença do inquisidor-geral e de se ocupar de exercícios espirituais.

Capelão de guerra

Entretanto, a sua índole aventureira iria levá-lo a novas proezas e a outras paragens. Logo em Agosto de 1552, embarcou na qualidade de capelão numa caravela que fazia parte de uma pequena frota destinada a transportar e repor nos seus antigos domínios o destronado rei de Velez, em Marrocos. Todavia, sucedeu que, encontrando-se ancorado no porto de Velez, os nossos navios foram surpreendidos por uma frota argelina, que andava na pirataria e que os aprisionou; os portugueses foram levados para Argel, incluindo Fernão de Oliveira. Procurou-se imediatamente negociar o resgate junto do Rei de Portugal; para isso foram escolhidos dois dos prisioneiros — Fernão de Oliveira e um outro, Gaspar Fernandes.

Em 24 de Novembro, os dois embaixadores encontravam-se em Ceuta, de viagem para Portugal. A presença de Fernão de Oliveira naquela praça, apesar de pouca demora, logo deu motivo a que o respectivo capitão, D. Pedro de Meneses, informasse D. João III que «Frei Fernão de Oliveira (...) é homem muito desassossegado e, segundo o que passei com ele e sinto de seu juízo, é homem aparelhado para fazer mais mal que bem».

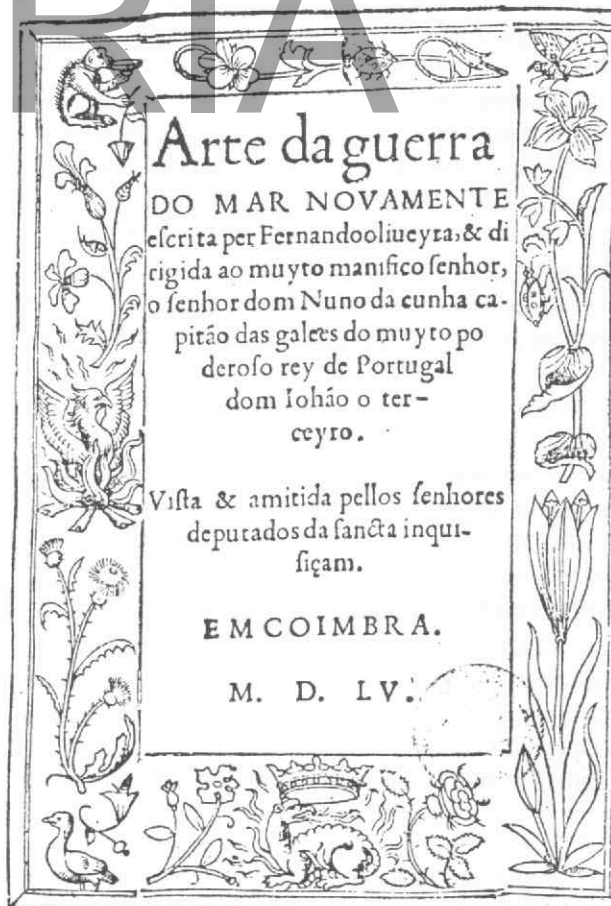
Fernão de Oliveira chegou a Lisboa... mas já não voltou a Argel, para ultimar o resgate dos cativos; outro emissário fora escolhido. «O estouvado procedimento e a imoderada loquela — como diz o Comandante Quirino da Fonseca —

não o recomendaram para tomar parte nas subsequentes negociações» (14).

«Arte da Guerra do Mar»

Até 1554, Fernão de Oliveira deve ter permanecido em Lisboa, ocupado na redacção da «Arte da Guerra do Mar», cujo prólogo tem a data de 28 de Outubro desse ano e que ele dedicou «ao muito magnífico senhor, o senhor Dom Nuno da Cunha, capitão das galés do muito poderoso Rei de Portugal Dom João o Terceiro».

D. Nuno da Cunha, um dos protectores de Fernão de Oliveira, era filho de D. António da Cunha, senhor das terras de Senhorim, Santar e Sabugosa; talvez por sua influência, o nosso aveirense ter-se-á hospedado na Beira, em casa de D. António, onde ultimaria o livro que lhe andava nas mãos. Contudo, mais uma vez a sua incontinência, sempre atreita a criticar e a comentar azedamente erros e vícios em pessoas, por mais importantes que fossem na sociedade, levou a que o Rei ordenasse, em 8 de Janeiro de 1555, a sua prisão; tal não se concretizaria, porém, interpostas porventura certas influências poderosas.



(14) — Cit. por Quirino da Fonseca na *Arte da Guerra do Mar*, pg. XXII.

Nessa altura, já ele fora nomeado revisor ou corrector da Imprensa da Universidade de Coimbra, por despacho de 18 de Dezembro anterior; aí se imprimiu a «Arte da Guerra do Mar», cujo trabalho tipográfico foi concluído em 4 de Julho de 1555. Supõe-se mesmo que tomasse licenciatura, sendo-lhe para isso válidos os estudos em Évora e os livros que compora, e que tivesse regido a cadeira de Retórica na Universidade — onde manifestaria tal brilho e competência que o Mestre Jerónimo Cardoso lhe escreveu nos termos mais honrosos (15).

Fernão de Oliveira pensava que, por ser sacerdote, não lhe parecia que a matéria do livro «Arte da Guerra do Mar» fosse incompetente à sua pessoa, «porque aos sacerdotes convém ir à guerra, quanto mais falar dela; podem, digo, e devem ir à guerra os sacerdotes, não para pelejar com ferro, porque suas armas são lágrimas e orações — diz Santo Ambrósio — mas para ministrar os sacramentos e obras de misericórdia aos feridos, confessando-os e comungando-os, curando deles e consolando-os, e enterrando os mortos, e rogando a Deus por suas almas, que são coisas todas estas piedosas e mui necessárias na guerra»; e continuava: — «E não somente para isto, mas também para admoestar e animar os que pelejam, devem ir os sacerdotes à guerra...» (16).

Outros livros escreveu o Padre Fernão de Oliveira, como o «Livro da Fábrica das Naus» — só publicado em 1898 por Henrique Lopes de Mendonça — e, em latim, a «Arte de Navegar» — obra esta que não se sabe se chegou a ser impressa ou se levou descaminho ainda manuscrita. Se com a «Gramática da Linguagem Portuguesa» ele tem a glória de ser o pioneiro na tentativa de codificação do nosso idioma, em letra de forma, nos outros volumes conseguiu estabelecer normas técnicas para a navegação, bases reguladoras para a construção naval e princípios militares bélicos. Lendo as suas obras literárias, surpreende-nos uma vasta erudição clássica: os grandes vultos da Antiguidade — tiranos, guerreiros, escritores, poetas, filósofos, humanistas, luminares da Igreja — são frequentemente citados por Fernão de Oliveira. Como escreveu o Comandante Quirino da Fonseca, «as obras técnicas de Fernando de Oliveira, e visando a ser essencialmente práticas, encerram numerosos elementos eruditos e também nelas se expõem, como inci-

dente, doutrinas que se julgarão revolucionárias para a época em que se publicaram; surpreende-nos igualmente que um clérigo tivesse capacidade para desenvolver, com agudeza e conhecimento de causa, as matérias abrangidas pelos trinta capítulos da sua *Arte da Guerra do Mar*, cujos títulos até poderiam figurar num Curso de Estado Maior, de nossos tempos» (17).

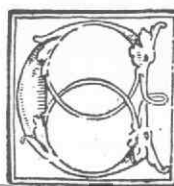
11.

Começa a primeyra

PARTE DO TRATADO DA

guerra do mar, feyto per Fernandoliueyra
na qual trata da intenção & aperci-
bimento da dita
guerra.

Cap. primeyro que he necessario fazer guerra.



Litão escreuendo das ordenanças da guerra diz de autoridade de Moysão, que as leys de Deo alli mandauã gouernar os homens e estar apercebidos, como se estivessem em continuo guerra, e o porque, era q̃ todas as cidades e nações das gentes naturalmente tẽ entre si guerra e deferenças, pollo q̃e as não declarem sempre por algũs respeitõs que lhes cõuem. Despoys que os homens desobedecerão a Deos seu criador, e discordarão da razão e justiça original, determinarão de viuer cada hum da sua vontade, e apartarãse em bandos hũs contra outros. Desta maneyra vieram esses bandos a fazer per si habitações, e ter deferenças / e fazer entre si guerra, que portanto parece ser natural aos homens, porq̃ nasce da peruertida natureza, como disse. Estas deferenças, quanto mais o mundo se foi: chegando a seu fim, tanto mais pecauallecerão. Assim diz Jhesu Christo no seu euangelho, que haueera muytas guerras / e leale: uantãrão as gentes e reynos hũs contra outros, e pays contra filhos e filhos contra pays, de feyção que não haueera de quem nos fiessem e cumprira a guardaremõs de todos.

Enérgica e intrepidamente o autor deste livro condena as guerras movidas por cristãos contra infiéis e também considera odiosa a prática de os escravizar, como então se fazia sem escrúpulos nem reservas, mesmo entre os povos tidos na vanguarda da civilização. «Não podemos fazer guerra justa aos infiéis que nunca foram cristãos, como são os mouros e judeus e gentios que connosco querem ter paz e não tomaram nossas terras nem por alguma via prejudicaram a Cristandade» — escreveu o ilustre aveirense na «Arte da Guerra do Mar», continuando: — «Porque com todos é bem que tenhamos paz, se for possível; (...) os quais melhor converteremos à fé e mais edificaremos nela com exemplo de paz e justiça

(15) — Manuel Gonçalves Cerejeira, ob. cit., pg. 134.

(16) — Gramática ref., Prólogo.

(17) — Quirino da Fonseca, lugar cit., pg. XXX.

que com guerra e tirania. Tomar as terras, impedir a franqueza delas, cativar as pessoas daqueles que não blasfemam de Jesus Cristo nem resistem à pregação da sua fé, quando com modéstia lha pregam, é manifesta tirania».

E Fernão de Oliveira avança no seu justo raciocínio, sob os ditames de um espírito tolerante e amigo da liberdade, tão ao arrepio das ideias correntes na época: — «E não é nesta parte boa escusa dizer que eles se vendem uns aos outros, que não deixa de ter culpa quem compra o mal vendido e as leis humanas desta terra e doutras condenam, porque, se não houvesse compradores, não haveria maus vendedores, nem os ladrões furtariam para vender. (...) Não se achará nem razão humana consente que jamais houvesse no mundo trato público e livre de comprar e vender homens livres e pacíficos, como quem compra e vende alimárias, bois ou cavalos e semelhantes. Assim os tangem, assim os constroem, trazem, e levam, e provam, e escolhem com tanto desprezo e ímpeto, como faz o magarefe ao gado no curral. Não somente eles, mas também seus filhos e toda a geração, depois de que nascidos e cristãos, nunca têm remissão.

Segue-se a parte segun

DADA ARTE DA GUERRA DOMAR,
que trata das frotas armadas, & das batalhas maritimas, & seus ardis.

Cap. primeiro. Dos navios para as armadas.



Quando for necessário fazer armada para o mar os capitães que disso forem encarregados tenham cuidado de pedir ao Almirante ou seus oficiais das taracenas e armazéns todas as coisas necessárias para a tal armada, comuem alabar, navios, e toda a equipagem parelles, de homens, e arcabuzes, e munições, e victualhas. Os navios se fôrmes ao mar, e guerra, e de peçes, e quantidade, e numero. Digo se fôrmes ao mar por que as grandes nauegações e viagens longas, que se fazem per grande mar e largo, requerem navios grandes e fortes, e de vela não de remo, por que o remo não serve nos grandes mares, né os navios pequenos podem sofrer o ímpeto delles. Os pequenos não podem alojar munições e victualhas que bastem muitos dias, e mais estes com qualq'r tempo de os come o mar, como que no mar largo o vento mais se folto, e o oceano mais se descuberte p'ouque maiores e mais altas ondas, e a leuante volumes d'agua muy grossos, o que como digo com os navios pequenos e baixos, pollo que os tales navios não são suficientes para grandes nauegações, mas crenhe quando ouuer de nauegar para longe per mar largo leu navios grandes e fortes como disse. Para nauegações mais de perto bastão navios menores e de menos gasto, em especial se b'ão de nauegar entre ilhas ou baixios, como no mar de Leuante, e algũas partes da Índia, e da costa de Guinee onde por respeito das culunarias se tem mais do

(...) Os que vão buscar esta gente não pretendem sua salvação e consta que, se lhe tirarem o interesse, não irão lá. (...) Quanto mais que muitos não ensinam a seus escravos como hão-de conhecer e servir a Deus, antes os constroem fazer mais o que lhes eles mandam que a lei de Deus, e da sua Igreja, tanto que nem os deixam ir ouvir Missa nem Evangelho, nem sabem a porta da igreja para isso, nem guardam domingos nem festas» (18).

A citação saiu demasiada; mas por ela vemos a tẽmpera de Fernão de Oliveira, que não transigia com o cercear das liberdades fundamentais e que desejava uma sociedade onde os homens se respeitassem mutuamente, sem explorações nem atropelos. Sempre que encontrasse motivo para verberar pessoas ou atitudes, não se retraía; mesmo aos possíveis críticos das suas obras literárias ousou lançar um desafio no final da «Gramática da Linguagem Portuguesa»: — «Eu não dou licença que alguém possa ser meu juiz, senão quem ler os livros que eu li e com tanto trabalho e tão bem ou melhor entendidos. E, ainda assim, a sentença há-de ser que para meus erros escrevam da mesma matéria outras obras melhores, nas quais mostrem saber mais que eu disto de que falámos» (19).

Semelhantes expressões arrojadas para o ambiente do século XVI, expressas tanto oralmente como sobretudo por escrito, não deixariam de irritar as autoridades ou os que se sentissem visados pelo dominicano egresso. A sua voz tinha acentos de antigo profeta, escarpelizando procedimentos nada evangélicos, para mais provenientes daqueles que se arrogavam a qualidade e a virtude de defensores da fé. Havia que denunciar, mesmo que tal atitude acarretasse incómodos, denúncias, inquirições ou encarceramentos. A sua consciência não podia calar o que julgava ser injustiça ou desrespeito pelos fundamentais direitos humanos. Então, como agora e sempre, a sociedade precisa de homens e de mulheres que, impulsionados pelo Espírito de Deus ou pela consciência do dever, não tenham medo de ser a voz dos que não têm voz.

Últimos anos

Era fatal que Fernão de Oliveira não gozasse muito tempo de liberdade; não chegou mesmo a exercer, durante um ano, o cargo de revisor da Imprensa da Universidade. Com efeito, em 26 de

(18) — *Arte da Guerra do Mar*, ed. de 1969, pgs. 23-25 (I Parte, Capítulo III).

(19) — *Gramática* cit., Capítulo L.

Outubro de 1555 – menos de quatro meses após a publicação da «Arte da Guerra do Mar» – era levado para as masmorras da Inquisição, em Lisboa; era uma voz incómoda que urgia fazer calar. Apresentou-se como pretexto da prisão o ter editado aquele livro em vez de se dedicar a exercícios religiosos – uma das condições que lhe havia sido imposta, quando saiu de Belém; mas a verdadeira causa teriam sido os falsos e ciumentos amigos, se não mesmo alguns capitães marítimos, feridos pela censura que no livro fazia à sua acção. Ele sabia porquê!... Desconhece-se por quanto tempo esteve encarcerado.

Desde essa data, o seu rasto tornou-se mais incerto e duvidoso, nem sequer se conhecendo a data do seu falecimento, que terá ocorrido depois de 1580. Apenas se sabe que, em 22 de Junho de 1565, quando tinha cinquenta e oito anos de idade, El-Rei D. Sebastião lhe concedeu a tença anual de vinte mil réis, a começar em 6 desse mês, na qualidade de clérigo de Missa, lendo casos de consciência na escola do Convento dos Freires da Ordem de S. Tiago, em Palmela, que ele receberia enquanto não fosse provido em qualquer benefício eclesiástico de rendimento superior.

Segunda parte:

balem da Índia grandes volumes e tempestades, ao chey
ro das quaes me aymmparece, que vem elstoutras tormen
tas. Por tanto cūprea perceber parcelas e prouer nōssas
taracenas e armazēs, e exercitar os homēs nas armas q̃
peia as tacs batalhas conuem, ter frotas prestes, e conbe
cer os tempos da nauegaçam, andar aa lesta, e pelejar anī
mosa e legitimamente, porque os defensores da terra que
o assy fazē merecem muyto ante Deos, e as filhas do grão
lutador com prazer lhe cantarão as palauras de Abigail, q̃
dizia a David desta maneyra. Faça te Deos no ceo casa, e
dee te coroa de gloria, aty que fielmente fazes as suas bata
lhas, e do seu pouo. Amen.

Regun.
25.

Acabouse de emprimir

ESTA ARTE DA GUERRA DO

mar aos quatro dias do mes de Julho de

mil & quinhentos & cincoenta & cin

co ános, em Coimbra per Iohão

Aluerez Emprimidor

del Rey nōsso

senhor.



Henrique Lopes de Mendonça chega a supor que o Padre Fernão de Oliveira, tendo-se envolvido nas lutas da sucessão do trono português ao lado do Prior do Crato, fosse obrigado a emigrar para a França, após a derrota deste pelas forças filipinas; pouco depois, teria falecido no exílio e várias obras autografadas do seu espólio iriam parar à biblioteca do Cardeal Mazarino e daí, em 1668, para a Biblioteca Real de Paris. Nas realidade, encontram-se na Biblioteca Nacional de Paris os seguintes manuscritos de Fernão de Oliveira: — História de Portugal, recolhida de escritores antigos e crónicas aprovadas pelo licenciado Fernam d'Oliveira, capelão dos Reis de Portugal de seu tempo; Primeyra parte do livro de antiguidade, nobresa, liberdade e immundade do reyno de Portugal, por Fernão de Oliveira: *De re rustica*, de Columella, traduzido em português por Fernão de Oliveira; Arte de gramática de lengoa castellana por el doctissimo maestro António de Nebrissa, compuesta en castellano (cópia).

«Gramática da Lingoagem Portuguesa»

Tentámos dar uma amostragem do que foi a vida e a obra do Padre Fernão de Oliveira; todavia, antes de terminar estas considerações, é imperiosa uma pequena reflexão sobre a «Gramática da Lingoagem Portuguesa», cujos quatrocentos e cinquenta anos desejamos celebrar, embora de forma modesta.

Rodrigo de Sá Nogueira, em 1929, alertava os seus leitores para o facto de a Gramática de Fernão de Oliveira, publicada em 1536, ser tida como a primeira gramática portuguesa, quando João de Barros, na que publicou em 1540, se arrogou o privilégio de ter sido ele próprio o primeiro a pôr a nossa linguagem em «arte» (20). Antes de mais, não é de admitir a má fé ou o desconhecimento da anterior publicação da parte de João de Barros, cuja rectidão de carácter e cuidado pela verdade são apanágio da sua pessoa, em actos e documentos; aliás, como houve ocasião de observar, eram estreitas e cordiais as relações amistosas entre os dois humanistas.

A solução do problema talvez se consiga, se considerarmos que o próprio Fernão de Oliveira, no termo do seu livro, chama-lhe simplesmente uma «primeira anotação da Língua Portuguesa» (21), deixando talvez para o de João de Barros o

(20) — João de Barros, *Gramática*, pg. 82. Rodrigo de Sá Nogueira no jornal «O Século», de 4-3-1929.

(21) — *Gramática* de Fernão de Oliveira, final «Acabou-se de imprimir...».

título de «primeira gramática»; o ilustre aveirense, implicitamente e por modéstia, não reconheceria ao seu trabalho a qualidade e o mérito de uma estrita feição sistemática e planificada. «O que acontece é que a obra de Oliveira, notável a vários títulos quanto à originalidade e clara antevisão de muitos problemas linguísticos, nomeadamente pela aguda percepção manifestada na descrição dos sons, não pode, de modo algum, considerar uma *arte*, no sentido em que Barros a entende, isto é, um compêndio gramatical sistemático e segundo o esquema tradicional transmitido pelos gramáticos latinos» — assim escreveu Maria Leonor Carvalhão Buescu, que continua: — «A obra de Oliveira é, efectivamente, um conjunto de curiosas e judiciosas reflexões, de tipo ensaístico; em suma, uma miscelânea linguística e cultural. Inicia-se por uma parte preambular (ausente da gramática tipicamente escolar do seu sucessor), em que define a linguagem; (...) e expende considerações, apoiado na autoridade dos filósofos antigos, sobre a formação das línguas. Seguem-se algumas páginas sobre o modo de falar dos portugueses e a formação do Reino. Só depois de se referir à origem dos nomes de Lisboa, Lusitânia, Portugal, de fazer um breve resumo da história dos primeiros reinados, de tomar como exemplo a perdurabilidade da glória romana, devido à imposição da língua aos vencidos, se propõe definir gramática. Refere-se, em seguida, ao papel de D. Dinis e D. João III no desenvolvimento da instrução e segue um pormenorizado estudo da pronúncia, articulação e grafia dos sons portugueses, a parte talvez mais original da sua obra. Mesmo aí não exclui digressões de tipo histórico-cultural, as quais vêm, naturalmente, interromper a sistematização da matéria. À extensa parte dedicada à descrição fonética segue-se um breve estudo da morfologia, ou melhor, de alguns problemas morfológicos, sem consequência ou planificação: derivação e composição, flexão de nomes, alguns pronomes, plural dos nomes terminados em *ão* e em consoante, conjugação dos verbos. Termina com uma página dedicada à construção (sintaxe). Por outro lado, um dos aspectos curiosos da obra de Oliveira consiste na adopção de uma nomenclatura original, muito expressiva e notavelmente inovadora (palavras *apartadas* e *juntas*, *mudadas*, *primeiras*, *tiradas*), a qual não virá a ser utilizada pelos gramáticos posteriores» (22).

(22) — Maria Leonor Carvalhão Buescu, na Introdução à «Gramática da Linguagem Portuguesa de Fernão de Oliveira», Lisboa, 1975, pgs. 19-21.

A «Gramática da Linguagem Portuguesa», apesar de singularmente invulgar, apresenta, pois, uma tão evidente indisciplina no plano e um tão acentuado conjunto de reflexões que, na sua liberdade, não se reveste de uma forma tipicamente gramatical. Contudo, altamente pragmática, com base numa observação atenta e cuidada do linguajar do povo e numa experiência escolar e pedagógica, o livro de Fernão de Oliveira denota claramente um espírito aberto sem preconceitos à realidade concreta e aplicado aos pormenores da fala ou da pronúncia; por isso, ele pode muito bem considerar-se — e é — uma obra do Renascimento.

Um retrato final

Para terminar esta evocação do insigne aveirense Padre Fernão de Oliveira, penso que não poderia fazê-lo melhor do que transcrever o retrato que dele nos deixou Henrique Lopes de Mendonça:

— «Filósofo como João de Barros, aventureiro como Fernão Mendes Pinto, perseguido pela Inquisição como Damião de Góis, navegador como D. João de Castro, porventura o único dos escritores de arquitectura naval do seu tempo e do seu País, ele tem além disso para recomendá-lo à consideração da posteridade uma vida tão cortada de peripécias que constitui um verdadeiro romance. Foi clérigo e foi soldado, foi marinheiro e foi diplomata, esteve prisioneiro em mãos de ingleses e em mãos de turcos, gemeu nos cárceres do Santo Ofício, teve relações com homens eminentes do seu século» (23).

Na recordação histórica de Aveiro, não se pode esquecer este homem do século XVI, criatura de tão singular psicologia, de tão malbaratada actividade, de tão multifacetada erudição, de tão grande perspicácia e de tão surpreendente audácia... uma das figuras mais complexas do Renascimento em Portugal.

João Gonçalves Gaspar

(23) — Henrique Lopes de Mendonça, ob. cit., pg. 2.

BIBLIOGRAFIA:

Henrique Lopes de Mendonça — *O Padre Fernando de Oliveira e a sua obra náutica — Memoria comprehendendo um estudo biographico sobre o afamado grammatico e nautigrapho e a primeira reprodução typographica do seu tratado inedito «Livro da Fabrica das Naos»*; Lisboa, Academia das Ciências, 1898.

Comandante Quirino da Fonseca — *Comentário preliminar* às edições da «Arte da Guerra do Mar»; 1937 e 1969.

Dr. Manuel Gonçalves Cerejeira — *O Renascimento em Portugal — Clenardo*; nova

edição: I, 1974; II, 1975.

Fortunato de Almeida — *História da Igreja em Portugal*; II, Barcelos, 1968.

Maria Leonor Carvalhão Buescu — *Introdução à edição da «Gramática da Linguagem Portuguesa de Fernão de Oliveira»*; Lisboa, 1975.

Rolando Morel Pinto — *Gramáticos Portugueses do Renascimento*; Lisboa, 1952.

Rangel de Quadros — *Aveirenses Notáveis*, I.

EXCERTOS DA «GRAMATICA DA LINGUAGEM PORTUGUESA»

CAPÍTULO I

A Linguagem é figura do entendimento, e assim é verdade que a boca diz quanto lhe manda o coração, e não outra coisa: antes não devia a Natureza criar outro mais disforme monstro do que são aqueles que falam o que não têm na vontade, porque, se as obras são prova do homem, como diz a suma verdade, Jesus Cristo, nosso Deus, e as palavras são imagem das obras, segundo Diógenes Laércio escreve que dizia Sólon, sabedor da Grécia: cada um fala como quem é: os bons falam virtudes, e os maliciosos maldades; os religiosos pregam desprezos do mundo e os cavaleiros blasonam suas façanhas. E esses sabem falar, os que entendem as coisas, porque das coisas nascem as palavras, e não das palavras as coisas, diz Misin, filósofo, e outra vez Cícero a Bruto e Quintiliano no oitavo livro, onde também disse que falar e pronunciar o que entendemos este só é um meio que Deus quis dar às almas racionais para se poderem comunicar entre si e com o qual, sendo espirituais, são sentidas dos corpos. Porém, não é tão espiritual a língua que não seja obrigada às leis do corpo. Mas, segundo a disposição da língua corporal, assim vemos formar diversas vozes, umas ciciosas, outras tártaras e muitas com muitos defeitos e também com suas perfeições. Porque, como este órgão da língua e boca é mais e melhor disposto, assim cumpre melhor seu ofício. Bem ou mal disposto pode ser em qualidades e feição; qualidades como seco ou húmido, feição como dentes grandes ou desviados; e também muitos falam muito mal só com mau costume, não mais. E é muito de culpar este defeito de as qualidades serem diversas, nas quais têm domínio as condições do céu e terra em que vivem os homens. Vem que umas gentes formam suas vozes mais no papo, como Caldeus e Arábigos, e outras nações cortam vozes, apressando-se mais em seu falar, mas nós falamos com grande repouso, como homens assentados. E não somente em cada voz por si, mas também no ajuntamento, e no som da linguagem pode haver primor ou falta entre nós. Não somente nestas, mas em muitas outras coisas tem a nossa língua vantagem, porque ela é antiga, ensinada, próspera e bem conversada e também exercitada em bons tratos e ofícios.

CAPÍTULO VI

Letra é figura de voz. Estas dividimos em consoantes e vogais. As vogais têm em si voz e as consoantes não, senão junto com as vogais. Como a que é vogal e b que é consoante e não tem voz ao menos tão perfeita como a vogal.

Às figuras destas letras chamam os Gregos caracteres, e os Latinos, notas, e nós lhe podemos chamar sinais. Os quais hão-de ser tantos como as pronunciações a que os Latinos chamam elementos e nós as podemos interpretar fundamentos das vozes e escritura.

Diz António de Nebrissa que temos na Espanha somente as letras latinas, mas, porque é verdade que são tantas e tais as letras como as vozes, nós diremos que de nós aos Latinos há aí muita diferença nas letras, porque também a temos nas vozes, e não é muito, pois somos bem apartados em tempos e terras, e não somente isto, mas uma mesma nação e gente de um tempo a outro muda as vozes e também as letras. Porque doutra maneira pronunciavam os nossos antigos este verbo tanger e doutra a pronunciamos nós, e os Latinos não podem dizer que a mesma letra era c quando tinha sempre uma só força com todas as vogais, como diz Quintiliano. E agora quando a cada vogal quase muda sua voz não diremos logo que temos as mesmas letras nem tantas como os Latinos, mas temos tantas figuras como eles e quase as mesmas ou imitações delas. E, contudo, não deixa de haver falta nesta parte, porque as nossas vozes requerem que tenhamos trinta e duas ou trinta e três letras, como se mostrará adiante.

Já confessámos ser verdade o que diz Marco Varrão nos livros da Etimologia, que se mudam as vozes e com elas é também necessário que se mudem as letras, mas não com tão pouco respeito como agora alguns fazem, os quais como chegam a Toledo logo se não lembram de sua terra, a quem muito devem. E em vez de apurarem a sua língua corrompem-na com emprestinhos, nos quais não podem ser perfeitos. Tenhamos, pois, muito resguardo nesta parte porque a língua e escritura é fiel tesoureira do bem de nossa sucessão e são, diz Quintiliano, as letras para entregar aos que vierem as coisas passadas.

CAPÍTULO VIII

Na nossa língua podemos dividir, antes, é necessário que dividamos as letras vogais em grandes e pequenas, como os Gregos, mas não já todas porque é verdade que temos a grande, a pequeno, e grande e e pequeno e também o grande e o pequeno. Mas não temos assim diversidade em i nem u. Temos A grande, como Almada, e a pequeno, como Alemanha; temos e grande, como festa, e e pequeno, como festo, e temos o grande, como formosos, e o pequeno, como formoso. E, conhecendo esta verdade, havemos de confessar que temos oito vogais na nossa língua, mas não temos mais de cinco figuras, porque não queremos saber mais de nós que quanto nos ensinam os Latinos, aos quais diz Plínio que é pouco saber escoldrinhar as coisas alheias não nos entendendo a nós mesmos.

Tem tanto poder o costume e também a natureza, que, ainda que nos pese, nos faz conhecer esta diversidade de vozes e faz que muitos em lugar destas vogais grandes escrevam duas, como quer que a voz não seja mais que uma, e outros põem-lhe aspiração, mas também estes erram porque lha não podem pôr em todos os lugares. O remédio que eu a isto posso dar é este: que nas vogais grandes dobremos as letras, mas de tal feição que o dobrar delas se faça em um mesmo lugar, e figura o *a* nesta forma α e *e* nesta ε e *o* também nesta outra ω e os pequenos nas formas acostumadas. E isto porque nos não podemos salvar com os Latinos, dizendo que a consoante ou consoantes e letras que vão adiante fazem grande ou pequena a letra vogal que fica, mas vemos que com umas mesmas letras soa uma vogal grande às vezes e às vezes pequena, segundo o costume quis, e não mais.

bibRIA

CAPÍTULO XII

Esta letra *a* pequena tem figura do ovo com um escudete diante e a ponta do escudo em baixo, cambada para cima. A sua pronunção é como a boca mais aberta que das outras vogais e toda a boca igual. *a* grande tem figura de dois ovos ou duas figuras de ovo, uma pegada com a outra, como um só escudo diante. A pronunção é com a mesma forma da boca, senão quando traz mais espírito.

Esta letra *e* pequeno tem figura de arco de besta com a polgueira de cima de todo em si dobrada, ainda que não amassada. A sua voz não abre já tanto a boca e descobre mais os dentes. A figura do ε grande parece uma boca bem aberta com sua língua no meio e tampouco não tem outra diferença da força de *e* pequeno, senão quanto enforma mais seu espírito.

Desta letra *i* vogal, sua figura é uma haste pequena, alevantada, com um ponto pequeno redondo em cima. Pronuncia-se com os dentes quase fechados e os beiços assim abertos como no *e* e a língua apertada com as gengivas de baixo e o espírito lançado com mais ímpeto.

A figura desta letra *o* pequeno é redonda toda por inteiro, como um arco de pipa, e a sua pronunção faz isso mesmo: a boca redonda dentro e os beiços encolhidos em redondo. E a figura de ω grande parece duas faces com um nariz pelo meio ou dois *oo* juntos ambos e tem a mesma pronunção com mais força e espírito. E todavia estas letras vogais grandes fazem algum tanto mais movimento na boca que as pequenas.

Esta letra *u* vogal aperta as queixadas e prega os beiços, não deixando entre eles mais que só um canudo por onde sai um som escuro, o qual é a sua voz. A figura é das hastes alevantadas direitas, mas em baixo são atadas com uma linha que sai de uma delas.

CAPÍTULO L

Alguns que escrevem livros acostumam fazer nos princípios prólogos de sua defesa, o que eu não fiz. E tenho esta razão, que me não quero queixar antes de ser ofendido. E mais: quem pode dizer mal de mim, que bom seja, pois aos maus não posso fugir, mas por qualquer parte sempre me hão-de maltratar. E, contudo, eu não dou licença que alguém possa ser meu juiz, senão quem ler os livros que eu li, e com tanto trabalho, e tão bem ou melhor entendidos. E ainda assim, a sentença há-de ser que para emendar meus erros escrevam da mesma matéria outras obras melhores, nas quais mostrem saber mais que eu, disto que falamos. E senão, tudo o que mais fizerem é murmurar, que não cabe entre homens sabedores, pois quanto à dos ignorantes não faço conta. E bem sei que não deixam de repreender senão o que não entendem. E mais, porque algum tanto me fiz nestes princípios breve, repreenderão mui asinha o que disse, e não saberão, louvando, manifestar o que calei (como diz Cícero no segundo livro a seu irmão). E não convido eu aos que mais sabem, cuidando que os não há aí no mundo, mas seria eu mais ditoso que minhas faltas fossem causa de proveito que sua doutrina pode fazer. Ser eu curto em meu escrever e não ser mui ordenado com bons exemplos, e a falta de algumas coisas que devera escrever e não fiz, e a dissonância de alguns termos novos nesta arte que pus, usando vozes próprias da nossa língua, tudo ante quem não folga de dizer mal terá escusa com olhar a novidade da obra, e como escrevi sem ter outro exemplo antes de mim. E isto muito mais escusara o defeito da ordem que tive em meu proceder, se foi errada. E contudo, o que com razão pode ser repreendido, eu confesso que o não escrevi com malícia e pode-se emendar. Antes peço a quem conhecer meus erros que os emende; e, todavia, não murmurando em sua casa, porque desfaz em si.



IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA FREGUESIA DA GLÓRIA

— A propósito de uma comemoração jubilar

As Irmandades do Santíssimo Sacramento vulgarizaram-se entre os católicos, nos finais da Idade Média; graças a elas, floresceu e ainda se mantém a assiduidade e o esplendor do culto eucarístico, particularmente na solenidade do Corpo de Deus. Nos séculos XVI e XVII, a sua importância destacava-se sobremaneira perante as outras confrarias; a própria autoridade eclesiástica conferiu-lhes privilégios especiais, inclusive o de precedência sobre as outras.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento da igreja de São Miguel era, pois, a de maior importância e significado em Aveiro; mesmo após a divisão paroquial de 1572, quando se instituíram as Irmandades do Santíssimo Sacramento em cada uma das outras três freguesias, a de São Miguel tinha precedência honorífica e litúrgica sobre elas, certamente por ser não apenas a mais antiga mas também a da vetusta igreja matriz; e tanto era reconhecida como tal que, por vezes, nos aparece denominada com a designação sumamente dignificante de «arquiconfraria do Santíssimo Sacramento».

Aveiro não é rico em documentos antigos, dado o clima húmido da região e a fragilidade do material — pergaminho ou papel — juntamente com o pouco interesse em arquivá-los e guardá-los convenientemente; para mais, todos sabemos como o riquíssimo espólio de conventos e de igrejas foi depredado em certas épocas da nossa história pátria. Podemos, portanto, suspeitar que os primeiros documentos desta veneranda Irmandade tenham desaparecido no rodar dos séculos e na sucessão das mordomias, estas mais vocacionadas para uma missão cultural e gregária do que para registo e salvaguarda de simples papéis. Há quatrocentos e cinquenta anos já ela existiria em toda a sua pujança e respeitabilidade, procurando defender dos ataques da heresia protestante a doutrina católica e tradicional sobre a Sagra-

da Eucaristia e dando esplendor público ao seu culto litúrgico, em missas e procissões.

José Reinaldo Rangel de Quadros Oudinot, nos finais do século XIX, leu o mais antigo documento que encontrou, referente a esta Irmandade, que se guardava entre os papéis da actual Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia da Glória. Tratava-se de uma declaração notarial de 5 de Dezembro de 1541. Neste dia, nas pousadas de Heitor Ribeiro, juiz ordinário, na presença de Pedro André, mordomo, foi apresentado o testamento de João Fernandes Prata, piloto, e de sua mulher Catarina Tavares Prata. Nesse testamento deixava cada um deles a esta confraria metade de doze meios de uma salina, sita no Remoinho da Cale, com a obrigação de doze missas anuais por cada um dos testadores. Isto vem-nos demonstrar que a Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de São Miguel, de Aveiro, já existiria juridicamente erecta, gozando de personalidade e no pleno uso legítimo de todos os deveres e direitos.

No território da actual freguesia de Nossa Senhora da Glória, também existiu outra Irmandade do Santíssimo Sacramento, erecta na igreja paroquial do Espírito Santo. Este antigo templo erguia-se no sítio onde hoje é o largo de Luís de Camões ou das Cinco-Bicas; entrando em ruína e praticamente abandonado a partir de 1835, acabou por ser demolido em 1858.

A mencionada Irmandade já existia em 1610, como consta de uma escritura de aforamento, dessa data, que Rangel de Quadros conheceu e referiu.

Dada a nova divisão da cidade de Aveiro, em 1835, foi mister reorganizar e adaptar a vida religiosa e administrativa das comunidades e associações católicas. No que respeita às irmandades, umas foram extintas ou foram decaindo

ENTREGAS DE RAMOS

Alturas do Natal. Véspera de Entrega.
Céu escuro, pintalgado de luzes.
Frio do Inverno, chegado há dias.
São oito horas precisas. Na porta,
soam as pancadas esperadas.
Alvoroço. — Ele aí vem!
Engaboados, o parceiro sobe a escada.
A mesa posta. Ceia da praxe.
Bacalhau, batatas e grelos.
Rabanadas e bilharacos.
Aletria e arroz doce a fatar.
Licor de alguidar.

Um dia de sol. Claro como a cal.
É o espelho da Ria.
Os sinos é um tal badalar.
Largo da Apresentação.
Músicos a postos. Os ramos vão sair.
São doze. — Os apóstolos do Bendito.
Canastras de cor.
As opas de seda escarlate,
e as luvas brancas que empunham
as espigas gradas e floridas.
O cortejo inunda a rua.
Os acordes musicais rasgam
portas e janelas.
A ronda da Entrega.
Barrocas. Senhora da Alegria.
Carmo. São Gonçalinho. À porta
de casa, com junquinho, rosmaninho
e pétalas.
Senhora das Febres. São Bartolomeu.
São Gonçalo.

O ritual sucede-se.
Os ramos entram no templo.
Junto ao altar-mor,
sobre almofadas de cetim,
pintadas a preceito,
a relíquia sagrada passa de mão.
Beijos e abraços.
Lágrimas de saudade e de alegria.
O ramo triunfante demanda o novo lar,
onde o melhor trono e a jarra mais bela
aguardam a mensagem do Senhor.
Acende-se a lamparina de azeite.
Oito dias alumiado, e durante o ano, quando
troveja.

Repasto interminável.
Uma bateira de iguarias.
Cozido. Chanfana. Cabrito.
E leitão.
Aletria, arroz doce, leite creme,
doçaria até fatar.
Vinho, espumante,
e licor de alguidar.

A noite é um bombo de festa.
A música volta a inundar as ruas.
Toca a cada porta que o ramo transpôs.
Parceiros, amigos e conhecidos,
de gabão, com cinta vermelha e
barrete verde, lançam dúzias
de foguetes, atizados pelo rapazio.
Entram. Comem e bebem.
Centenas de pares dançam na rua.
Por vezes, um foguete bate no beiral,
e arreia, rabiando por entre as pernas,
que saltam, mas não param de dançar.
E até às horas mais mortas,
há fogo em todas as portas,
come-se,
e bebe-se licor de alguidar.

Amadeu de Sousa



ENTREGA DO RAMO — Jeremias Bandarra.

até desaparecerem do panorama citadino; outras sofreram uma reformulação para se conformarem com a nova situação. Assim aconteceu às duas Irmandades do Santíssimo Sacramento, uma da freguesia de São Miguel e outra da freguesia do Espírito Santo, mas ambas agora sediadas na igreja de Nossa Senhora da Glória; os irmãos, agrupando-se, deram naturalmente origem a uma única Irmandade do Santíssimo Sacramento. Eis

por que a Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de Nossa Senhora da Glória pode ser e é considerada como legítima e única herdeira da história, da tradição e do património de duas confrarias aveirenses – a veneranda Irmandade do Santíssimo Sacramento de São Miguel e a pelo menos seiscentista Irmandade do Santíssimo Sacramento do Espírito Santo.

J. G.



Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia da Glória (Aveiro) – Direcção de 1921.

VISITA DO PRIMEIRO-MINISTRO

Dentro do programa de uma visita ao nosso Distrito nos dias 20 e 21 de Dezembro, o Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, na qualidade de Primeiro-Ministro do Governo da República, esteve em Aveiro, em cuja Câmara Municipal foi recebido, ao fim da manhã do segundo daqueles dias. Acompanharam-no vários membros do Governo.

Os Presidentes da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, Francisco da Encarnação Dias e Dr. José Girão Pereira, pronunciaram palavras de boas-vindas na sessão solene, que teve lugar no salão nobre dos Paços do Concelho; agradecendo o Doutor Cavaco Silva saudou Aveiro e as suas laboriosas gentes.

Da parte da tarde, foram as visitas às instalações, em construção, da Universidade e às obras em curso no Hospital Distrital; por fim, o Primeiro-Ministro ainda se deslocou ao porto de Aveiro.

Durante a estadia em terras avelenses, foram abordados problemas de grande interesse.

A propósito do tão falado problema da regionalização, o Primeiro-Ministro afirmou:

«Trata-se de uma grande questão nacional, que não pode ser utilizada como bandeira de nenhum partido».

Acrescentou que o problema merece um estudo profundo e um grande sentido de responsabilidade, afirmando:

«A regionalização não poderá pôr em causa a coesão do país, nem dar lugar a disputas. A regionalização tem que permitir o desenvolvi-

to nacional e corrigir assimetrias no campo social e económico existentes, ao mesmo tempo que deverá permitir também uma administração pública eficiente».

Disse ainda que a regionalização tem que ser «um passo em frente na descentralização do poder político e não um recuo».

Na sessão solene, em Aveiro, um dos problemas abordados foi o caso do nosso Hospital Distrital.

O Primeiro-Ministro considerou «afirmações sem fundamento» tudo o que se disse quanto à despromoção do Hospital Distrital de Aveiro, tendo reconhecido que «está muito bem apetrechado e não devemos acreditar em profetas da desgraça».

Acrescentou ainda que não existe uma carta sanitária do país e que o «Hospital de Aveiro terá de ser sempre um grande Hospital».

Não queremos deixar de registar as palavras do Primeiro-Ministro na cidade de Águeda, zona de grande implantação industrial, a propósito da iniciativa privada, Cavaco Silva considerou a iniciativa privada «o motor do progresso, do desenvolvimento, e da melhoria das condições e da vida das populações».

«Portugal foi o país que mais sofreu nas últimas décadas com a tentativa de socialização da economia» — afirmou o Primeiro-Ministro, que lamentou «o investimento no sector público realizado sem qualquer validade no futuro» e a criação de «postos de receber salários que não eram postos de criar riqueza».



O Primeiro-Ministro, no uso da palavra, na sessão solene nos Paços do Concelho.

No dia 22 de Dezembro, o Executivo aprovou um voto de congratulação por esta visita.

CENTRO SOCIAL DE REQUEIXO

A construção do Centro Social de Requeixo é um exemplo da preocupação da Câmara Municipal de Aveiro em dotar as freguesias mais afastadas da sede do Concelho das infraestruturas que lhes permitam um desenvolvimento harmonioso, tanto sob o ponto de vista sócio-económico como cultural.

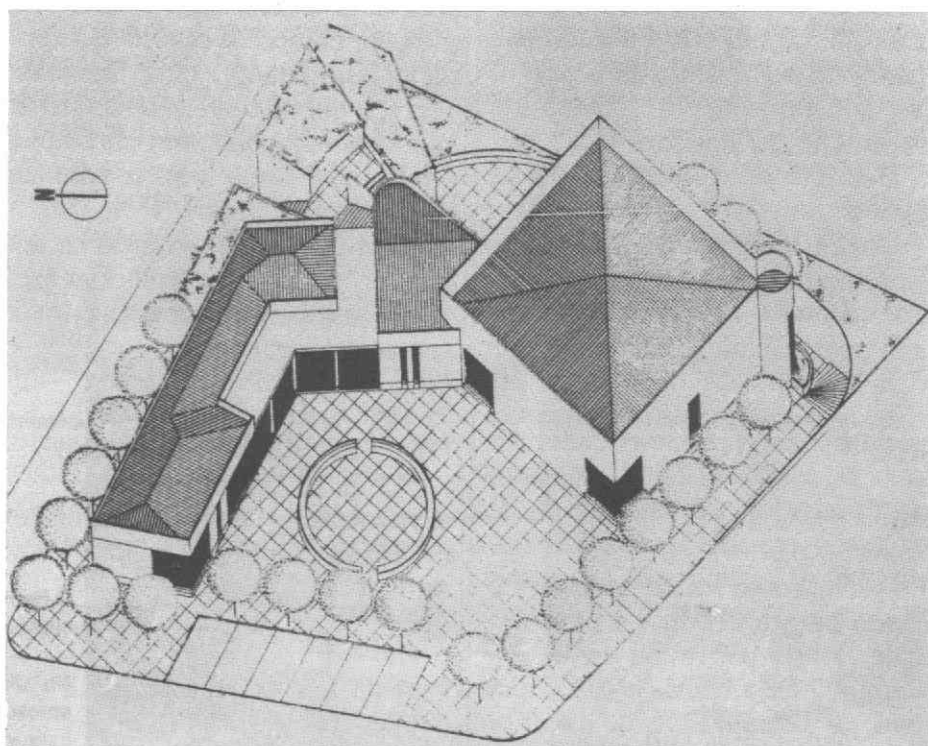
A Câmara tem conhecimento das carências e, em casos pontuais, das deficiências de funcionamento dos diversificados elementos que contribuem para que os habitantes do Concelho não se sintam marginalizados ou esquecidos. Por isso, dentro das verbas disponíveis, procura colmatar brechas, com especial atenção às realizações que evitem deslocações, sempre onerosas em tempo e dinheiro, em busca do que localmente falta. É o caso dos variados tipos de apoio às crianças e aos jovens (com a ajuda aos infantários e às escolas primárias e pré-primárias), aos adultos trabalhadores (proporcionando-lhes locais de convívio, de cultura e lazer) e aos mais idosos (com o incremento possível de lares e/ou de espaços que lhes permitam não só passarem o tempo mas também

manter-se activos e sentirem-se úteis à sociedade em que se integram).

É pois nesta política que se nos depara o Centro Social de Requeixo que aqui apresentamos como exemplo do desenvolvimento apontado, independentemente de outras acções, não apenas previstas como já em fase de estudo e de projecto. De facto, o edifício de Requeixo, agora em fase de acabamentos, foi concebido no sentido de alojar todo um conjunto de actividades necessárias na freguesia; simultaneamente, pela sua própria implantação, ele dará lugar a um largo que se prevê venha, no futuro, a funcionar como ponto de encontro e reunião naquela zona.

O edifício propriamente dito compreende espaços de utilização diferenciados, como um posto médico, um salão polivalente, escolas pré-primárias, salas para as colectividades, um bar, além de anexos que asseguram o funcionamento do Centro Social de Requeixo.

Espera-se que a inauguração se possa concretizar logo após a Páscoa de 1987, ficando assim este complexo, em todas as suas valências, ao serviço da população local.



Perspectiva do Centro Social de Requeixo.

REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DA GALERIA MUNICIPAL

1. — A Galeria Municipal de Aveiro é um espaço que pretende ser um meio de dinamização da cultura, pela realização de exposições, colóquios, conferências, recitais e de outro tipo de manifestações culturais.
 - 1.1. — A gestão da Galeria compete à Câmara Municipal de Aveiro, através dos Serviços de Cultura; por isso, é da responsabilidade da mesma Câmara Municipal a programação da sua utilização com o desejo não só de a tornar disponível aos artistas ou entidades que a solicitem, mas também de promover manifestações que, utilizando este espaço, contribuam para a vulgarização ou o enriquecimento da cultura.
- 2 — Estas normas destinam-se a definir a utilização da Galeria Municipal, cabendo aos Serviços de Cultura zelar pela sua aplicação e cumprimento.
- 3 — Os autores que pretenderem utilizar as instalações da Galeria devem solicitá-las, por escrito. Nessa solicitação constará:
 - Data pretendida para a exposição;
 - «Curriculum» do autor;
 - Fotografias de três das obras a expor, no formato 12x18;
 - Outros elementos que o autor julgar convenientes.
4. — Para efeitos da reserva definitiva da Galeria, os candidatos deverão confirmar por escrito, no prazo de oito dias após a recepção do ofício em que se comunica o deferimento da sua pretensão, a decisão de exporem os trabalhos e de aceitarem as presentes normas.
5. — Os artistas comprometem-se, aquando da montagem da exposição, a entregarem nos serviços de Cultura a relação das obras expostas, de acordo com o catálogo da exposição.
6. — A montagem e a desmontagem das exposições são da competência e encargo dos autores, não se responsabilizando a Câmara Municipal por quaisquer danos ou roubos ocorridos durante ou a propósito das exposições, e bem assim quaisquer prejuízos na carga e descarga do material a expor.
7. — Para a montagem das exposições será utilizado o material de apoio existente na Galeria. Por isso, não se permitirá danificar as paredes com pregos, colagens ou qualquer outro sistema.
8. — No espaço interior da Galeria não será permitido qualquer tipo de publicidade comercial.
9. — As exposições estarão patentes ao público entre nove a dezasseis dias, conforme o desejo dos autores e a disponibilidade da Galeria.
10. — O horário das exposições será o seguinte:
 - De 1 de Setembro: diariamente, das 14 às 19 horas e das 21 às 23 horas;

— De 1 de Outubro a 31 de Março: diariamente, das 14 às 19 horas; nas sextas-feiras, sábados, domingos e vésperas de feriados, também das 21 às 23 horas.

10.1 — A Galeria estará encerrada nos dias 24, 25 e 31 de Dezembro e ainda no dia 1 de Janeiro e no domingo de Páscoa.

11. — A Câmara Municipal reserva-se o direito de utilizar material de divulgação, como catálogos, convites, cartazes, etc., sempre que o considerar conveniente e necessário à promoção das exposições, obrigando-se a informar antecipadamente os artistas.

12. — A publicidade, os cartazes, os convites, os catálogos e o seguro das obras são da inteira responsabilidade dos autores. Para a execução dos cartazes e dos catálogos serão fornecidos exemplares-tipo, cujas linhas gerais os autores deverão respeitar.

13. — A ocupação e utilização da Galeria não são gratuitas. Os ocupantes ou utilizadores ficam obrigados ao pagamento de uma quantia calculada com base na taxa diária de ocupação, anualmente fixada pela Câmara Municipal.

13.1. — Metade da quantia referida deverá ser paga na ocasião da reserva definitiva.

14. — Para além da obrigação referida no número anterior, quando da realização de exposições de obras de arte, os seus autores deverão ofertar uma das obras expostas, escolhida de acordo entre os artistas e os Serviços de Cultura da Câmara Municipal.

15. — A Câmara Municipal, sob proposta dos Serviços de Cultura, devidamente fundamentada, poderá dispensar os utilizadores da Galeria, total ou parcialmente, das obrigações referidas nos dois números anteriores.

16. — Junto do Pelouro da Cultura existirá uma comissão de apoio, com carácter consultivo, composta por cinco elementos indigitados pela Câmara Municipal, para dar parecer sobre os assuntos referentes à Galeria.

17. — Os casos omissos serão resolvidos pela Câmara Municipal, ouvido o Vereador do Pelouro da Cultura.



Aspecto exterior do edifício onde está instalada a Galeria Municipal de Aveiro.

ISCA — Instituto Superior de Contabilidade e Administração

1 — O edifício destinado às novas instalações do Instituto Superior de Contabilidade e Administração (I.S.C.A.) insere-se no plano de Santiago, num quarteirão confinante a norte com o complexo das piscinas municipais, a poente com a Avenida de Artur Ravara, a nascente com as bandas contínuas para habitação e a sul com uma zona verde.

Com uma área de implantação de 4 450 m², prevê-se uma área ao solo de 3 300 m² organizada em dois pisos.

2 — Organização funcional do edifício

O referido edifício, conforme o seu projecto, foi organizado em três áreas funcionais distintas, interligadas por dois pátios interiores: — uma zona de entrada, administração e recepção, uma zona de auditório e biblioteca e a zona propriamente de estudo que compreende as salas de aulas, de reuniões de docentes e os gabinetes.

O pátio no eixo da entrada funciona como rótula de distribuição e interligação de todas as áreas funcionais do edifício.

A localização do bar, estrategicamente colocado em adjacência aos dois pátios, visa a sua animação, conferindo a estes dois espaços, além da função principal e imediata de iluminação, a vocação de zona de estar e de lazer.

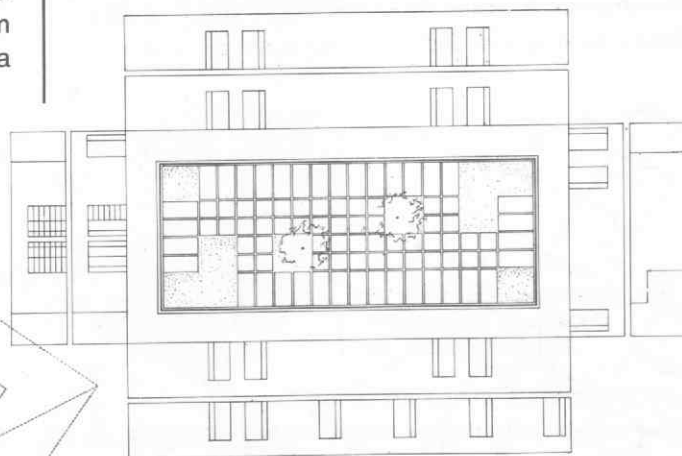
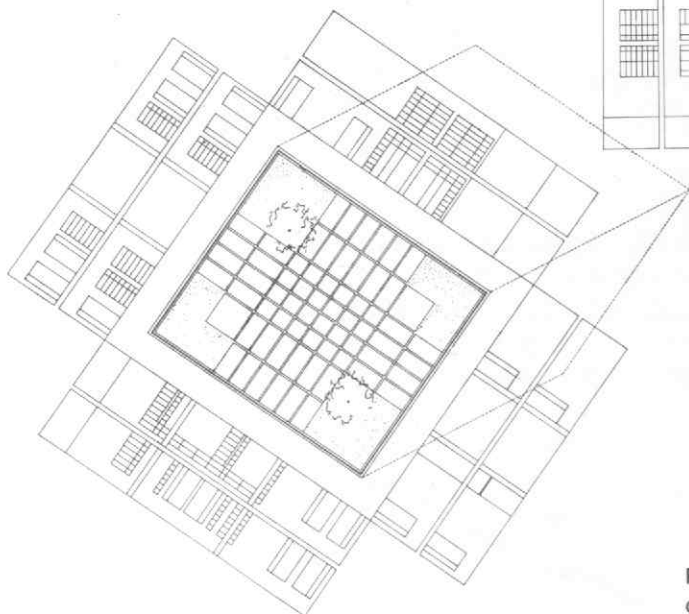
3 — Concepção arquitectónica

A localização do edifício do I.S.C.A., num quarteirão com pré-existências nas ruas fronteiras, ditou-nos uma implantação onde se contemplam premissas distintas. Assim, coexistem neste projecto a linearidade de definição de rua no lado nascente, evidenciando uma continuidade ao bairro residencial, e por outro lado é proposto para poente uma relação volumétrica mais adequada a uma apreensão sensitiva, tendo em conta que a leitura deste alçado é sempre feita em movimento relativamente rápido.

A solução de gaveto, que referencia a entrada, funciona como um marco, ao mesmo tempo que rege uma relação muito explícita entre os remates dos edifícios contíguos.

A entrada pelo gaveto define o eixo principal do edifício e tem a leitura de atravessamento visual. Todos os acessos ao interior do edifício acentuam uma ligação galeria-pátio, a memória da rua-praça.

Nos pátios interiores, forrados em toda a sua envolvente por uma fachada contínua em vidro, prevê-se a sua total abertura e o consequente funcionamento como espaço aberto — o claustro.



4 — Organização interna

O primeiro piso compreende uma Zona de Entrada com o Gabinete de Recepção e de Telefonista, donde se desenvolvem as escadas de acesso ao segundo piso e se efectua a ligação à Secretaria.

A Recepção faz a ligação com o primeiro pátio, à volta do qual se localizam a Sala da Associação de Estudantes, o Bar, Gabinetes de Contínuos, Arrumos e Instalações Sanitárias, bem como assegura a ligação ao segundo pátio e à Zona do Auditório.

À volta do pátio rectangular localizam-se oito Salas de Aula para 25 alunos, mais duas Salas Grandes para 40 alunos, bem como uma Sala de Docentes.

Do átrio da entrada norte, assegura-se a ligação ao Auditório e à Biblioteca, bem como a outros serviços de apoio a estas instalações.

Para o Auditório prevê-se uma capacidade de cerca de trezentas pessoas.

4.1 — Segundo piso

A escadaria dá acesso no segundo piso ao primeiro pátio, à volta do qual se organizam os Gabinetes de Docentes, bem como as Salas de Reuniões de Docentes e do Conselho Directivo.

Neste segundo piso acontece uma organização paralela à do piso inferior. Desenvolvem-se novamente à volta do pátio rectangular quatro Salas de Aulas, a Sala de Reprografia, o Labora-

tório de Línguas e a Zona de Informática, além dos Gabinetes de Docentes.

No projecto do edifício do I.S.C.A. trabalhou a seguinte equipa técnica:

1 — Projecto de Arquitectura — Gabinete de Planeamento da Câmara Municipal de Aveiro:

Arq. António Crespo Osório;
Arq. Maria Emília Lima;
Arq. João Paulo Candelos.

Des. Armando Costa
Des. Virgínia Cunha
Des. Licínio João
Des. Eugénio Neto
Des. Francisco Salgueiro

2 — Projecto de Engenharia

Eng. Pedro Barbosa de Melo
Eng. Higinio Póvoa
Eng. Adelino Lopes

Des. Helder Pião
Téc. de Const. Civil — Virgílio Gonçalves

3 — Projecto de Águas e Saneamento

Eng. Roque
Eng. Cunha

4 — Projecto de Electricidade

Eng. Vieira



Localização do I.S.C.A.

NOTICIÁRIO

AGROVOUGA/86

A I Feira-Exposição Agro-Pecuária de Aveiro realizou-se em 1972. Desde então, sucessiva e anualmente se tem repetido em Aveiro este género de certames, de grande interesse para a nossa região.

Desta vez, porém, à inauguração da AGROVOUGA presidiu o Dr. Mário Soares. A cerimónia decorreu às 12 horas do dia 12 de Julho.

O Presidente da República, depois de saudado e cumprimentado pelas Autoridades presentes, percorreu demoradamente os vários «stands» dos cerca de 120 expositores. O ilustre visitante saudou a «laboriosa população de Aveiro, que merece o apoio e o carinho das entidades públicas portuguesas», formulou votos de que o certame, «extremamente importante numa das mais desenvolvidas zonas do País», atingisse ainda maior projecção e classificou a nossa região como «das mais bem preparadas para a concorrência europeia e que, portanto, não deve temer o futuro, deve ser audaciosa, ter coragem e confiança nela própria».



O Presidente recebendo a saudação à entrada da AGROVOUGA/86.

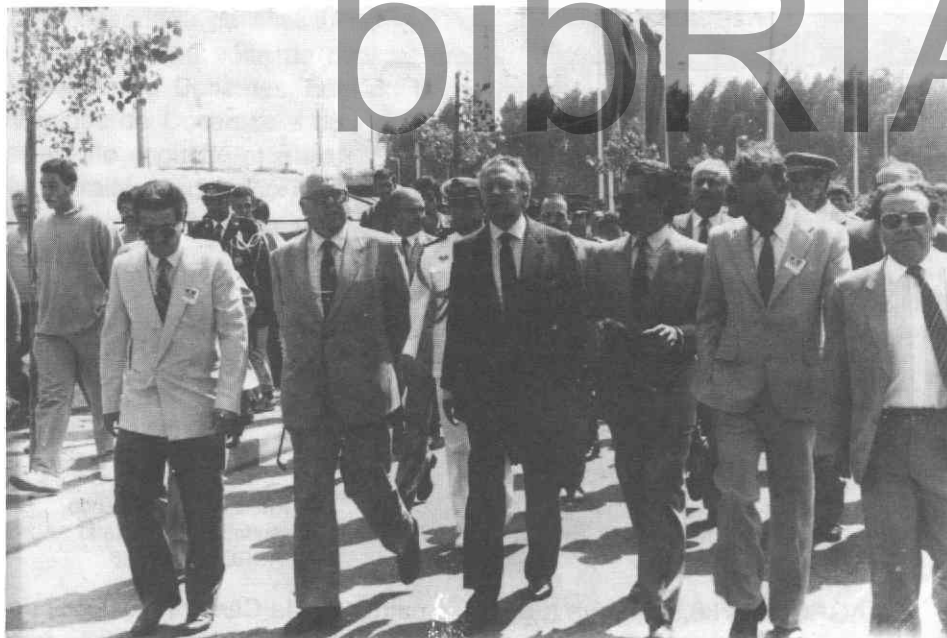
A AGROVOUGA/86, que teve o decidido patrocínio da Câmara Municipal de Aveiro, encerrou no dia 20 do mesmo mês de Julho. «Nenhuma edição tem sido igual; cada Feira tem a sua vida própria, mas sempre com uma tônica comum: a defesa da agro-pecuária do Baixo Vouga» — afirmou o Eng.º Carlos dos Santos, secretário Geral da AGROVOUGA/86. E disse mais: «Será a linha de continuidade», não apenas através da mostra anual das potencialidades agro-industriais, «mas acima de tudo promovendo o desenvolvimento por intermédio de estudos e debates, de concursos, e de múltiplas acções nas áreas da agricultura, pecuária, indústria, comércio e ordenamento territorial da região».

Na AGROVOUGA/86 não faltaram colóquios, debates, mesas-redondas, tudo bastante válido e com muito interesse, dada a entrada de Portugal na CEE.

Foram debatidos e explicados os apoios financeiros da Comunidade à agricultura portuguesa. O PEDAP (Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa), a desenvolver ao longo de 10 anos, incidindo principalmente sobre as infraestruturas de produção, num montante de 100 milhões de contos à Reestruturação e Modernização da Vitivinicultura Nacional; o chamado Regulamento 397, de apoio às estruturas agrícolas, principalmente a pequena e média exploração, e os jovens agricultores.

O colóquio subordinado ao tema «O desafio que a CEE coloca à Agricultura Portuguesa» mostrou como é difícil o acesso dos pequenos e médios agricultores aos fundos comunitários.

Elevado nível e êxito notável teve o colóquio «Entrámos para a CEE. E agora?», promovido pela Delegação de Aveiro da JNPP (Junta Nacional de Produtos Pecuários). A Lacticultura e a Avicultura foram os grandes temas deste debate, que suscitou vivo interesse dos participantes, designadamente nas matérias que se prendem com a obtenção de produtos de alta qualidade em bases económicas que permitam enfrentar a agressiva competitividade dos nossos parceiros comunitários. Foi salientada a necessidade do crescimento da capitação em Portugal no uso do leite e laticínios; essa capitação está ainda muito aquém da média europeia. Ainda neste colóquio, foi apontada a falta de um verdadeiro ordenamento da produção leiteira e dos sectores de transformação e de comercialização; e também a necessidade de aumentar a qualidade, tanto da matéria prima ao nível de produção como dos produtos transformados, única forma de conter a invasão do mercado nacional por laticínios provenientes dos outros países comunitários.



O Presidente da República
visitando a AGROVOUGA/86

Outras iniciativas houve na AGROVOUGA/86.

Lembramos o III Salão Fotográfico, organizado pela Secção de Fotografia e Cinema de Amadores do Clube dos Galitos. Constou de três temas: «O Mundo Rural», «Mercados e Feiras», e «Livre», em trabalhos a cor (dimensões 24x30). Este certame foi aberto a todos os residentes no País.

A Administração Regional de Saúde de Aveiro (A.R.S.A.), departamento distrital responsável pela execução da política de saúde no âmbito dos cuidados de saúde primários, esteve presente na AGROVOUGA/86.

À semelhança do ano passado e com o intuito de levar ao conhecimento do grande público algumas actividades e preocupações sentidas neste sector da saúde, a A.R.S. centrou a sua especial atenção nos aspectos relacionados

com a *promoção e a vigilância da saúde, a prevenção da doença*, o diagnóstico e o tratamento dos doentes e a sua reabilitação médica e social.

Esta presença activa da A.R.S.A. foi, com certeza, valioso contributo para a efectiva melhoria da qualidade de vida. Abordando a temática geral da Alimentação e Saúde, deu-se particular relevo ao papel do leite e seus derivados na alimentação humana.

Para terminar este apontamento, ainda referimos os concursos realizados.

No VII Concurso Nacional da Vaca Leiteira houve dois quintos prémios para gente das terras de Aveiro: na 2.^a Secção para Francisco Baptista Beirão, de Fermelã (Estarreja), e na 3.^a Secção para Manuel Dias de Almeida, de Anadia. Armando Almeida e Silva, de Loureiro (Oliveira de Azeméis) ganhou o prémio «Produtividade».

Desde 1982 que não se realizava o Concurso Pecuário Regional/Espécie Bovina, devido a restrições de ordem sanitária, relacionadas nomeadamente, com a brucelose e a peripneumonia.

No dia 12, teve lugar o 44.º Concurso, cujos prémios (referimos só os 1.ºs) foram estes:

Raça Arouquesa:

— Manuel Tavares, de Albergaria da Serra (Arouca).

Raça Marinhola:

— touros a partir do 2.º desfecho: ex-aequo António Valente Pires, de Salreu, e Manuel Tavares Rebimbas, de Pardelhas (Murtosa);

— novilhos inteiros com o 1.º desfecho: Manuel da Silva Tavares Lameiro, da Costa do Valado;

— vacas isoladas a partir do 2.º desfecho: António Aurelino Baptista, de Salreu;

— novilhos isolados sem desfecho: Alberto Tavares de Sousa, da Murtosa;

— novilhos isolados com o 1.º desfecho: António Valente Ramos, de Estarreja.

Raça Holanda-Portuguesa:

— vacas contrastadas: António Ferreira de Pinho «Púcaro», da Quinta do Picado;

— touros a partir dos 26 meses: Manuel Lameiro, da Costa do Valado;

— novilhos dos 12 aos 26 meses: Manuel Lameiro, da Costa do Valado;

— novilhas dos 12 aos 26 meses: Maria Vechina Vieira Ribau, da Gafanha da Nazaré;

— vacas isoladas a partir do 2.º desfecho: Manuel Marques Guiomar, de Veiros (Estarreja);

— novilhas sem desfecho: António Gomes da Silva, de Salreu;

— novilhas com o 1.º desfecho: Maria Vechina Vieira, da Gafanha da Nazaré.

No domingo, dia 13 foi o Concurso Pecuário/Espécie Equina, alcançando os primeiros prémios;

— garanhões com 4 ou mais anos: «Amoroso», de Irlanda Saraiva, de Cacia;

— poldros de 2 anos: «Confiado», da Casa Agrícola «Quinta da Costa», de Estarreja;

— poldros de 1 ano: «Doppel», de Vitorino Costa, de Cacia;

— éguas afilhadas: «Briosa», de Irlanda Saraiva, de Cacia;

— poldras de 3 anos: «Brasina», da Casa Agrícola «Quinta da Costa», de Estarreja;

— poldras de 2 anos: «Clavija», de Irlanda Saraiva, de Cacia;

— poldras de 1 ano: «Destinada», da Casa Agrícola «Quinta da Costa», de Estarreja.

PINTURA DE PRÉDIOS NA ZONA ANTIGA DE AVEIRO

O Executivo Municipal, atendendo a solicitações do Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Aveiro no sentido de sistematizar a operacionalidade de deliberações anteriores relacionadas com «Pintura de Prédios» da zona antiga da Cidade, e correspondendo a uma proposta do GTL nesse sentido, concordou em que se deva actuar de acordo com as seguintes decisões:

a) Não se conceder aos interessados isenções de licença de obra, de modo a permitir que a Câmara Municipal não perca o controle das obras pretendidas e a proporcionar ao GTL uma acção de esclarecimento técnico quanto à escolha de cores e materiais mais adequados à recuperação dos diversos edifícios, assim como facilitar o acompanhamento das respectivas obras de particulares, não só na zona de intervenção imediata como na de transição;

b) Isentar, isso sim, do pagamento de taxas a pintura exterior de prédios, bem como a ocupação da via pública durante a execução desse trabalho;

c) Fixar em duzentos escudos por metro quadrado a comparticipação a



Fotografia antiga
do centro de Aveiro.

conceder aos proprietários dos prédios a beneficiar, desde que as obras não impliquem a reparação de portas, janelas, caleiras, tubos de queda, ou revestimentos aprovados; caso se verifique a reparação simultânea, atribuir-se-á a comparticipação de trezentos escudos por metro quadrado;

d) Numa primeira fase, as comparticipações referidas aplicar-se-ão a toda a Zona Antiga, isto é: à zona de intervenção imediata e de transição do GTL —, ficando dependente de deliberação pontual o caso de outros edifícios na área do Concelho que, pelo seu valor arquitectónico, se admita serem dignos de preservação;

e) As comparticipações no arranjo das fachadas serão atribuídas desde que as respectivas obras, atempadamente requeridas, venham a ser concluídas até 31.12.87;

f) Em situação alguma o proprietário fica dispensado da apresentação do respectivo pedido de viabilidade e/ou pedido de licença à Câmara Municipal.

Estas disposições podem ser entendidas como importante «fase de arranque» na sequência do recente I Encontro Nacional dos GTL realizado em Aveiro, na medida em que concretizem algumas das conclusões então preconizadas.

Por outro lado, em complemento, evidenciam as disponibilidades da Câmara Municipal de Aveiro no sentido de, sem encargos financeiros para os interessados:

- proporcionar acompanhamento técnico ao nível da recuperação de imóveis e revitalização de espaços;
- prestar apoio técnico a nível de interpretação legislativa (nomeadamente no que respeita ao recurso a linhas de crédito bonificado);
- e facilitar hipóteses alternativas possíveis para valorização dos investimentos.

FARAV-86

De 2 a 24 de Agosto, decorreu em Aveiro, no Recinto Municipal das Feiras e Exposições, a VII Feira de Artesanato da Região de Aveiro — FARAV/86.

Inaugurada pelo Governador Civil do Distrito na presença das autoridades locais, a Feira teve a presença de doze concelhos do nosso Distrito, num total de cerca de centena e meia de artesãos. A sua organização pertenceu à Câmara Municipal de Aveiro, que contou com o apoio da Região de Turismo «Rota da Luz».



Cartaz publicitário da VII Feira de Artesanato da Região de Aveiro e da Mostra da Antiga Cerâmica de Aveiro.
(Design. Gabinete da Câmara Municipal).

Cada concelho teve o seu dia específico: Oliveira do Bairro - 2; Sever do Vouga e Vagos - 3; Castelo de Paiva e Albergaria-a-Velha - 9; Arouca e Estarreja - 10; Águeda - 15; Ovar - 16; Vale de Cambra e Ílhavo - 17; Murtosa e Oliveira de Azeméis - 23; Aveiro - 24.

Mais uma vez se constatou que o artesanato é uma riqueza e que vai sendo cada vez mais acarinhado também entre nós. Certamente que não se defende o passado pelo passado; mas... sem passado, não há história.

A Região de Aveiro tem um artesanato rico e diversificado.

Como escreveu, há poucos anos, Jorge Corte-Real, um dos responsáveis da Cooperativa «A Barrica», podemos apontá-lo em variadíssimas manifestações, através dos nossos concelhos: — «É a tanoaria e a construção naval, a cerâmica artística, a azulejaria, a cozinha tradicional, a feitura de redes e a pesca artesanal, a latoaria, a serralharia, a arte das rendas e dos bordados, os têxteis tradicionais e a cestaria, actividades que ainda envolvem um vasto número de artistas tradicionais, que não se sabe se são em número de quinhentos, ou se são dois mil».

Conjuntamente, decorreu um programa de animação, cuja responsabilidade foi não apenas da Câmara Municipal de Aveiro e da «Rota da Luz», mas também do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ). Esta organização, além de outras iniciativas, levou a efeito o «I Ciclo de Cinema sobre Artesanato e Etnografia», com os filmes: «Bonecos de Estremoz», de Lauro António; «Cangas Vareiras», de Vasco Branco; «Artesanato do Baixo Vouga», de Manuel Paula Dias; «O Cobre e a Madeira», de Manuel Paula Dias; «Gandaia», de José Costa Barbosa; «Festa, Trabalho e Pão em Grijó da Parada», de Manuel Costa e Silva; «Apontamentos sobre o Barroso», de Nuno Monteiro Pereira; «... E do Mar nasceu», do Grupo Zero; «Almadabra Atunebra», de António Campos; «O Saber nas Mãos», de José Manuel Nato.

MOSTRA DA ANTIGA CERÂMICA DE AVEIRO

Durante a VII Feira de Artesanato da Região de Aveiro, esteve patente, num dos pavilhões das Exposições, a Mostra da Antiga Cerâmica de Aveiro — iniciativa que pertenceu ao Pelouro da Cultura da Câmara Municipal e que se realizou pela primeira vez na nossa cidade, com o fim de lembrar uma actividade característica do homem aveirense.

Como na ocasião se escreveu, tratou-se simplesmente de uma mostra, a significar apenas o que era: um mero testemunho. «Talvez sirva de incentivo para maiores cometimentos, com a necessária colaboração dos munícipes».

Aí se apresentaram valiosas peças da história do barro nas terras alavarienses, provenientes tanto do espólio da Câmara Municipal como de colecções particulares. Há documentos que registam o artesanato na época dos Romanos e no tempo dos Suevos e dos Visigodos, como há provas que o atestam em Aradas no século XV; e, no século seguinte, fora das muralhas de Aveiro, a sul, era grande a concentração de oleiros, agrupados na Confraria das Santas Justa e Rufina.

Publica-se aqui, na íntegra, o apontamento do respectivo «desdobrável»:

Crê-se que já os Fenícios, vindos para esta região ao redor do século X antes de Cristo, tenham trazido com eles o hábito de modelarem com perfeição objectos de barro.

Após os Lusitanos, chegaram os Romanos, que também se dedicaram ao artesanato cerâmico — o que se documenta pelos vestígios recolhidos em Cacia, no ano de 1930. Os Suevos e os Visigodos seguiram a tradição que encontraram na região alavariense; o forno achado em Eixo, na Costa das Arribas, em Dezembro de 1985, atesta o fabrico de telhas e tijolos nos séculos VI-VIII.

As artes cerâmicas progrediram na Península Ibérica, a partir do século VIII, impulsionadas pelos Árabes, mestres e vulgarizadores da arte oleira.

Na primeira metade do século XV, o artesanato aparece-nos documentado em Aradas — o que não quer dizer que não fosse aqui praticado em tempos anteriores.

No século XVI, Aveiro surge-nos como florescente centro oleiro. Fora das muralhas para sul, estendia-se o «Bairro dos Oleiros» e a classe agrupava-se na respectiva Confraria de Santa Justa e Santa Rufina. Aveiro bastava-se e até exportava para a Província do Minho, pois eram numerosos os navios que daqui levavam olarias para os portos de Viana do Castelo e Caminha.

Em Eixo, continuava-se a trabalhar em cerâmica. Jorge da Silva, escudeiro da Princesa Santa Joana, no seu testamento feito em 1555, no lugar da Granja de Cima, declarava dever 1.549 réis a João Forneiro, de Eixo, de serviços e de um milheiro de telha. Nas primeiras décadas do nosso século, ainda aqui, em bons fornos, se fabricava telha que, pela qualidade do barro, era muito pretendida no país.

Em Aveiro, a partir do primeiro terço do século XVIII, desenvolveu-se uma arte cerâmica bem caracterizada, cujos testemunhos são não apenas peças de uso doméstico e decorativo, mas também presépios, calvários e imagens devocionais. José Dias dos Santos, Rangel (S.A.), Bartolomeu Gaspar, Joaquim Marques dos Santos, Manuel Marques de Figueiredo, Manuel António (o Tigelinha), um de apelido Lemos, e, mais recentemente, João da Graça e Pedro António Marques (Pedro Serrano), a que se juntavam as freirinhas dos conventos do burgo, foram artistas que nos deixaram estatuetas de subtil espiritualidade e modelações de grande categoria.

I MOSTRA INDUSTRIAL CERÂMICA

No recinto das Feiras e Exposições, de 9 a 17 de Agosto, realizou-se a I Mostra de Indústria Cerâmica.

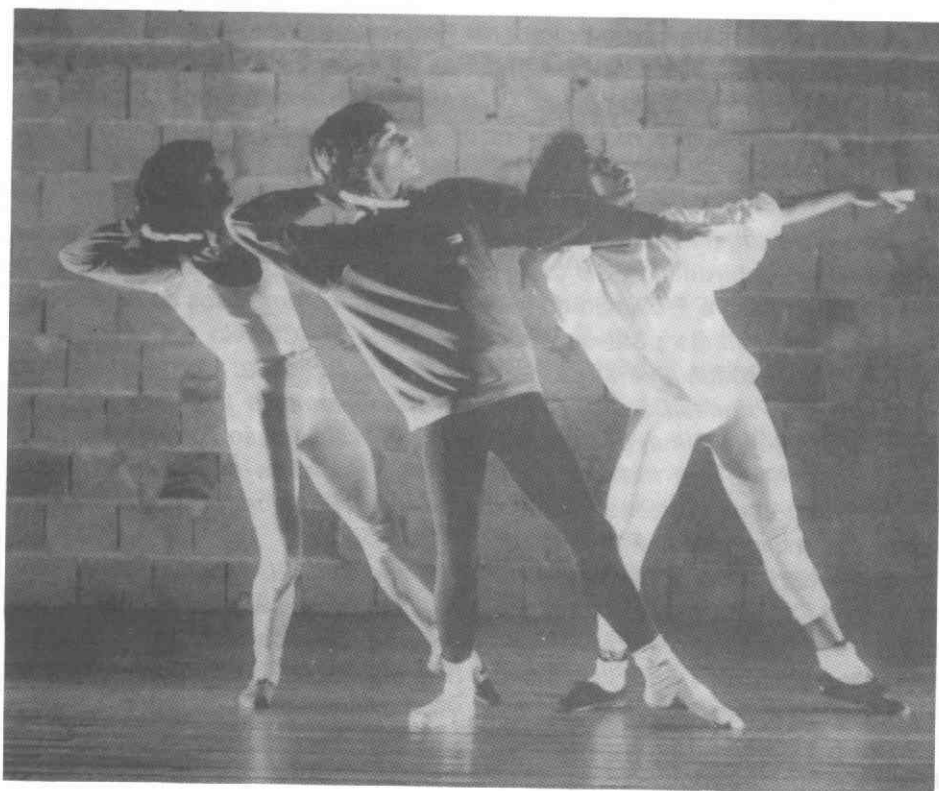
Dada a adesão de variadíssimas empresas no certame, logo se teve a intenção decidida — se já antes não houvesse — de o Município Aveirense lançar, no futuro, uma Feira Industrial Cerâmica a sério, que possa caracterizar o potencial económico da nossa região, neste sector. Decerto que, também assim, tentar-se-á despertar a população para o significado e valor da cerâmica nas terras aveirenses, onde não há apenas agricultura, pesca, metalurgia ou têxteis.

COMPANHIA DE DANÇA DE AVEIRO

No dia 26 de Setembro, no salão nobre da Câmara Municipal de Aveiro, foi assinado o protocolo entre o Grupo Experimental de Música e Dança de Aveiro (GEMDA) e o Município Aveirense, que formalizou a criação da Companhia de Dança de Aveiro. Entre outras individualidades, foram convidadas para assistir à cerimónia o Director-Geral da Acção Cultural, da Secretaria de Estado da Cultura, e o Governador Civil do Distrito de Aveiro.

A Companhia de Dança de Aveiro tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação da dança nas suas variadas formas, obrigando-se a apresentar espectáculos quando o Município julgar conveniente e em locais a designar pelo mesmo. A gestão administrativa da C.D.A. ficou a cargo de uma comissão constituída pelos seus directores executivo e artístico e pelo Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara ou seu delegado.

Curiosamente, a estreia da CDA foi no estrangeiro. De facto, o seu primeiro espectáculo ocorreu em Ciudad Rodrigo, em Espanha, quando Aveiro



Companhia de Dança de Aveiro.

ali se fez representar, no decurso do já costumado «abraço» anual entre as duas cidades. A actuação constituiu uma agradável surpresa, pela qualidade de que se revestiu; logo se combinaram mais exhibições e começaram a surgir solicitações tanto do país como do estrangeiro.

A estreia, em Aveiro, foi no dia 26 de Dezembro, no Teatro Aveirense. O programa, dividido em três partes, teve como coreógrafo, figurinos e luzes: Maria do Carmo Costa, Lilianne Viegas e Paulo Rocha. Pode dizer-se que o espectáculo correspondeu ao que se esperava, agradou inteiramente e foi um autêntico êxito que demonstrou o valor da Companhia de Dança de Aveiro.

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS

No dia 22 de Outubro, foi assinada a escritura de constituição da Associação de Municípios do Carvoeiro, que integrou as Câmaras Municipais de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo e Murtosa.

Assim se concretizou um sonho que já vinha desde 1980.

Conforme se lê nos estatutos, a Associação tem como objectivos não só promover, realizar e unificar a exploração do serviço de abastecimento de água, mas também realizar obras na área dos respectivos concelhos, com vista à captação, tratamento, elevação e adução de água até aos centros de distribuição.

PROJECTO «MEREC»

No dia 31 de Outubro, decorreu, no Salão Cultural do Município, um seminário subordinado ao tema «Desenvolvimento do Concelho de Aveiro: a gestão e o aproveitamento racional dos recursos locais» — encontro que serviu para apresentação do Projecto MEREC (Gestão Eficiente de Recursos e Energia em Cidades). De origem norte-americana, o Projecto tem como

objectivos, através de instrumentos de gestão integrada «demonstrar, aperfeiçoar e promover meios para implementar o uso eficiente de recursos e energia em pequenas e médias cidades».

A importância do Projecto MEREC decorre do facto de ser ainda possível conseguir uma gestão eficiente do uso dos recursos locais e energia, oferecendo boas oportunidades de introduzir significativas medidas de conservação, poupança ou melhor utilização dos mesmos, aspecto que tem merecido grande relevo nos países desenvolvidos.

Para tal, em cada cidade o Projecto MEREC tem em vista criar um processo de planeamento participado e dinâmico, centrado na avaliação dos recursos principais e do seu papel no desenvolvimento. Haverá, assim, que sensibilizar e levar à participação todas aquelas pessoas e entidades julgadas mais representativas e promotoras do seu desenvolvimento.

Em Portugal, a primeira experiência-piloto teve lugar, desde Outubro de 1983 até Setembro de 1986, na cidade da Guarda, à disposição da qual foi posta uma verba de 150 mil dólares. Obteve-se assinalável êxito no campo do abastecimento de água, da agricultura, da construção civil e do planeamento urbanístico. Citaram-se exemplos: no abastecimento de água, o Município da Guarda poupou cerca de 1.700 contos/mês; no uso dos materiais de construção tradicionais (granito e madeira) e no aquecimento a lenha, houve uma poupança da ordem dos 70% no consumo de energia eléctrica e uma redução de 10% nos custos de construção nos edifícios escolares.

Tendo em atenção o interesse que a experiência da Guarda despertou, nomeadamente nos responsáveis das autarquias locais, dos institutos de investigação, dos departamentos da Administração Central e Regional, surgiu a proposta do lançamento do Projecto MEREC em mais sete concelhos do centro do País, entre os quais o de Aveiro.

Foi neste contexto que a cidade de Aveiro, que formalizara a sua candidatura, manifestando empenhamento e disponibilidade para assegurar a sua quota-parte no Projecto, passou a integrar-se no MEREC; a fase de planeamento irá até nove meses, a que se seguirão, até Setembro de 1989, as fases de implementação e de avaliação. Assim foi criada em Aveiro uma comissão de responsáveis locais, presidida pelo Presidente da Câmara Municipal, a quem compete definir e desenvolver a adequada estratégia.

O Projecto MEREC insere-se na cooperação do nosso País com os Estados Unidos da América; por isso, além da equipa de técnicos locais de diversas especialidades, nela estão envolvidas a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos e Tennessee Valley Authority.

Com este seminário pretendeu-se apresentar os objectivos e a metodologia do Projecto MEREC e fazer um levantamento preliminar dos grandes problemas que se colocam ao desenvolvimento do concelho aveirense. É um facto que Aveiro tem notáveis recursos, mas também é realidade inegável os muitos estrangulamentos que obstam ao eficiente aproveitamento desses mesmos recursos. E, além do mais, foi posta em destaque a necessidade de interligação com os vários Municípios; não se pode pensar e projectar em termos de «barreiras concelhias».

CONGRESSO NACIONAL DA APAVT

Ninguém duvida já que o Turismo constitui, na verdade, uma grande fonte de riqueza para o nosso País. Basta apontar alguns números.

Nos primeiros nove meses do ano corrente entraram em Portugal 9 milhões e 941 mil estrangeiros (mais 5,6 por cento do que em igual período de



Ria de Aveiro - Descarga do sal.

1985); estes dados permitem concluir que até ao final do ano atravessaram as fronteiras portuguesas mais de 12 milhões de estrangeiros. E o turismo não é só movimento de estrangeiros.

No primeiro semestre de 1986, as receitas do Turismo atingiram 586 milhões de dólares (mais 55 por cento em relação a 1985) — valor nunca antes alcançado no Turismo Português.

Este breve apontamento sobre o valor económico do Turismo poderá ajudar-nos a compreender melhor a importância do XII Congresso Nacional da APAVT (Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo), realizado na cidade de Aveiro de 5 a 9 de Novembro com a presença de 700 participantes, sob o tema «Turismo, Cultura, e Progresso».

A sessão de abertura, no Teatro Aveirense, teve a presença do Presidente da República, Dr. Mário Soares. Foi orador principal o Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Dr. Francisco Lucas Pires. «A expressão turística aumentou mais de seis vezes na Comunidade nos últimos catorze anos, representando hoje, em média, cerca de 5% dos créditos e 4% dos débitos de toda a Europa dos Doze» — afirmou Lucas Pires.

O Turismo é um fenómeno de cultura, traduz sempre uma recusa da rotina e a livre procura do mais pleno desenvolvimento da personalidade, de um projecto, de melhor qualidade de vida — salientou o Vice-Presidente do Parlamento Europeu, acrescentando: «A tendência europeia é cada vez mais para que as férias sejam uma ocupação cultural, social, e desportiva, e não a mera desocupação e alheamento».

Falando de uma cultura ecológica que está a surgir na Comunidade Económica Europeia, que ainda não atingiu grandemente o nosso País, afirmou que «esta cultura ecológica, além da exigência da qualidade do ambiente, pode ser, também um estímulo à própria valorização do nosso turismo ambiental, termal, e rural». E terminou: «O grande desafio do futuro, na Europa, é o da qualidade de vida».

Foram diversos os temas abordados ao longo do Congresso. Porém, o que mereceu mais atenção foi o dos transportes turísticos rodoviários. Nas conclusões apontou-se para a necessidade de que a definição de eixos turísticos passasse a pertencer à Secretaria de Estado do Turismo como órgão que superintende em todas as actividades turísticas; referiu-se o «incumprimento

mento da lei nas carreiras «Expresso» e nas carreiras de alta qualidade»; e defendeu-se a publicação imediata do regulamento dos transportes turísticos rodoviários como única maneira de «assegurar um normal e regular funcionamento deste tipo de transporte em sintonia com as reais exigências do Turismo nacional». Os transportes ferroviários também foram analisados, tendo sido recebida com alegria a informação de que a CP decidiu «alinhar com as restantes redes europeias no que respeita à margem de comercialização dos passageiros em ferrovias internacionais vendidas em Portugal».

No que respeita à nossa região, as conclusões defenderam que «devem ser aproveitados os recursos de intercâmbio abertos já à Região de Turismo da «Rota da Luz» para a criação de um centro europeu de estudos de turismo e cooperação com o turismo francês e espanhol».

AVEIRO NA EXPOMAR/86

Aveiro, por intermédio da Câmara Municipal, esteve representada no certame EXPOMAR/86, patente na FIL desde 7 até 16 de Novembro.

A Expomar de 1986 ocupou uma área exposicional de 5 634 m² e contou com 123 expositores, sendo 70 nacionais e 53 estrangeiros — estes provenientes de 12 países. Foi sua finalidade, a exemplo dos anos anteriores, ser o espaço e o tempo privilegiado de contactos entre fornecedores e compradores, que proporcionasse a recolha de informações sobre o mercado, testasse o grau de comercialização e competitividade dos produtos e sugerisse a adopção de técnicas inovadoras, para além de ter a ver com o projecto global de aproveitamento das potencialidades e riquezas da zona económica exclusiva portuguesa, chamando paralelamente a atenção para a importância deste sector no desenvolvimento económico do País. A representação aveirense, em Lisboa, ocupou condignamente 20 m² em dois «stands», em que avultou: uma grande fotografia aérea do porto de Aveiro, em plena expansão; um conjunto de alfaías das nossas salinas, em tamanho natural, com destaque para as *cabritas*, *canastras*, *canegeiros*, *círcios*, *moeiras*, *corredor de baracinhas*, *pá de amanhã*, *pá cova* e *ugalhos*, peças que despertaram o maior interesse entre os numerosos visitantes, tanto mais que cada uma delas era acompanhada de um verbete explicativo; a miniatura do que foi o belo bacalhoeiro, já afundado, «Cidade de Aveiro»; e ainda posters, postais e folhetos — além dos sempre apreciados ovos moles.

No âmbito da EXPOMAR/86 foi também importante o contributo de diversas jornadas técnicas, para equação e discussão dos permanentes problemas da marinha mercante, das pescas, dos estaleiros navais e das diversificadas indústrias referentes à actividade marítima — todo um mundo que tem a ver com as realidades e potencialidades aveirenses.



«Stand» de Aveiro na EXPOMAR/86.

VISITA A AVEIRO

O «Centro Nacional de Cultura» — a que preside a Dr.^a Maria Helena Vaz da Silva — deslocou a Aveiro, no dia 16 de Novembro, um grupo constituído por mais de meia centena de associados, na sua esmagadora maioria investigadores e dedicados estudiosos de diferentes sectores da cultura portuguesa.

Por anfitrião, neste programa de «Passeios de Domingo», o grupo contou com a Câmara Municipal de Aveiro — através do Pelouro da Cultura, a quem coube orientar a viagem globalmente. Tendo pernoitado na Pousada da Ria, foi na lancha de Turismo que se fez a viagem ao Cais do Canal Central, em manhã radiosa e serena de Outono, ciceroneada pelo Dr. Emanuel Cunha.

Após o desembarque, o primeiro contacto foi na área da antiga muralha — o espaço nobre da antiga «vila notável», onde se visitaram a Misericórdia, a Praça do Marquês de Pombal (Casa de Santa Zita e Convento das Carmelitas), descendo-se para percorrer em autocarro a Avenida do Dr. Lourenço Peixinho até à Estação do Caminho de Ferro. Seguiu-se a visita às capelas de Nossa Senhora da Alegria e do Senhor das Barrocas, ao Canal de S. Roque, ao Bairro da Beira-Mar e à pequena capela de S. Bartolomeu, passando-se rapidamente pela Fábrica Campos — a pedido dos visitantes.

O almoço decorreu no refeitório do antigo Mosteiro de Jesus, oferecido pela Edilidade, tendo surgido oportunidade para curtas intervenções das entidades presentes, nomeadamente do responsável pelo Pelouro da Cultura de Aveiro, Prof. Celso dos Santos, e Eng.^o Galante, da Câmara Municipal de Ílhavo. Depois, foi a visita ao Museu Nacional, sob a orientação da sua Directora, Dr.^a Clementina Quaresma, e do Dr. Amaro Neves, que aliás ciceroneara a visita à cidade. A terminar, também a pedido do popular grupo, fez-se uma curta passagem pela Sé, antiga igreja do extinto Convento de S. Domingos.



Residência, em Aveiro, na Rua de João Mendonça, com fachada de janelas altas e recoberta de azulejos rosas, ornadas de plantas, volutas e flores (Fábrica da Fonte Nova).

HOMENAGEM À BANDA AMIZADE

No dia 22 de Novembro, foi lançada a primeira pedra do Monumento à Música que será, simultaneamente, uma justa homenagem à Banda Amizade. No decurso da cerimónia, o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Dr. José Girão Pereira, salientou: «Esta iniciativa resulta da feliz convergência do LYONS CLUBE DE AVEIRO e da CÂMARA MUNICIPAL para prestar homenagem a uma das associações da cidade — a BANDA AMIZADE. Como reflexo da história desta associação, que acompanhou a comunidade aveirense ao longo de mais de 150 anos, esta homenagem pretende ser não só um Monumento à Música, mas também um espaço vivo de utilidade pública e por isso o melhor reconhecimento de Aveiro à BANDA AMIZADE.

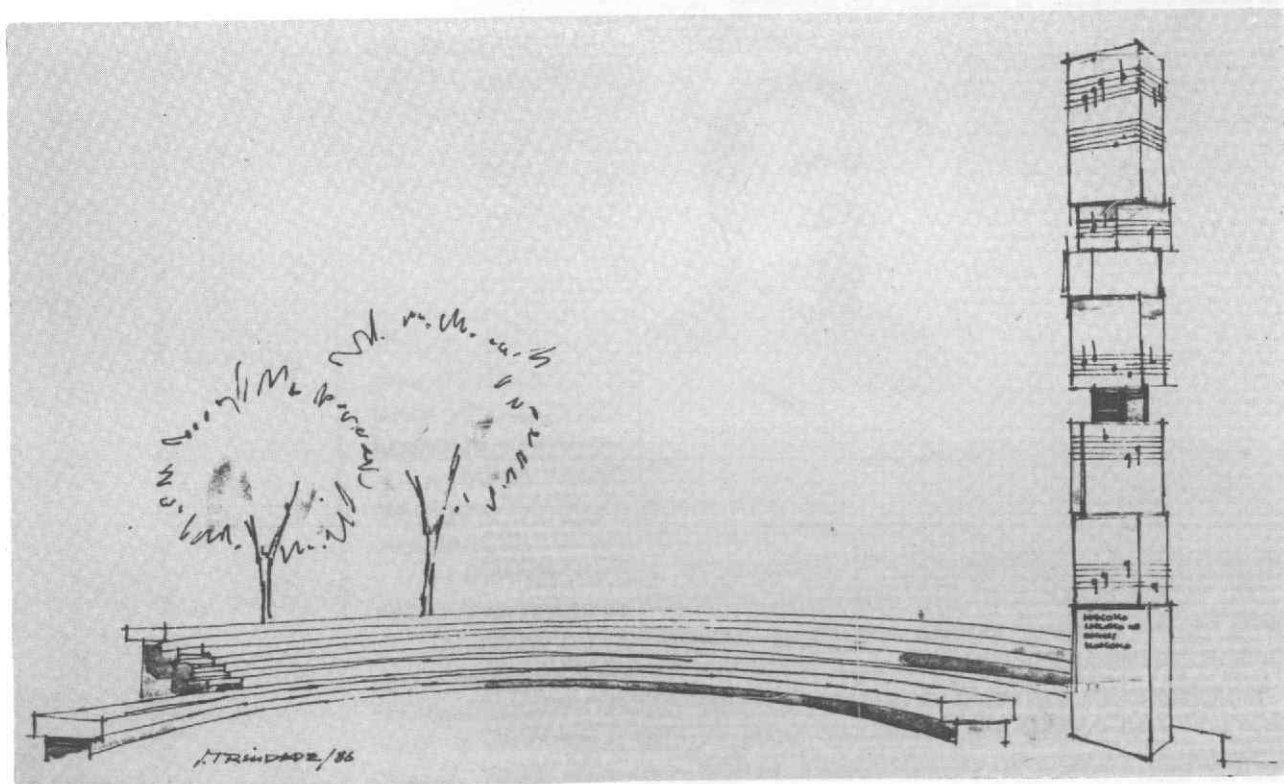
Regoziamo-nos, pois, porque através desta iniciativa, tanto mais sublimamos o mérito desta honrosa associação, quanto mais incentivamos a Cultura e a Arte na comunidade aveirense».

Além da intenção original da justa homenagem a uma das suas mais prestigiadas associações, outros vectores orientaram e sustentaram o desenvolvimento deste projecto. Assim, o simbolismo da homenagem alcançará ainda maior riqueza e significado, se proporcionar à comunidade e à praça onde se vai integrar a prática viva da actividade musical.

Prevê-se que o centro do Largo do Conselheiro Queirós, no Bairro do Albói, será um pequeno anfiteatro circular ao ar livre, vocacionado para a animação cultural, em especial para a Música, onde um palco circular, ao nível do pavimento, é circundado parcialmente por uma floreira e envolvido por uma bancada com três níveis de volume ligeiro e de suave peso arquitectónico.

As costas da bancada constituirão uma parede com altura de 1,20 m., que será revestida por um painel de azulejo de técnica tradicional, tendo a Música como temática específica.

Num dos topos da bancada, um obelisco de forma rectangular explicitará o significado do conjunto, com o símbolo e letragem em bronze da BANDA AMIZADE e com a gravação em baixo relevo do Hino de Aveiro.



Monumento à Música (Gabinete de Design da C.M.A.).

A Câmara Municipal está sensibilizada para estudar propostas de vendas, por parte de entidades ou particulares, de colecções de jornais que se tenham publicado em Aveiro.

74

PLANO DE ACTIVIDADES

Na última reunião da Assembleia Municipal de Aveiro, realizada nos dias 29 e 30 de Dezembro, o Presidente do Município Aveirense, ao falar do Plano de Actividades, afirmou que «a situação financeira da Câmara Municipal é saudável».

Podemos ler na introdução ao Plano de Actividades:

«A Câmara definiu, em 1986, como sua preocupação fundamental, o reequilíbrio financeiro, afectado em 1985 principalmente pelas aquisições de terrenos efectuadas e pela incidência dos custos financeiros de algumas obras. Podemos dizer com satisfação que este objectivo foi praticamente atingido e, consequentemente, a situação financeira da Câmara é saudável. Tal facto permite-nos partir para a elaboração e execução do Plano de 1987 com a característica de rigor que lhe impusemos».

O Plano de Actividades foi aprovado por unanimidade na Assembleia Municipal, na sua generalidade. Na especialidade, houve alguns pontos que tiveram votos contra e algumas abstenções.

De referir que o Orçamento Camarário para 1987 é o maior de sempre, atingindo milhão e meio de contos.

Vale a pena referir algumas verbas:

— EQUIPAMENTO ESCOLAR: estão orçados 35 250 contos; nesta verba estão previstos: 2 mil contos para aquisição de material didáctico para o ensino pré-primário; verbas para escolas primárias: 3 000 contos para a Escola de Vilarinho, 12 mil para a de Eixo, 2 mil para a de Cabo Luís, e 3 mil para a de Santiago.

— CULTURA, DESPORTO, e TEMPOS LIVRES: uma verba de 50 mil contos. É de referir a verba de 7 500 contos para a construção da sede da Cooperativa de Artesãos «A Barrica».

— ACÇÃO SOCIAL: o Orçamento prevê uma verba de 61 mil contos. No capítulo da Saúde há apenas mil contos para o apoio aos Postos Médicos. De referir ainda a verba de 40 mil contos para arranque da construção do ISCA.

— HABITAÇÃO: o difícil problema da Habitação foi contemplado com 39 mil contos, dos quais 20 mil são para a construção de 200 fogos de habitação social em colaboração com o Estado, em vários locais do concelho, com financiamento do INH. Estão previstos 7 000 contos para aquisição de terrenos para autoconstrução. Para o Planeamento Urbanístico estão orçados 13 500 contos, 19 500 para iluminação pública, e 96 500 para Urbanização. De referir ainda a verba de 27 250 contos para Saneamento, Higiene Pública e Cemitérios.

— COMUNICAÇÃO e TRANSPORTES: estão orçados 177 350 contos, distribuídos por três capítulos: Rede Viária e Sinalização — 151 350; Transportes — 20 000 (para a construção da Central de Camionagem); e 6 000 para construção e equipamento de novos parques. De referir a conclusão da passagem superior da Avenida 25 de Abril, a reconversão da Avenida Dr. Lourenço Peixinho e o acesso central na Forca.

— MEIO AMBIENTE: conta com 25 250 contos, estando previstos, além de alguns ajardinamentos e arborizações, o arranjo do bairro de Santiago e a recuperação da casa de chá do Parque Municipal.

— PLANO DO GTL: estão previstos 11 800 contos para a execução deste Plano que inclui a parte velha da cidade.

O Conselho Municipal deu, igualmente, parecer favorável a este Plano de Actividades, sublinhando, no entanto, serem insuficientes as verbas destinadas às escolas primárias; pôs algumas reservas ao plano que está previsto para o Cojo; e lamentou a falta de apoio da Câmara aos Órgãos de Comunicação Social, «pois eles têm grande importância na divulgação e defesa dos interesses locais».

NOTÍCIAS BREVES

Julho, 21

A Câmara Municipal deliberou propor o lançamento de derramas da percentagem de dez por cento, a incidir sobre a colecta da Contribuição Predial Rústica e Urbana e Contribuição Industrial em todo o concelho, destinando-se o produto das mesmas à realização das seguintes obras a efectuar na área desta Autarquia: — Captação e Armazenamento de Água no Concelho; Sistema Regional do Carvoeiro (1.ª Fase — Equipamento dos dois reservatórios do Sector Norte; 2.ª Fase — Construção de um segundo reservatório apoiado em Silval); Abastecimento de Água ao Concelho (1.ª Fase — Ampliação da Rede ao Sector Norte, ao Sector Centro incluindo a adutora Oliveirinha - Eixo, a zonas periféricas da área urbana — Zona da Forca - Vouga, bem como à remodelação da Rede existente naquela área; Tratamento de Esgotos do Concelho de Aveiro (1.ª Fase — Conclusão e equipamento da Estação Elevatória de Santiago, correspondendo à recolha de esgotos de Aradas e S. Bernardo e sua elevação para a ETAR de Aveiro, iniciando-se também a ampliação desta, dado o aumento de esgotos que passariam a ser bombados para a ETAR); (2.ª Fase — Conclusão de ampliação da ETAR de Aveiro e construção da ETAR de Esgueira); Rede de Esgotos do Concelho de Aveiro (1.ª Fase — Início de Construção das Redes de Esgotos do Sector Norte/Cacia, Sector Centro/Vilar, Sector Sul/Verdemilho/Bonsucesso; 2.ª Fase — Conclusão daquelas redes e início de construção de outras Redes que irão servir as novas urbanizações da periferia da zona urbana).

Derramas

Agosto, 8

A Câmara Municipal tomou conhecimento de um ofício enviado pelo Ministério da Educação e Cultura — Secretaria de Estado da Cultura — pelo qual se informou que a capela de S. Gonçalinho se encontrava em estudo para a sua possível classificação, estando desde já abrangida pelo disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 20985, de 7 de Março de 1932.

Capela de S. Gonçalinho

— Foi presente um ofício enviado pela Sociedade Luso-Alemã, através do qual se dá conhecimento da pretensão daquela Sociedade para, em conjunto com a cidade de Bremen, se estabelecerem relações de amizade com a cidade de Aveiro. Após troca de impressões, foi deliberado considerar de interesse aquela iniciativa e encetar diligências com vista a iniciar-se um intercâmbio sócio-cultural entre as duas comunidades.

Setembro, 8

A Edilidade deliberou exarar em acta a cedência, a título precário, ao Corpo Nacional de Escutas — Junta Regional de Aveiro, as instalações municipais sitas junto do Canal do Paraíso (antigo matadouro), já ocupadas por aquela associação juvenil desde há um certo tempo, conforme deliberação da Câmara Municipal.

Corpo Nacional de Escutas

Setembro, 29

Neste dia, na reunião da Câmara Municipal, o respectivo Presidente proferiu as seguintes palavras: «Sendo esta a primeira reunião do Executivo após o falecimento do ex-membro desta Câmara Municipal, Comandante Faria dos Santos, quero aqui exprimir um voto de pesar e que o mesmo seja transmitido à família. Apesar de meu adversário político, devo reconhecer o seu comportamento cívico quer como cidadão quer como membro da Câmara no pouco tempo em que dela fez parte, quer ainda como membro da Assembleia Municipal onde na qualidade de líder da bancada do PSD foi um elemento moderador. Na pobre vida política portuguesa a sua morte constitui uma perda». Imediatamente a seguir, o Vereador Eng.º Carlos Santos disse o seguinte: «Nesta Câmara Municipal de Aveiro reunimos pela primeira vez após o falecimento do Comandante Faria dos Santos. Justo se torna que fique exarado em acta o nosso profundo pesar e grande saudade pelo desaparecimento deste Homem que tantas vezes com conhecimento e dedicação ocupou as funções que aqui desempenhamos. Foi Secretário de Estado das Pescas, deputado à As-

Voto de pesar

	sembleia da República, Vereador desta Câmara e deputado da Assembleia Municipal, Presidente da J.A.P.A., ocupando ainda outros lugares de relevo como o de Comandante da Capitania do Porto de Aveiro. Foi uma personalidade que se soube situar no seu tempo, na sua região e no seu País, umas vezes de forma polémica, outras de maneira crítica, mas sempre com muita ponderação. Reflexo do seu exemplo em vida e da saudade que nos deixou, foi a prova de solidariedade transmitida por todo o Executivo Municipal ao deslocar-se às cerimónias fúnebres realizadas em Coja». Após breve troca de impressões, foram ambas as propostas aprovadas por unanimidade, devendo ser dado conhecimento do teor da presente deliberação à respectiva família.	
Outubro, 20	Dada a enorme complexidade do trânsito e dos problemas daí resultantes, a Edilidade deliberou criar uma Comissão Municipal de Trânsito.	Comissão de Trânsito
Outubro, 27	Na reunião deste dia, o Vereador Eng.º Vitor Silva comunicou que, em 22 do Corrente, foi celebrada escritura de constituição da Associação dos Municípios do Carvoeiro — Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo e Murtosa — para abastecimento de água aos respectivos concelhos.	Municípios do Carvoeiro
Novembro, 3	Na sequência da deliberação tomada na reunião de 6 de Outubro findo, a Câmara, nesta data, tomou conhecimento do parecer emitido pela Junta de Freguesia de Esgueira, relativamente ao teor do protocolo de gestão do Pavilhão em epígrafe. Após troca de impressões, foi deliberado, por unanimidade, concordar com a alteração proposta, pelo que foi aprovado o documento em causa, o qual passa a ter a seguinte redacção: «Protocolo — 1 — A Câmara Municipal de Aveiro na qualidade de legítima proprietária do Pavilhão Gimnodesportivo sito na Alameda 31 de Janeiro, em Esgueira, cede, pelo presente protocolo, a gestão do mesmo à Junta de Freguesia de Esgueira. 2 — O Pavilhão destina-se à prática de actividades desportivas adequadas ao recinto, incluindo festas desportivas, cabendo a sua escolha à Junta de Freguesia de Esgueira, sendo principio primeiro o de servir toda a colectividade. 3 — A Junta de Freguesia de Esgueira assume total responsabilidade pela manutenção e por todas as despesas à mesma inerentes. 4 — A Câmara Municipal de Aveiro poderá denunciar este protocolo, desde que às instalações venha a ser dada utilização diferente da mencionada no n.º 2. 5 — A Câmara Municipal de Aveiro reserva para si o direito de utilizar as instalações se delas necessitar, mediante prévio aviso à Junta de Freguesia».	Pavilhão Gimnodesportivo da Esgueira
Novembro, 11	A Câmara Municipal deliberou indicar o Vereador Vitor Sequeira para representar a Edilidade no Centro Coordenador Distrital de Protecção Civil do Território.	Protecção Civil do Território

EDIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

1. — LIVROS E OPÚSCULOS

AVEIRO, BERÇO DA LIBERDADE, A REVOLUÇÃO DE 16 DE MAIO DE 1828 — Marques Gomes - Ed. 1928.

AVEIRO, ROTEIRO DA CIDADE — Comissão Municipal de Turismo - Ed. 1945.

DIVAGAÇÕES DE UM TERCEIRO — Jaime de Magalhães Lima - Ed. 1957.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. ALBERTO SOUTO NO ACTO SOLENE DA SUA POSSE EM 11 DE MAIO DE 1957 - Ed. 1957.

EFEMÉRIDES AVEIRENSES. VOL. I — António Cristo - Ed. 1959.

COLECTÂNEA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS. VOL. I — Rocha Madail - Ed. 1959.

JOSÉ ESTÊVÃO - ESTUDO E COLECTÂNEA — Comissão do Centenário de José Estêvão - Ed. 1962.

O MEU DIÁRIO DE VIAGEM — D. João Evangelista de Lima Vidal - Ed. 1967.

COLECTÂNEA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS. VOL. II — Rocha Madail - Ed. 1968.

LIVRO DE ACORDOS DA CÂMARA DE AVEIRO DE 1580 — Francisco Ferreira Neves - Ed. 1971.

MOLICEIROS — Diamantino Dias - Ed. 1971.

AVEIRO E A SUA REGIÃO — Fernando Rebelo / Ângelo Quaresma - Ed. 1979.

A FREGUESIA DE SÃO BERNARDO — João Gonçalves Gaspar - Ed. 1980.

A PRINCESA SANTA JOANA E A SUA ÉPOCA. 1452-1490 — João Gonçalves Gaspar - Ed. 1981.

ROTEIRO DE AVEIRO — Comissão Municipal de Turismo - Ed. 1983.

JOSÉ ESTÊVÃO - DISCURSOS PARLAMENTARES Ed. 1983 (Reimpressão fac-similada da 1.ª edição)

AVEIRO. NOTAS HISTÓRICAS — João Gonçalves Gaspar - Ed. 1983.

CACIA E O BAIXO VOUGA - APONTAMENTOS HISTÓRICOS E ETNOGRÁFICOS — Bartolomeu Conde (Coordenador) - Ed. 1984.

AVEIRO ANTIGO. CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DE ANTÓNIO GRAÇA — Ed. 1985.

INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA. COMEMORAÇÃO DOS 75 ANOS. IMAGENS DA ÉPOCA — Co-ordenação de Custódio Ramos, Emanuel Cunha e Manuel Rodrigues - Ed. 1985.

CALENDÁRIO HISTÓRICO DE AVEIRO — António Cristo e João Gonçalves Gaspar — Ed. 1986.

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO — n.º 1 Março de 1983; n.º 2 — Outubro de 1983; n.º 3 — Abril de 1984; n.º 4 — Outubro de 1984; n.º 5 — Março de 1985; n.º 6 — Dezembro de 1985; n.º 7 — Junho de 1986; n.º 8 — Dezembro de 1986.

2. — CERÂMICA

ESTATUETA DE SANTA JOANA — Escultor: Jorge José de Figueiredo; Material: «Biscuit»; Oficina: Fábrica da Vista Alegre; Tiragem: Mil exemplares numerados (Série limitada); Ano: 1983.

ESTATUETA DE SANTA JOANA — Escultora: D. Maria Graciosa Mendes de Carvalho; Material: Barro vermelho; Oficina: José Augusto; Ano: 1983.

BUSTO DA REPÚBLICA — Escultor e oficina: José Augusto; Material: Barro vermelho; Ano: 1985.

3. — NUMISMÁTICA

MEDALHA COMEMORATIVA DO 225.º ANIVERSÁRIO DA ELEVAÇÃO DE AVEIRO A CIDADE — Desenho: José Augusto; Diâmetro: 8,9 cm; Material: Bronze; Tiragem: 500 ex. Ano: 1984.

MEDALHA COMEMORATIVA DO 550.º ANIVERSÁRIO DA FEIRA DE MARÇO — Desenho: Jorge Trindade; Diâmetro: 7,9 cm; Material: Bronze; Ano: 1984.

bibRIA

SUMÁRIO

O MOLICEIRO	• <i>Raul Brandão</i>	• 3
ABERTURA	• <i>Prof. Celso dos Santos</i>	• 7
SINAIS FLUTUANTES	• <i>Daniel Tércio Ramos Guimarães</i>	• 9
EFEMÉRIDES AVEIRENSES	• <i>Redacção</i>	• 36
O AVEIRENSE FERNÃO DE OLIVEIRA	• <i>João Gonçalves Gaspar</i>	• 37
IRMANDADE DO SS.MO SACRAMENTO DA GLÓRIA	• <i>J. G.</i>	• 51
ENTREGAS DE RAMOS	• <i>Amadeu de Sousa Jeremias Bandarra</i>	• 52
VISITA DO PRIMEIRO-MINISTRO	• <i>Redacção</i>	• 55
CENTRO SOCIAL DE REQUEIXO	• <i>Redacção</i>	• 56
REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DA GALERIA MUNICIPAL	• <i>Oficial</i>	• 57
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO	• <i>Gabinete de Planeamento</i>	• 59
NOTICIÁRIO	• <i>Redacção</i>	• 61
NOTÍCIAS BREVES	• <i>Redacção</i>	• 76
EDIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL	• <i>Redacção</i>	• 79